

# Apercepção dos Riscos Ambientais

Do Discurso Midiático a vida Cotidiana de Populações da Cidade de Campina Grande - PB

**Mestrado em Sociologia**  
Dissertação



**Paulo Roberto Ramos**

Programa de Pós-Graduação em Sociologia - PPGS

Março de 2003

**UFPB**

**UFCG**

Paulo Roberto Ramos

## A percepção dos riscos ambientais

Do discurso midiático à vida cotidiana de populações  
da cidade de Campina Grande/PB.

Universidade Federal  
de Campina Grande - UFCG

Universidade Federal  
da Paraíba - UFPB

### PPGS

Programa de  
Pós-Graduação  
em Sociologia

#### Orientadora:

Profª Drª

Deolinda Maria de Sousa Ramalho

PhD em Sociologia pela Mississippi State University – Starkville / USA.

#### Apoio:

PIBIC/CNPq/CAPES

Campina Grande, fevereiro de 2003.

**DIGITALIZAÇÃO:**  
**SISTEMOTECA - UFCG**

Ramos, Paulo Roberto  
R175p A percepção dos riscos ambientais: do discurso midiático à vida cotidiana de  
2003 populações da cidade de Campina Grande/PB. Paulo Roberto Ramos.- Campina  
Grande: UFPB/UFCG, 2003.  
143p. : il.

Dissertação (Mestrado). UFPB/UFCG/CH  
Inclui bibliografia

1. Percepção dos riscos ambientais (Sociologia) 2. Meio ambiente 3. Sociologia  
do Desenvolvimento 4. Comunicação Social I. Título

CDU : 316.454.5

Capa: Sérgio Mello  
Fotografias: Augusto Pessoa e Paulo Ramos  
Fotografia da capa: Vila dos Teimosos. Campina Grande/PB (Augusto Pessoa)

Paulo Roberto Ramos

# A percepção dos riscos ambientais

Do discurso midiático à vida cotidiana  
de populações da cidade de Campina Grande/PB.

Dissertação de conclusão do curso de Mestrado em Sociologia, apresentada como exigência parcial para a obtenção do título de mestre do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB e Universidade Federal de Campina Grande - UFCG.

Campina Grande, fevereiro de 2003.

---

**Banca Examinadora**

Dr<sup>a</sup> Deolinda de Sousa Ramalho  
Prof<sup>a</sup> DSA/UFPB (orientadora)

Dr<sup>a</sup> Adélia  
Prof<sup>a</sup> IJN (examinadora)

Dr Olívio Alberto Teixeira  
Prof<sup>o</sup> DEF/UFPB (examinador)

---

## RESUMO

A importância da mídia (*mass media*) na constituição do imaginário e das práticas sociais tem despertado a atenção de muitos pesquisadores para o estudo do chamado poder simbólico que engendra e, ainda, dos seus desdobramentos na vida cotidiana das populações. Em regra, a mídia tem tratado a problemática ambiental de maneira limitada, ou como preservacionismo de áreas naturais, ou promovendo o ecoturismo, ou assumindo um discurso tecnicista de um conhecimento especialista e distante da vida cotidiana das populações locais.

O objetivo central deste trabalho é contribuir com a compreensão dos impactos do discurso midiático na percepção dos riscos dos problemas ambientais. Procuramos observar como tais fenômenos (mídia e degradação ambiental) se intercomunicam para a formação das práticas sociais e discursivas, no estabelecimento do *status quo*, na formação das hierarquias sociais e das estruturas de poder, que se manifestam numa sociedade com índices crescentes de degradação social e ambiental.

Através da análise da programação da TV, principalmente a Rede Globo, e de outros meios de comunicação social de massa, bem como do acompanhamento da vida cotidiana das populações pesquisadas, com o auxílio das técnicas da *Observação Participante* e da *Análise de Discurso*, foi possível perceber como ocorre a influência do discurso midiático na formação de uma racionalidade e de uma lógica discursiva que acabam justificando e estimulando os desequilíbrios e desigualdades existentes.

Observamos que prevalece na mídia uma lógica pautada nas hierarquias e diferenças sociais e nos processos de degradação ambiental, enquanto aspectos invariáveis e permanentes do desenvolvimento humano. Identificamos a existência de uma contradição formada entre os apelos ecológicos e a institucionalização dos problemas ambientais que se manifestam pulverizados e isolados na mídia, ao mesmo tempo em que ocorre a reprodução da racionalidade e das práticas de degradação ambiental por toda programação, e de diferentes formas na vida cotidiana das populações pesquisadas.

**Palavras-chave:** Riscos, degradação ambiental, mídia, padrões imagéticos-discursivos e cotidiano.

## ABSTRACT

The importance of the media (mass media) in the constitution of the imaginary and of the social practices it has been waking up the many researchers' attention for the study of the call to can symbolic that engenders and, still, of your unfoldings in the daily life of the populations. In rule, the media has agreement the environmental problem in a limited way, or as preservationism of natural areas, or promoting the echo-tourism, or assuming a speech technicism of a specialist and distant knowledge of the daily life of the local populations.

The objective headquarters of this work is to contribute with the understanding of the impacts of the speech mediatic in the perception of the risks of the environmental problems. We tried to observe as such phenomena (media and environmental degradation) they intercommunicate for the formation of the you practice social and discursive, in the establishment of the status quo, in the formation of the social hierarchies and of the structures of power, that show in a society with growing indexes of social and environmental degradation.

Through the analysis of the programming of the TV, mainly the Rede Globo, and of other means of social communication of mass, as well as of the accompaniment of the daily life of the researched populations, with I aid him of the techniques of the Participant Observation and of the Analysis of Speech, it was possible to notice how it happens the influence of the speech mediatic in the formation of a rationality and of a discursive logic that end up justifying and stimulating the unbalances and existent inequalities.

We observed that prevails in the media a ruled logic in the hierarchies and social differences and in the processes of environmental degradation, while invariable and permanent aspects of the human development. We identified the existence of a contradiction formed between the ecological appeals and the institutions of the environmental problems that show powdered and isolated in the media, at the same time in that happens the reproduction of the rationality and of the practices of environmental degradation for all programming, and in different ways in the daily life of the researched populations.

**Key word:** Risks, environmental degradation, media, imagetic-discursive patterns and everyday.

À meu pai, que partiu tão cedo, **DEDICO**.

## Ecologia

Ecologia hoje é moda  
Antes ninguém se importava  
Na natureza não se pensava.  
Não se falava em jacaré,  
No tigre, no elefante.  
Agora falar em ecologia  
É coisa de gente importante.

Camisas, cadernos, revistas,  
Rádio, jornal e televisão.  
Fauna e flora famosos,  
Que grande satisfação !  
Mas pergunto se tudo isto  
É mesmo de coração.

Ame a natureza  
E a proteja de verdade.  
Não pelo modismo  
Pois na realidade  
A natureza quer nossa sinceridade.

Antônio Ferreira  
(poeta "da terra")

"Os interesses que guiam o conhecimento constituem-se no meio de trabalho, da linguagem e da dominação"

J. Habermas (1987:143)

# SUMÁRIO

pg.

<b>APRESENTAÇÃO</b>	
<b>INTRODUÇÃO</b>	
<b>1. CAPÍTULO 1 - Questões metodológicas</b>	<b>28</b>
1.1 Observando o cotidiano: práticas e percepções dos riscos	28
1.2 O meio ambiente urbano e a sociedade do consumo	33
1.3 Analisando discursos	35
1.4 Inferências à percepção dos riscos ambientais	41
<b>2. CAPÍTULO 2 - Um campo de investigação</b>	<b>42</b>
2.1 O ambientalismo como problemática social	43
2.2 Riscos ambientais da degradação praticada	45
2.3 Degradação ambiental e sustentabilidade	53
2.4 A ecologia midiática	58
2.5 Mídia: universo de símbolos em movimento	62
2.6 Das percepções aos padrões imagéticos-discursivos	70
2.7 Crise de racionalidade: a construção da natureza	74
<b>3. CAPÍTULO 3 - Sondagem do discurso midiático</b>	<b>78</b>
3.1 O meio ambiente na mídia	79
3.2 Padrões da mídia sobre o meio ambiente	88
3.3 A espetacularização do meio ambiente	96
<b>4. CAPÍTULO 4 - Convivendo com os riscos ambientais</b>	<b>102</b>
4.1 Percepção e degradação do meio ambiente	105
4.2 Imagens dos riscos construídos	127
4.3 Resistências e discursividade destoantes	132
<b>5. Considerações finais</b>	<b>140</b>
<b>6. BIBLIOGRAFIA</b>	
<b>7. ANEXO</b>	
7.1 Questionários	
7.2 Relação de fichamentos	
7.3 Matérias de interesse	

## APRESENTAÇÃO

Este trabalho tem por finalidade central detectar e analisar as percepções dos riscos ambientais. Particularmente aquelas percepções comuns e divergentes que integram o universo das populações pesquisadas, bem como as que compõem o discurso midiático, e que postulam um dado tratamento, entendimento ou abordagem da problemática ambiental em suas esferas local e/ou global.

Buscamos, desde o início, através da *Análise de Discurso*, da *Observação Participante* e de um rigoroso tratamento teórico, contribuir para que a relação entre a natureza e a sociedade humana fosse repensada com base no conflito formado entre o cotidiano (espaço/tempo onde ocorrem as coisas reais) e a interpretação deste cotidiano (discursos, ciência e mídia), ensejando um caminho para a investigação científica destes fenômenos. Para tanto, a revisão bibliográfica e a discussão teórica estiveram sempre em permanente diálogo com o trabalho de campo, com a pesquisa empírica e com o recorte e perspectiva do pesquisador, na interpretação de aspectos sociais tão complexos, inovadores e recentes, como é o caso do fenômeno "mídia" e do "debate ambiental".

A partir do acompanhamento de populações residentes de áreas distintas da cidade de Campina Grande/PB no trato com os problemas sociais e ambientais em suas vidas cotidianas, bem como da análise dos discursos e práticas sociais que refletem diferentes percepções dos riscos ambientais, desejamos identificar o que chamamos de *padrões imagéticos-discursivos*<sup>1</sup> sobre a questão ambiental. Em outras palavras, a luz de um debate teórico, procuramos investigar como a questão ambiental, que decorre de um modelo de desenvolvimento social baseado na degradação, desigualdades e desequilíbrios, extremamente arraigado à cultura

---

<sup>1</sup> Utilizaremos o termo como significando o conjunto coerente de maneiras de pensar e de agir transmitidas pela mídia através da manipulação do som, da imagem e dos conteúdos.

consumista e utilitarista, é "vivida" como percepção dos riscos, em função de uma ampla carga midiática, que atinge distintamente as populações pesquisadas.

Esperamos contribuir com a reflexão de um problema recente das sociedades contemporâneas: como uma questão decorrente do desenvolvimento econômico/tecnológico (a degradação ambiental e insustentabilidade), encarada ainda a partir do modelo de racionalidade vigente, está sendo amplamente difundida pela mídia, reinterpretada pelas populações e se mostra diretamente ligada as diversas representações sociais formadas nas inúmeras realidades vividas ? Queremos refletir sobre o fato de que embora todos sofram os impactos dos problemas ambientais e sejam chamados, de maneiras diferenciadas, a se mobilizarem em "defesa da natureza", para evitar os riscos e buscarem qualidade de vida: ao mesmo tempo, acabam desenvolvendo estratégias cotidianas de sobrevivência que degradam mais o meio ambiente.

Para tanto, dividimos nosso campo de estudo em duas etapas distintas, mas extremamente interdependentes: o estudo de emissão e o estudo de percepção. Com o *estudo de emissão* desejamos registrar e analisar o repertório midiático/televisivo sobre a questão ambiental e seus desdobramentos como abordagens da relação homem/natureza, particularmente na Rede Globo de Televisão, a fim de compreender as diferentes concepções veiculadas e difundidas pela mídia sobre os riscos ambientais. No *estudo de percepção* desejamos investigar, a partir da realidade de vida das populações pesquisadas, como os problemas ambientais são concebidos e interpretados, formando um conjunto coerente de entendimentos da questão ambiental, que é qualitativamente diferente daquele da mídia, porque não se estrutura como um "saber técnico" da dominação humana sobre a natureza, mas como um *modus vivendi* que é muito mais rico em suas variadas manifestações no espaço-tempo.

Esta divisão metodológica e analítica permitiu a construção de um objeto singular de investigação, que são as percepções dos riscos ambientais. Percepções estas que são formadas a partir da realidade de vida das populações, mas também pela relação direta que estabelece com um conjunto de informações e construções racionais sobre a problemática da degradação ambiental que é divulgado pela mídia, em uma gama variada de formas, intenções e conteúdos. Desejamos investigar como ocorre a relação das percepções cotidianas das populações com os padrões imagéticos-discursivos da mídia na formação de uma pragmática discursiva que dá sentido as diferenças e desequilíbrios existentes.

A inclusão da variável “*nível sócio-econômico*”, possibilitou incorporar à análise das diferentes percepções dos riscos das populações investigadas, um maior número de elementos estruturais e institucionais que tornam estas populações mais, ou menos, susceptíveis aos problemas da degradação ambiental urbana, e que influenciam de alguma maneira a construção das percepções destes problemas. As dessimetrias entre as camadas sociais estudadas, longe de ser uma dificuldade para a análise, possibilitou uma comparação entre os discursos e as maneiras de fazer o cotidiano, a partir da qual estabelecemos um repertório de interpretações destas percepções dos riscos ambientais, bem como dos padrões imagéticos-discursivos da mídia sobre estes riscos, conforme os Capítulos 3 e 4.

A pesquisa foi desenvolvida na área urbana da cidade de Campina Grande/PB e a escolha dos(as) pesquisados(as) resultou de uma *amostra não-probabilística*<sup>2</sup> composta de 23 famílias dos bairros **Vila dos Teimosos** (camada menos favorecida), **Liberdade** (estrato intermediário) e **Alto Branco** (camada mais privilegiada). As famílias destas três áreas foram submetidas a um *questionário semi-estruturado* (ver em Anexo 7.1), em entrevistas gravadas em fitas K7, a partir do qual foi possível recolher não somente informações ordenadas, mas

---

<sup>2</sup> Entenda-se pela pesquisa que não pretende ter uma amostra estatística exata, apenas indicativa, feita a partir de um recorte previamente determinado.

também aquelas que acabam fluindo<sup>3</sup>, aparentemente sem sentido, das conversas freqüentes entre pesquisador/pesquisados e entre pesquisados/pesquisados.

A realização de fotografias dos conteúdos da mídia foi fundamental, o mesmo não ocorrendo junto às populações no trabalho de campo. O uso de fotos das vidas cotidianas das famílias pesquisadas tornou-se um obstáculo para uma observação espontânea dos comportamentos e dos discursos destas populações. Podemos observar, desde o início da pesquisa, que quanto menor for a utilização de dispositivos eletro-eletrônicos (como gravadores, máquinas de fotografias, etc) mais estas populações promovem comportamentos e diálogos espontâneos e ricos das informações que desejávamos investigar.

Simultaneamente procuramos fazer o acompanhamento do discurso midiático no que se refere a problemática ambiental. Principalmente a programação da TV, com ênfase na Rede Globo de Televisão, através de registros fotográficos e gravações em fitas VHS.

Devemos frisar, desde o início, que o desenvolvimento deste trabalho ocorreu com algumas dificuldades. Além da carência de fontes bibliográficas que tratem do problema específico da relação "**mídia/meio-ambiente**", o emprego e interpretação de conceitos e fenômenos complexos com densidades teóricas tão diversas, continua sendo ainda um desafio. Por isso, é necessário um aprofundamento maior das questões levantadas, que não se esgotam neste trabalho.

Este fato tornou-se um estímulo para um maior esforço empírico e teórico na compreensão das categorias de análise, em suas relações internas e conexão com outros fenômenos e conceitos, visto que a "mídia" e a "questão ambiental" são fenômenos globais e que inspiram estudos em diversas áreas do conhecimento científico. Assim ocorreu, também, na interpretação da diversidade sócio-econômica-cultural com a qual nos deparamos no

---

<sup>3</sup> Podemos observar que algumas narrativas discursivas têm um sentido muito maior do que aquele que os agentes se propõem a dar, conforme demonstraremos no Capítulo 4.

trabalho de campo. Um esforço, sem dúvidas, compensatório diante do prazer que a pesquisa científica promove quando chegamos aos resultados encontrados, mesmo que estes resultados sejam parciais e relativos.

A presente dissertação representa, assim, uma modesta contribuição para o entendimento da importância crescente que a comunicação de massa desempenha nos dias de hoje na manutenção e/ou transformação da realidade, na ordenação das práticas cotidianas, nos entendimentos das diferenças e hierarquias sociais e na formação do rico universo imaginário que compõe as percepções dos riscos ambientais na vida cotidiana das populações.

Não há conclusões prontas e acabadas diante das questões postas. Primeiro, porque isto não faz parte dos objetivos da pesquisa; segundo, porque verdades fechadas, prontas e acabadas são impossíveis em Ciências Sociais. Contudo, é possível, e necessário, fazer algumas considerações sobre os resultados encontrados.

Inicialmente, cabe ressaltar que a importância da mídia na vida das pessoas tem crescido consideravelmente nos últimos anos, tornando-se parte integrante do seu dia-a-dia, influenciando comportamentos, discursos e pensamentos. Entretanto, a influência dos veículos de comunicação de massa (rádio, jornais, televisão e, mais recentemente, as *networks*) na vida das pessoas não tem significado, para a grande parcela da população, uma melhoria da sua qualidade de vida, nem sequer um aumento da capacidade de compreensão e consciência crítica, indispensável para a formação de cidadãos integrados e participativos. A rigor, tem servido para “alimentar” o *status quo* e as dessimetrias sociais e manter as estruturas que promovem a degradação ambiental.

Percebemos que o discurso midiático, enquanto elemento simbólico amparado por um forte instrumental tecnológico, que é capaz de perpassar todas as camadas sociais estudadas e se manifestar não apenas como resultado de interações comunicacionais ou como “pano de

fundo” onde são encenadas as práticas sociais, mostra-se como uma ação programada para atender objetivos práticos com plena validade funcional e estrutural (política, mercadológica, etc.). Na medida em que é facilmente identificável um conjunto de padrões comportamentais, organizacionais, discursivos e valorativos (portanto ideológicos) que justificam o atual modelo de dominação da sociedade sobre a natureza e dos homens entre si.

As populações, por sua vez, percebem os problemas ambientais muito mais em função das diferentes relações que estas estabelecem com o meio em que vivem, do que pela perspectiva dos modelos de racionalidade divulgados pela mídia. Populações pobres percebem menos a perspectiva tecnológica da problemática ambiental e degradam menos o meio ambiente em suas vidas cotidianas, entretanto se mobilizam mais e possuem um "conhecimento" intuitivo e uma predisposição para a mudança muito maior. As populações mais ricas conhecem<sup>4</sup> mais os postulados universais da degradação ambiental e acreditam, em regra, que estão contribuindo para evitá-la, entretanto degradam muito mais (já que consomem mais e produzem mais poluição) e não se mobilizam<sup>5</sup> ou desenvolvem iniciativas que estimulem a solidariedade prática para a superação de problemas ambientais coletivos.

Como o problema abordado não se encerra neste trabalho, é necessário continuar estudando os efeitos e conseqüências do "boom" gerado pelo crescimento da comunicação de massa. Observando, também sob outros ângulos, seus efeitos sobre populações em espaços e tempos diferentes.

O desenvolvimento desta pesquisa procurou desde o início de sua realização entender como a questão ambiental, que há pouco tempo atrás era um problema restrito a círculos fechados (comunidade científica, ONG's e governos), continua recebendo um tratamento

---

<sup>4</sup> Estamos nos referindo ao conhecimento especializado, técnico e instrumental, e aos problemas ambientais reconhecidos pela comunidade científica (buraco na camada de ozônio, poluição, efeito estufa, lixo, etc...)

<sup>5</sup> As poucas exceções, como SOS Mata Atlântica, Green Peace, etc., dirigem muito mais suas ações para os órgãos governamentais, empresariais e a denúncia pela mídia, do que mesmo para uma aproximação das populações diretamente em suas realidades de vida, ver Castells (2000: 161).

tecnicista, em detrimento do despertar da sociedade para a problemática, que acabou por gerar um nível de percepção formado em função do discurso midiático e extremamente variado, já que é condicionado pelas realidades de vida das populações.

Ao mesmo tempo em que este trabalho buscou despertar a atenção dos próprios pesquisados e dos órgãos governamentais para a urgência na superação dos problemas levantados, tentou mostrar também que é preciso utilizar o potencial mobilizador da mídia na superação dos desequilíbrios sociais e ambientais, a fim de se criar uma sociedade mais justa e equitativa. A partir dos padrões imagéticos-discursivos da mídia e da percepção dos riscos da degradação ambiental, percebemos que há uma contradição interna no processo de difusão da questão ambiental pela mídia enquanto crises de perspectiva e de motivação.

A crise de perspectiva vem em decorrência da profusão em massa dos temas ambientais, principalmente pela mídia (por motivos de mercado, por moda, pela militância ideológica, etc.), ao mesmo tempo em que crescem também os níveis de degradação ambiental em todas as partes. Com o uso e abuso dos temas ligados ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável foi inevitável a banalização dos problemas e da discussão, sem gerar um aprofundamento ou a construção de alternativas eficientes.

Já a crise de motivação, decorre do fato do saber científico estar "num beco sem saídas", pois não consegue resolver sozinho os problemas criados pelo seu próprio desenvolvimento industrial-tecnológico, cedendo lugar à valorização de outras formas de saber (saber local, saber tradicional, saber intuitivo, saber religioso, etc.), que lançam mão de um forte apelo emocional de "respeito à natureza" em detrimento das práticas cotidianas das populações e dos padrões imagéticos-discursivos veiculados na mídia, que geralmente continuam estimulando a degradação ambiental e a exclusão social.

## INTRODUÇÃO

Quando o inglês Edward B. Tylor resgatou o termo germânico *Kultur*, em 1865, em seu livro *Researches into the early history and development of civilization* (Tylor apud KAPLAN, 1975: 57) para tratar de todos os aspectos espirituais de uma comunidade, ele não poderia imaginar o impacto de sua obra nos estudos subseqüentes de um conjunto variado de fenômenos que não sendo naturais, são objetos das ciências humanas ou sociais. O nascimento das ciências sociais, marcado pela aproximação dos modelos e paradigmas explicativos das chamadas ciências da natureza, toma corpo promovendo a separação gradativa e a demarcação específica dos seus objetos de estudos, metodologias e conhecimentos.

Assim ocorreu com o francês Émile Durkheim, quando em 1895 promove, com *As Regras do Método Sociológico*, a identificação dos "fatos sociais" como coisas coercitivas, externas e autônomas, que não sendo naturais são criações sociais (1995:15). As também chamadas ciências da cultura foram fortemente influenciadas pelo alemão Max Weber, que procurou mostrar como os postulados e a suposta "objetividade" das ciências sociais eram determinados pelos valores e perspectivas do pesquisador (COHN, 1997), muito embora Weber estivesse ainda preso a idéia positivista de uma metodologia de caráter universalizante (neutralidade axiológica) para o conhecimento (LÖWY, 1994).

O antropocentrismo das ciências sociais foi estabelecendo uma ruptura profunda entre o social e as coisas da natureza (THOMAS, 1996). Conceitos como classe social, estrutura, economia, organização social, Estado, etc., estiveram quase sempre no centro dos debates das ciências humanas; ao passo em que conceitos ligados à natureza (como o meio ambiente) estiveram praticamente ausentes do centro de gravidade das suas investigações científicas. A especialização e a institucionalização do conhecimento trataram de aprofundar ainda mais o

abismo que busca separar o conhecimento nomotético (das ciências da natureza) do conhecimento simbólico e interpretativo (das ciências sociais) (FLORIT, 1998).

A questão ambiental foi um tema tradicionalmente tratado pelas ciências naturais, inicialmente pela biologia, a ecologia e posteriormente pelas engenharias. Bem recentemente, em meados do século XX, alguns acontecimentos tornaram questões do meio ambiente, objetos válidos de conhecimento das ciências sociais; dentre estes, não por ordem de importância, destacamos:

1. Uma flexibilização (ou relativização) do conhecimento científico como um todo, na medida em que a verdade científica passa a ser questionada (ver, por exemplo, a teoria quântica e da relatividade geral na física) e outras formas de conhecimento são plenamente reconhecidas e praticadas (como o conhecimento tradicional, o local e o intuitivo) (LEFF, 2002);
2. Os limites de um conhecimento compartimentalizado e estanque para explicar um conjunto de fenômenos interdependentes e mutáveis (CAPRA, 1982);
3. A singularidade da problemática ambiental, que por suas características intrínsecas traz a tona um conjunto variado de questões que exigem um tratamento interdisciplinar para a compreensão de suas dimensões naturais e sociais (GIDDENS, 1997; KALAORA, 1993);
4. O fato dos grandes e graves problemas ambientais serem consequência direta deste modelo de desenvolvimento das ciências, da tecnologia e do industrialismo que vêm sendo praticados, afetando grandes contingentes populacionais (LEIS, 1999);
5. A relação direta e interdependente entre a forma de organização social e o meio ambiente na constituição e manutenção da degradação e/ou sustentabilidade desejada (ALMEIDA, 1999; PASCHOAL, 1995);

6. A profusão do tema que "contaminou" governos, sociedade civil, partidos políticos, empresas privadas e a mídia, dentre outros setores da vida social (HANNIGAN, 1995; WARREN, 1999).

As questões ambientais tornaram-se rapidamente visíveis pela urgência de seus problemas diretos e imediatos, como a escassez da água potável, petróleo e energia, as poluições, desmatamentos e desertificação, a urbanização desordenada, etc.; e pelos efeitos de grande impacto em médio/longo prazo, como é o caso do superaquecimento global, o buraco na camada de ozônio, etc. Entretanto, outros elementos que compõem o processo de popularização dos temas ambientais, como a institucionalização da questão e a ampla cobertura da mídia, são pouco visíveis, embora tenham uma importância fundamental neste processo de emergência da questão ambiental no contexto da globalização econômica, política e cultural (LATOUR, 1994).

A partir do presente trabalho de pesquisa podemos afirmar que o tratamento dispensado pela mídia aos problemas ambientais é muito insipiente e disperso; embora atinja um grande número de pessoas, produz poucos efeitos positivos em direção da superação destes problemas. Em regra, estas abordagens manifestam-se como padrões imagéticos-discursivos do tecnicismo, do racionalismo científico, do individualismo, do preservacionismo, do ecologismo, da institucionalização e da hominalidade, que explicaremos detalhadamente no Capítulo 3. Resumidamente isto significa:

- a) Que prevalece no discurso midiático a idéia amplamente difundida de que a superação dos problemas ambientais é de competência de um conhecimento especializado, técnico, decorrente do desenvolvimento científico, com sucesso "comprovado" na solução das dificuldades encontradas e superação dos riscos. Como no caso das

propagandas de empresas públicas e privadas "preocupadas" com a degradação ambiental e que investem em tecnologia e pesquisas.

- b) Nas abordagens da mídia sobre problemas ambientais ocorre o predomínio e promoção da racionalidade científica e da idéia de que o conhecimento ilimitado do ser humano será capaz de encontrar infinitamente novas fontes de energia e novos recursos, em detrimento do comprometimento das fontes atualmente utilizadas.
- c) O direcionamento do discurso midiático está voltado para a identificação do indivíduo como agente fundamental na superação dos problemas ambientais. As mensagens são dirigidas para o indivíduo, que é identificado como responsável direto pela degradação ambiental, e não para o conjunto da sociedade. Subtendendo que "se cada um fizer a sua parte" as coisas vão mudar, esta perspectiva desloca o foco da problemática do contexto social e histórico em que está inserida, impossibilitando do problema ambiental ser percebido como uma questão social e coletiva, decorrente de todo um modo de organização societária, de produção, distribuição e consumo de riquezas.
- d) Algumas outras abordagens da questão ambiental reduzem esta última a um fator de preservação e conservação de áreas verdes, naturais e intocadas. Esta visão, bastante presente na mídia, preocupa-se com a extinção da fauna e da flora, com o comprometimento do meio natural, dando ênfase à problemática ambiental no sentido da criação de reservas e parques, promovendo ainda mais a separação do homem e da natureza.
- e) Chamamos de ecologismo um estilo de abordagem da mídia que se manifesta de duas maneiras: o ecoturismo, com a divulgação de lugares de natureza exuberante e dos passeios ecológicos; e as denúncias de crimes ambientais. O discurso midiático sobre o ecologismo dissimula a questão como se fosse um problema de querer, ou não

querer, ingressar nas fileiras de suas proposições politicamente corretas, mesmo que fosse mais por modismo ou como "pacto de intenções", do que como práticas sociais em direção de mudanças e da superação desta degradação ambiental.

- f) Ocorre também no discurso da mídia a "marketização" ou "institucionalização" das questões ambientais e no tratamento dado aos riscos. Ou seja, as abordagens passam a ter uma determinada marca e funcionalidade junto a instituições públicas ou privadas. São comuns propagandas e divulgação de projetos que se dizem portadores (ou que buscam) a sustentabilidade e o desenvolvimento local sustentado, principalmente de entidades governamentais e de algumas empresas privadas. O papel da mídia, nestes casos, implica na mitificação do problema. A questão ambiental não recebe dos principais veículos de comunicação um tratamento em direção de alternativas coletivas para a superação dos problemas, além de não ocupar uma posição relevante de destaque na programação diária (RAMOS ANGERAMI, 1995).
- g) A hominidade constitui uma forma de abordar aspectos, fenômenos e coisas naturais como se estas fossem reflexos ou extensões dos homens. A natureza se humaniza não pela ação transformadora do homem, mas pelas caricaturas que a mídia veicula de animais, plantas e da toda natureza.

A partir dos indicativos provenientes das populações pesquisadas e do acompanhamento da programação dos principais veículos de comunicação de massa, deduzimos que a mídia não representa, neste sentido, um instrumento de informação e de ajuda, como se supõe ser, na solução dos problemas ambientais cotidianos. A programação ordinária de rádios, jornais e televisão, não trata da questão ambiental como um fator decisivo na vida prática das populações. As populações buscam mais os meios de comunicação, em

especial a televisão, para fins de entretenimento e a própria programação atende e estimula esta demanda (NETO & PINTO, 1996).

Por isso, as questões ambientais tendem na mídia a se revestirem de um tom suave, afinado com a *elegance* do “ecologismo” e muito pouco tratadas com a preocupação, complexidade e importância devidas. A mídia sistêmica<sup>6</sup> constitui um processo de alta tecnologia de troca de informações que funciona como instituição social, e por isso voltada para o “mercado”, onde oferece seus produtos mais ideológicos do que necessários (CASTELLS, 1999).

A partir dos anos 60, com os impactos da degradação ambiental por todo o mundo (escassez de recursos, poluições, desertificação, extinção de espécies, etc.) e o crescimento das tecnologias que permitiram maior fluxo de informações (televisão, satélites, Internet, etc.), houve uma transformação significativa na percepção do meio ambiente (LARRERE & LARRERE, 1999). Problemas anteriormente vistos apenas como locais e independentes, agora passam a serem encarados como globais em suas causas e em suas conseqüências. Questões diferentes passam a ser reconhecidas, por um número crescente de pessoas, como variáveis de um mesmo processo: a relação predatória do homem sobre a natureza e/ou o resultado do modelo de desenvolvimento praticado em todo o mundo (VIEIRA & WEBER, 1997).

Vivemos atualmente na era da comunicação de massa. A rapidez e a universalidade da informação, ao mesmo tempo em que aproximou as pessoas e acelerou o fenômeno da globalização (econômica, política e cultural), fez aumentar ainda mais o número de excluídos

---

<sup>6</sup> Trataremos como “mídia sistêmica” todos os veículos de comunicação de massa que formam uma cadeia interligada de informações e que funcionam segundo normas institucionais, a partir de concessões governamentais. Excluindo-se aí a chamada “mídia alternativa”, que seriam, por exemplo, os jornais e as rádios comunitárias.

e aprofundou as desigualdades sociais, tornando-as aparentemente naturais e necessárias para o “desenvolvimento”.

O modelo de desenvolvimento econômico e social que separa o homem da natureza e cria diferenças sociais profundas, é difundido (principalmente pelo discurso midiático) e praticado por toda a sociedade. Construções racionais de comportamento que estimulam o consumo, em detrimento dos desequilíbrios social e ambiental produzidos. Concomitantemente, padrões imagéticos-discursivos propagados pela mídia influenciam a organização da vida cotidiana no ambiente doméstico, contribuindo para manter e/ou transformar as desigualdades sociais.

Em populações de distintos níveis de renda, encontramos formas específicas de organização de suas vidas cotidianas. O uso do espaço privado – o ambiente doméstico do lar – tem formas e conteúdos que variam em função do acesso (ou não) das famílias aos bens e serviços necessários à sua sobrevivência. Do mesmo modo, o espaço público – o ambiente fora da casa – também é utilizado e interpretado de maneiras diversas pelos atores destes estratos sócio-econômicos.

Freqüentemente populações pobres desenvolvem estratégias de sobrevivência que comprometem o meio em que vivem. Problemas como o lixo, esgotos, insetos, ratos, doenças infecto-contagiosas, desnutrição, violência e pobreza generalizada, fazem parte da vida cotidiana de grandes contingentes populacionais, não porque degradam mais o meio ambiente ou porque possuem menos “consciência” ecológica, mas fundamentalmente porque não dispõem de meios para superar a pobreza diária.

Populações carentes têm de sobreviver em um ambiente hostil, conviver com riscos e com a pobreza diária, agravada ainda mais pela ausência quase completa de serviços e equipamentos públicos que ao menos minimizassem as dificuldades enfrentadas. Por outro lado, populações com mais recursos financeiros dispõem de meios próprios para contornar

grande parte dos problemas ambientais e, além disto, são beneficiadas com a presença dos poderes públicos, através de rede de esgoto, calçamento, água, luz, postos de saúde, etc (RIBEIRO, 1994). Entretanto, têm também de enfrentar problemas ambientais de outra ordem como, por exemplo, a poluição do ar e dos alimentos, ou a presença de insetos, conforme explicaremos detalhadamente no Capítulo 4.

A degradação ambiental urbana é um processo que vem crescendo rapidamente, apesar das questões ecológicas estarem na ordem do dia das cidades brasileiras, nas pautas das instituições públicas, empresas privadas, ONG's, etc.. O grande desafio é retirar da pobreza e da miséria grandes contingentes populacionais que habitam as periferias dos centros urbanos. A desigualdade de acesso à riqueza social produzida amplia os impactos dos problemas da degradação ambiental.

Na interação pesquisador/pesquisado foi possível perceber que, com a identificação e discussão dos problemas ambientais vividos cotidianamente pelas populações, está se formando um paradoxo entre a ampliação das percepções dos riscos ambientais (inclusive com o reconhecimento de problemas graves e urgentes) e as práticas de degradação ambiental que são efetivadas e estimuladas cotidianamente (TOLBA, 1980). Ou seja, enquanto os próprios agentes degradadores continuam praticando seus, nem sempre percebidas, pequenos atos de "atrocidades": toda sociedade é convocada a contribuir para evitar (sem qualquer ação objetiva eficaz) a degradação "indesejada".

O que acontece, em todo caso, é uma crise de legitimidade do discurso ambientalista veiculado na mídia, na medida em que o meio social não consegue assimilar este discurso integralmente, a não ser em parte, e sempre apresenta práticas que degradam mais o meio ambiente. Além disto, o discurso ambientalista veiculado na mídia embora seja amparado pela tecnologia e pelos efeitos audiovisuais e superdimensiona os aspectos institucionais e técnicos da questão ambiental, possui um forte apelo emocional e simbólico, o que se constitui num

paradoxo formado entre um apelo racional/científico/institucional e a necessidade de incorporação da variável emocional/pública/natural no tratamento da questão ambiental (HABERMAS, 1989).

A mídia, envolvida com a problemática ambiental, se manifesta como um instrumento potencializador do discurso do ambientalismo. Todavia, ocorre uma crise na base da racionalidade que flui pelos meios de comunicação de massa, na medida em que o mundo da vida (com suas práticas e discursos) reproduz padrões de degradação social e ambiental. Por sua vez, o discurso do ambientalismo veiculado na mídia e que se apóia num saber técnico/perito, tem que negar sua própria racionalidade instrumental visando mobilizar outras formas de saber, como o valorativo e o emotivo, que caracterizam os apelos ecológicos.

Em síntese, significa dizer que existem dois universos distintos, com lógicas e relações próprias, mas que mantêm também interações constantes: o universo da mídia e o universo das populações. Na mídia a identificação dos riscos está comprometida pela formação dos padrões imagéticos-discursivos (do tecnicismo, do racionalismo científico, do individualismo, do preservacionismo, do ecologismo, da institucionalização e da hominalidade) e por suas funções sistêmicas. Entre as populações os riscos são percebidos em função das informações e imagens construídas sobre os problemas ambientais, assim como pelo envolvimento direto ou indireto com a degradação em suas práticas cotidianas.

## 1. CAPÍTULO 1 - Questões metodológicas

Diversos procedimentos metodológicos se colocam para o estudo dos fenômenos sociais sob a forma de técnicas, levantamento e manipulação de dados. O chamado lado quantitativo da pesquisa é de suma importância para as inferências de regularidades relativas e para a formulação de explicações mais substantivas. Entretanto, não é suficiente para explicar todos os fenômenos da vida social. Alguns elementos, como aqueles de ordem simbólica, cultural, política, etc. não são objetos regidos por princípios fixos que uma ciência nomotética pudesse estudar. Buscamos a interação dos dados empíricos, bibliográficos e quantitativos, com a interpretação e a análise qualitativa das variáveis.

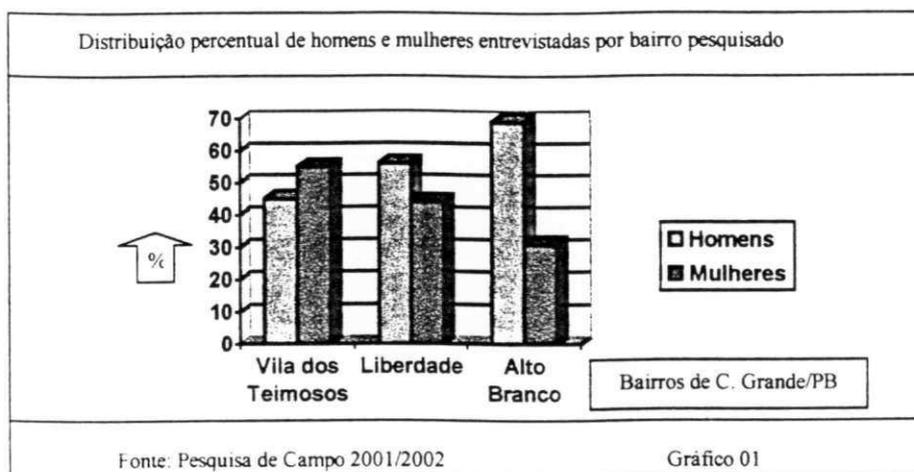
Para isso procuramos simultaneamente instigar a discussão teórica, proceder de maneira rigorosa no levantamento e manipulação de dados e, sobretudo, contribuir para que outros estudos deste fenômeno recente sejam feitos.

### 1.1 Observando o cotidiano: práticas e percepções dos riscos

O trabalho de campo mostrou-se, tanto em complexidade como em abrangência, muito mais rico em informações do que se supunha inicialmente. O roteiro de perguntas, o gravador em punho (ou escondido), as anotações diárias, as gravações em vídeo, as conversas com as pessoas, a análise dos discursos e a observação do trato diário das populações com os problemas ambientais e suas percepções dos riscos, constituíram fontes inesgotáveis de informações que tiveram de ser meticulosamente "garimpadas" para a obtenção dos dados que desejávamos.

Com o objetivo central de perceber como homens e mulheres absorvem, refletem e (cor)respondem aos padrões imagéticos-discursivos do conjunto da mídia, em seu dia-a-dia, no que se refere a percepção dos riscos dos problemas ambientais, a pesquisa foi realizada na cidade de Campina Grande/PB, a partir do acompanhamento de 23 famílias, escolhidas pelo

método de amostragem aleatória simples, em três áreas/referências: Vila dos Teimosos (camada menos favorecida), Liberdade (estrato intermediário) e Alto Branco (camada privilegiada). As entrevistas foram gravadas em fitas K7 e realizadas geralmente com aquele(a) que se dizia ser o(a) "chefe de família"<sup>7</sup>, conforme Gráfico 01 abaixo.



O estudo de populações distintas economicamente permitiu visualizar a estratificação e as hierarquias construídas, possibilitando também entender como populações de diferentes poder aquisitivo se relacionam com os problemas ambientais, como percebem os riscos ambientais e como organizam suas vidas diárias em função do acesso, ou não, aos bens simbólicos e materiais expressos pela mídia.

Um dos recursos metodológicos utilizados foi a *História de Vida*, como forma de "visualizar" e captar o maior número de elementos que compõem a trajetória de vida das pessoas, mesmo que seja uma reconstituição parcial destas trajetórias. Para entendermos as práticas cotidianas enquanto processo social e histórico, procuramos considerar o ciclo de vida das pessoas em questão, o espaço onde atuam, os lugares onde exercem poderes e como vivem o dia-a-dia, até mesmo como formam suas visões e perspectivas de vida. Conforme Tabela 1, a seguir:

<sup>7</sup> Optou-se por definir como "chefe de família" aquele(a) que assim se intitula, independentemente de ser ou não o(a) responsável pela manutenção econômica da casa.

Número total de Histórias de Vida por bairro pesquisado	
<b>Vila dos Teimosos</b> .....	<b>6</b>
<b>Liberdade</b> .....	<b>7</b>
<b>Alto Branco</b> .....	<b>6</b>
<b>Total</b> .....	<b>19</b>
Tabela 1      Fonte: pesquisa de campo 2001/2002	

A aplicação de um *questionário semi-estruturado* (ver em anexo) demonstrou também ser um instrumento de suma importância para recolher informações e dados de maneira ordenada e semidirigida. As questões formuladas neste questionário, todavia, foram alteradas ou complementadas de acordo com o contexto que se apresentava no momento da entrevista.

O questionário versa sobre as condições de moradia e de habitabilidade, poder aquisitivo e instalações sanitárias, abastecimento d'água, disposição de resíduos sólidos, presença de insetos e ratos, meios de comunicação possuídos, frequência e audiência, bem como sobre o papel que a mídia desempenha na organização de suas vidas e no entendimento e percepção dos riscos ambientais enfrentados. Contudo, o questionário acabou servindo principalmente como um roteiro de entrevista e condutor de conversas que não se prendiam diretamente aos objetivos da pesquisa, mas que acabava contribuindo para "quebrar o gelo" e criar um tom de conversa informal a partir do qual buscamos então as informações desejadas.

Os informantes principais da pesquisa foram os "chefes" de família, muito embora outros indivíduos, como esposas, filhos, vizinhos e amigos, acabaram contribuindo com a construção de grande parte dos dados selecionados para a análise. Ocorreram também situações onde havia mais de uma pessoa responsável pela casa, o que necessariamente resultou na aplicação de mais questionários, conforme Tabela 2, a seguir:

Número total de questionários aplicados por bairro pesquisado			
	Vila dos Teimosos	Liberdade	Alto Branco
Número de questionários	10	11	10

Tabela 2

Fonte: pesquisa de campo 2001/2002

De maneira geral, a utilização desses instrumentos de pesquisa foi feita na medida em que os problemas ambientais puderam ser aferidos estatisticamente e nos forneceram indicadores quantificáveis da degradação do meio, bem como de uma perspectiva de organização societária do ambiente que configura papéis diferenciados aos atores sociais. Estas práticas sociais são permeadas pela estruturação do poder no uso dos recursos naturais e na formação da rede social, informacional e comportamental (CHILCOTE, 1998).

Com o uso de fotografias, seguindo os passos de Margaret Mead e Bronislaw Malinovisk, muitos cientistas sociais têm despertado para a utilização de documentação fotográfica para a criação de uma espécie de "ecologia visual" (RAMALHO, 1996), partindo do pressuposto de que existe um elo que liga os interesses do fotógrafo, do fotografado e do próprio leitor da fotografia (LEITE, 1986). A utilização do recurso fotográfico significou um ganho fundamental para a pesquisa, principalmente porque possibilitou um implemento visual, interpretativo e comparativo das áreas pesquisadas e da linguagem audiovisual da mídia no que se refere a questão dos riscos e da degradação ambiental.

Do ponto de vista da questão espacial, uma parte do *locus* escolhido para a observação e trabalho de campo foi o *bairro* (a outra foi a programação da mídia, conforme veremos adiante), pois é neste espaço onde se realizam as práticas sociais de caráter comunitário e cotidiano. O bairro é o espaço intermediário entre o público e o privado. Não é tão íntimo e particular como o privado, nem tão exterior e geral como o público. É no bairro onde são

ensaiadas as práticas sociais cotidianas<sup>8</sup>. É no bairro onde se passa o dia-a-dia (CERTEAU, 1997). É lá que se encontra o público alvo, ora ativo, ora passivo, do discurso midiático. Onde se percebem os riscos, as diferenças sociais e a degradação ambiental em geral, enquanto relações políticas, de poder, que atribuem funções e práticas específicas para os distintos agentes sociais.

Mediante um compartilhar consciente, discreto e sistemático com os grupos estudados, nas mais diversas situações do dia-a-dia, pudemos extrair os códigos de identidade social do universo estudado e reelaborar estes códigos de relacionamento com os seus interlocutores. As situações observadas como reflexo do discurso midiático nas interações societárias locais, orientaram a problematização da investigação, inclusive dos processos subjetivos (interesses, pensamentos, afetos, etc) que mediatizam as relações dos indivíduos e grupos sociais com as situações determinadas, sem que haja classificações preconcebidas. Para esta pesquisa este cuidado foi básico, pois como se trata de uma pesquisa que busca extrair interpretações qualitativas de dados quantitativos, estas análises se estruturaram no interior do processo de investigação (GOFFMAN, 1985).

A pesquisa resultou de movimentos contrários e simultâneos: interação com os indivíduos e os grupos sociais, captar a importância do discurso midiático na percepção dos riscos ambientais em suas vidas cotidianas, para identificar os valores que sustentam o funcionamento das relações sociais. Ao mesmo tempo, procuramos evitar que essa interação resultasse em um envolvimento subjetivo que pudesse adulterar os resultados.

A observação se deu a partir do acompanhamento das práticas ordinárias e regulares, o que tornou possível entender as estratégias de sobrevivência das populações. Suas práticas regulares, longe de serem enfadonhas, previsíveis e rotineiras, mostraram-se como experiências sociais inusitadas, ricas em informação e complexidade. Assim, estudar as

---

<sup>8</sup> O local de habitação é crucial para o tipo de relações entre os moradores. Assim, em bairros de classe média e alta são comuns um menor convívio e menos relações de vizinhanças. Muros altos, violência, competição e individualismo são apontados como elementos que formam este “isolamento” social.

populações de bairros distintos, significou observar como as famílias organizam o seu cotidiano em função do uso dos recursos disponíveis e de suas percepções dos riscos ambientais.

Neste sentido, este trabalho procurou seguir os passos apontados por Michel de Certeau, por isso

"...os relatos de que compõem esta obra pretendem narrar práticas comuns. Introduzi-las com as experiências particulares, as freqüentações, as solidariedades e as lutas que organizam o espaço onde estas narrações vão abrindo caminho, significará delimitar um campo" (1997:35)

A *Observação Participante* nos permitiu recolher informações direta e livremente dos atores sociais, a partir de suas perspectivas e pontos de vista. Se inserindo em suas convivências, em seu dia-a-dia, procuramos entender como o discurso midiático é assimilado e (re)construído enquanto percepção dos riscos ambientais. Observamos que os desequilíbrios ambientais são estruturados enquanto relações de poder nas práticas cotidianas das populações estudadas, na formação de seus conhecimentos e valoração da problemática ambiental e identificação dos riscos ambientais.

## **1.2 O meio ambiente urbano e a sociedade do consumo**

Muitos pesquisadores sociais têm demonstrado interesse em estudar o fenômeno urbano em diferentes perspectivas (OLIVEN, 1984; VELHO, 1992; CASTELLS, 1979). Todavia, ao estudarmos a importância da mídia no meio ambiente urbano da cidade de Campina Grande temos claro que realizamos um recorte espaço/temporal necessário para observar práticas e representações sociais que somente têm sentido quando analisadas em relação ao contexto mais geral (CASTORIADIS, 1982). Não somente porque as práticas e as representações sociais são expressões da coletividade em geral, mas também porque a problemática ambiental e a mídia são fenômenos globais.

Definimos como *meio ambiente urbano* o contexto natural/social formado pelo impacto de uma coletividade num dado meio físico-geográfico. Significa observar o espaço da *urbis*, seu funcionamento e a sua lógica, a partir de indicativos como a *qualidade de vida*<sup>9</sup> e o nível de degradação ambiental que afeta grandes, médias e até pequenas cidades brasileiras (SILVA, 1997). Desejamos investigar como a degradação direta, que afeta principalmente as camadas mais carentes e se apresenta em forma de lixo, esgotos a céu aberto, insetos e ratos, etc. é vivida quotidianamente e como é percebida enquanto risco ambiental (RIBEIRO & JÚNIOR, 1994).

A degradação ambiental é uma realidade que desperta a atenção não apenas da comunidade científica, entidades governamentais e ONG's (Organizações Não-Governamentais), mas também de toda a sociedade, pela emergência de seus problemas. Partimos do pressuposto que populações carentes têm de sobreviver em um ambiente hostil, conviver com riscos (principalmente os ligados à saúde) e com a pobreza diária, e observamos que a ausência quase completa de serviços e equipamentos públicos, que ao menos minimizassem as dificuldades enfrentadas, dificulta ainda mais a identificação e o enfrentamento dos riscos ambientais, principalmente nas camadas mais carentes. Voltaremos a este assunto Capítulo 4.

Por outro lado, estudar a forma como populações de maior nível de renda dispõem de meios próprios para contornar grande parte dos problemas ambientais, significou “descobrir” que além de serem beneficiadas com a presença dos poderes públicos, através de rede de esgoto, calçamento, água, luz, postos de saúde, etc., têm também de enfrentar problemas ambientais de outra ordem, como a poluição das águas, a poluição do ar, a contaminação dos alimentos, a proliferação de insetos, etc., que desconhecem as fronteiras dos bairros.

---

<sup>9</sup> Entenda-se por Qualidade de Vida aspectos apontados pelo IQV (Índice de Qualidade de Vida) e pelo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), tais como os índices de alfabetização, mortalidade e natalidade infantil, leitos hospitalares por habitantes, consumo de bens e serviços, lazer e participação política.

O consumo, o tratamento dado ao lixo, o uso da água, cuidados de higiene, são alguns elementos identificadores dos riscos ambientais observados na pesquisa de campo.

A fim de entender o significado dos riscos e da degradação ambiental para as populações foi necessário desempenhar um trabalho de investigação rigoroso para descobrir o significado do consumo, ou da possibilidade deste consumo, em relação aos impactos ambientais produzidos. Desta forma, a análise teve de passar da degradação prática para o significado simbólico desta degradação e os entendimentos acerca da importância do consumo como forma de atingir uma suposta "felicidade" e bem estar social (ARAÚJO, 1997). Isto foi possível através da *Análise de Discurso*, que passaremos a explicar a seguir.

### **1.3 Analisando discursos**

Dividimos os discursos, para fins metodológicos, em três tipos: discursos da mídia, discursos induzidos e discursos vividos. Os de mídia representam todo o conteúdo imagético-discursivo que foi registrado em aproximadamente vinte e sete horas de gravações VHS; os discursos induzidos compreenderam aquelas entrevistas/conversas em que o pesquisador sugere uma reflexão ou resposta com o propósito de obter uma determinada informação (geralmente através do questionário); e há ainda os discursos vividos, que compreendem um conjunto complexo e variado de falas e comportamentos da convivência cotidiana das pessoas, que foi registrado fundamentalmente pelas observações e anotações paralelas.

No que se refere ao discurso da mídia, foi feito um acompanhamento contínuo *in loco* da programação durante todo o tempo de duração da pesquisa, além do registro com fotos e gravações de uma parte pré-determinada<sup>10</sup> da programação, de onde podemos retirar informações mais específicas sobre a percepção dos riscos e da degradação ambiental, conforme se observa na Tabela 3, a seguir.

---

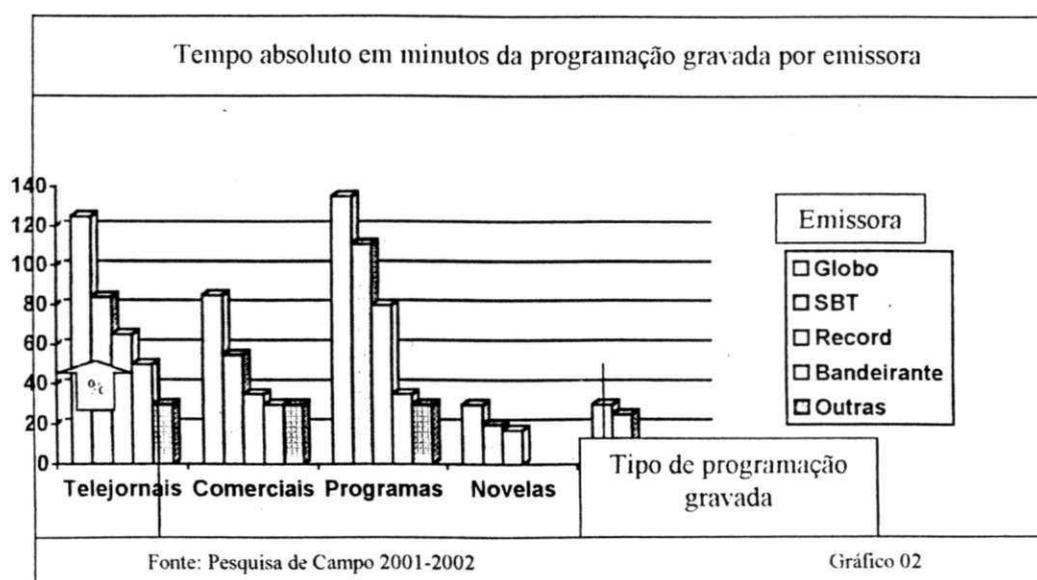
<sup>10</sup> A pré-determinação da programação foi feita com base no seu conhecimento prévio e na busca de abordagens de questões relativas a relação sociedade/meio ambiente.

Distribuição percentual do tempo de programação gravada	
Programas .....	40 %
Telejornais .....	25 %
Novelas .....	10 %
Comerciais .....	15 %
Outros .....	10 %

Tabela 3      Fonte: pesquisa de campo 2001/2002

A atenção dispensada à televisão deve-se em grande medida a possibilidade que este veículo de comunicação tem na análise de discurso e na formação do *status quo* da sociedade. Além de fornecer "matérias-primas" - os padrões imagéticos-discursivos - para a análise; a televisão é comumente reconhecida (ainda) como o supra-sumo da mídia (BARBERO, 1998).

Registramos o discurso midiático da televisão (em especial a Rede Globo de Televisão)<sup>11</sup> em gravações com fitas VHS, da programação ordinária pré-definida. Com o propósito de compreender qual o tratamento dado pela mídia aos riscos e problemas ambientais. Procedemos, todavia, o estudo de emissoras diferentes, em horários também diferenciados, o que permitiu uma visualização melhor dos padrões imagéticos-discursivos da mídia, conforme Gráfico 02 a seguir:



<sup>11</sup> Pelo fato da Rede Globo obter índices de audiência bem superiores as outras emissoras. Chegando a picos de 80 por cento no horário nobre (Ibope, 2002).

O acompanhamento da programação de emissoras de televisão busca captar o discurso midiático em sua mais expressiva e recente forma. A observação desta programação foi dirigida ao tratamento direto e indireto dado aos riscos e às questões ambientais no geral, em todos os canais estudados.

Diante da grande quantidade de informações, a tendência comum é de se perder na variedade de possibilidade e de se deixar seduzir pela riqueza dos dados e potencialidades de respostas possíveis, recaindo em superficialidades. Para evitar isto, cuidamos de promover um recorte restrito do campo, uma sistematização de informações disponíveis e uma limpeza simultânea dos dados. Neste sentido a amostra resultou de duas condições:

- Quanto à amplitude – tendo em vista que as programações das televisões possuem especificidades que levam em conta o contexto social da cidade ou estado em que são veiculadas, optamos por selecionar aquela programação veiculada em âmbito nacional, a partir da qual podemos traçar um panorama mais amplo acerca da problemática ambiental. Principalmente porque a questão ambiental é um problema relacionado a forma de organização social em geral;
- Quanto à natureza – existem dezenas de modalidades e temas tratados na programação da televisão brasileira, por isso, selecionamos somente aqueles que tratassem direta ou indiretamente de problemas ambientais, excluindo-se, portanto, *merchandising*, contagens regressivas, patrocínios, chamadas de programação, vinhetas, video-clips, filmes, propagandas de discos, etc.

Devemos destacar que embora a televisão não tenha sido o único meio de comunicação de massa estudado, foi o mais significativo para a formulação do problema e desenvolvimento deste trabalho.

Os discursos induzidos, referentes às entrevistas/conversas, foram registrados em cerca de 21 horas de gravações em fitas K7. O que representou um material bruto bastante denso e

significativo na obtenção das informações que necessitávamos no trabalho de campo e contato com a população pesquisada.

Uma grande parte deste material serviu diretamente para a Análise de Discurso, onde procuramos identificar as representações sociais sobre a questão ambiental e suas relações com a mídia. Outra parte, sem excluir o que foi dito antes, foi transcrito diretamente para a presente dissertação. Tais citações significam muito mais que "ilustrações" das falas, mas fundamentalmente instrumentos/objetos de análise que não podem ser subtraídos mecanicamente dos contextos em que foram produzidos.

Uma terceira parte deste material serviu diretamente para as respostas dos questionários e, portanto, foi transcrita em forma de tabelas e gráficos. Há ainda uma quarta parte dos discursos induzidos gravados que foi reservada a parte, por não se constituir de importância para nossos objetivos analíticos.

Destacamos, por fim, a realização da análise dos discursos vividos. Estes discursos são por vezes muito significativos para a compreensão das percepções dos riscos ambientais nas populações estudadas. São espontâneos e entre terceiros, sobre assuntos diversos. Entretanto, muitas vezes ocorreram situações discursivas interessantes sobre a relação sociedade/natureza ou, mais precisamente, sobre os riscos ambientais.

Optamos por registrá-los em anotações paralelas (não em campo), tanto porque ocorreram em situações inusitadas, como porque isto poderia atrapalhar a espontaneidade discursiva. Embora isto possa implicar numa alteração dos dados, preferimos correr este risco do que impedir que se processassem situações de fala ricas para a observação.

A *Análise do Discurso* (AD) foi introduzida, como condição singular para a interpretação das falas e dos contextos dos atores sociais, em suas reelaborações do discurso

midiático, bem como da própria intertextualidade<sup>12</sup> em que este está inserido (MAINGUENEAU, 1997).

Simultaneamente à coleta de dados e informações, passamos a empregar a AD como uma polarização da reflexão sobre a eficácia dos discursos dos atores sociais e da mídia: o sujeito inscreve-se de maneira indissociável em processos de organização social e textual. A partir do momento que se trata de formações discursivas, toda concepção retórica da citação é inadequada. O sujeito que enuncia a partir de um lugar definido não cita quem deseja, como deseja, em função do público visado, ou de seus objetivos conscientes. São as imposições ligadas a este lugar discursivo que regulam a citação.

A utilização de citações das populações pesquisadas e a interpretação do discurso midiático, ligam-se aos seus valores semânticos de caráter imprevisível e implícito, que tornam os textos indissociável ao contexto em que é encenado. O texto (da mídia e das populações) não é um estoque inerte que basta segmentar para dele extrair uma interpretação, mas inscreve-se em uma cena enunciativa cujos lugares de (re)produção e de interpretação estão atravessados por antecipações, reconstruções de suas respectivas imagens. Imagens estas, impostas pelos limites da formação discursiva (ORLANDI, 1999).

Esta formação discursiva, por sua vez, não é concebida como um bloco compacto que se oporia a outros, mas como uma realidade “heterogênea por si mesma”. Desta maneira, o fechamento de uma formação discursiva em modelos imagéticos-discursivos é fundamentalmente instável, não se constituindo em um limite que, por ser traçado de modo identificável, separa um interior de um exterior, mas inscrevendo-se entre diversas formações discursivas, como uma fronteira que se desloca em função dos embates da luta ideológica (RIBEIRO & GARCEZ, 1998).

---

<sup>12</sup> Refere-se ao tipo de citação que a formação se define como legítima através de sua própria prática e relação discursiva.

Com a AD é possível a identificação de um *campo discursivo*<sup>13</sup> e de um *espaço discursivo*<sup>14</sup>, que interagem em um *universo discursivo* irrepresentável e jamais concebível em sua totalidade. Este *universo* representa o conjunto de formações discursivas de todos os tipos que estão ligadas e se transformando numa dada conjuntura, servindo apenas para definir o horizonte a partir do qual serão construídos domínios a serem estudados. Existe, entretanto, uma intercambialidade de campos, tornando o universo discursivo dotado de intensa circulação de uma região do saber para outra (BRANDÃO, 1997).

#### **1.4 Inferências às percepções dos riscos ambientais**

Buscamos compreender como diferentes populações percebem os riscos e tratam dos problemas ambientais a partir dos padrões imagéticos-discursivos perpassados pela mídia, em suas “maneiras de fazer” o ordinário (CERTEAU, 1997). Por isso, nossa análise situa-se entre a emissão/difusão do discurso midiático e a percepção social da problemática ambiental. Um desafio, sem dúvidas, ousado para os propósitos de uma dissertação de mestrado: pelo exíguo tempo, pela carência de bibliografia específica, pelos custos e, principalmente pela complexidade do tema.

Todavia, conseguimos alguns resultados importantes, graças a revisão contínua da bibliografia disponível, do trabalho de campo, da coleta e tratamento dos dados, e de um esforço interpretativo. A observação das percepções dos riscos ambientais resultou de um acompanhamento direto da mídia e das populações, ao mesmo tempo em que foram implementadas outras fontes indiretas (revisão bibliográfica, consultas estatísticas, etc.) de captação das informações e das compreensões dos problemas ambientais como um todo.

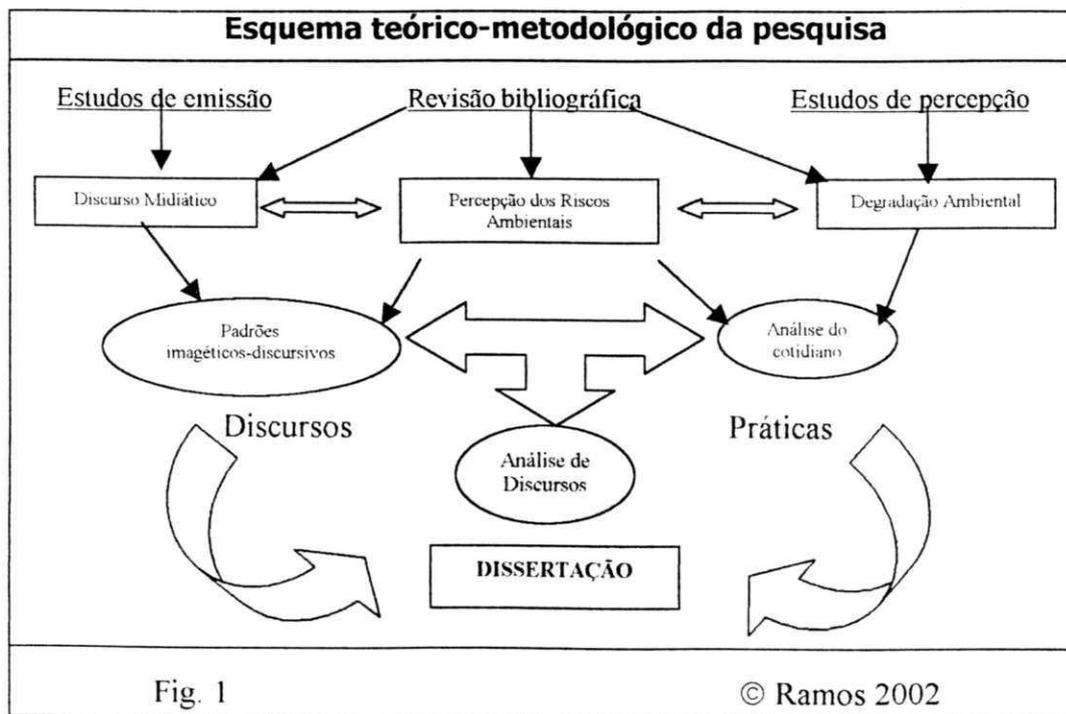
---

<sup>13</sup> O “campo discursivo” é definido em AD como um conjunto de formações discursivas que se encontram em relação de concorrência, em sentido amplo, e se delimitam, pois, por uma posição enunciativa em dada região.

<sup>14</sup> O “espaço discursivo” delimita um subconjunto do campo discursivo, ligando pelo menos duas formações discursivas que, supõe-se, mantêm relações privilegiadas, cruciais para a compreensão dos discursos considerados.

No geral, podemos afirmar que o presente trabalho buscou investigar um conjunto de situações intersubjetivas, que resulta da interação entre as populações pesquisadas e entre estas e a mídia no dia-a-dia. Isto sem perder de vista a necessidade de contra-balancear e reinterpretar os dados varias vezes, buscando similitudes e diferenças entre as informações.

A perspectiva teórico-metodológica deste trabalho pode ser representada conforme a Fig. 1 que se segue:



## 2. CAPÍTULO 2 - O campo de investigação

Definir o marco teórico significou promover a revisão de livros, artigos, teses e dissertações que se referiam à problemática e aos riscos ambientais, a questão da mídia, ou da relação entre estes fenômenos, com a preocupação de investigar, a partir dos objetivos deste trabalho, os pontos de inflexões das teorias contemporâneas sobre os temas. Esta preocupação epistemológica possibilitou que estimulássemos a discussão teórica enquanto um instrumento vivo do fazer científico e, portanto, extremamente integrado a metodologia e ao trabalho de campo.

A discussão proposta insere-se em problemáticas de vários campos das ciências sociais, sem negar a importância de um tratamento interdisciplinar que leve em consideração às contribuições das chamadas ciências naturais (particularmente a biologia, a ecologia e alguns ramos da engenharia) e das ciências sociais (a sociologia, a geopolítica, a economia, dentre outras) na compreensão e superação dos problemas ambientais enfrentados.

Pelas características da problemática desenvolvida neste trabalho, o conteúdo proposto inspira o pensamento interdisciplinar, embora a discussão se concentre nos seguintes campos científicos: a) na Sociologia do Desenvolvimento, ao discutir como o modelo e o processo de desenvolvimento social em voga têm trazido crescentes e variados problemas sociais e ambientais; b) na Sociologia Ambiental, pela discussão da relação sociedade/meio ambiente; e c) na Teoria da Comunicação, pela análise do processo de racionalidade instrumental e simbólica e pela discussão do fenômeno midiático.

Não temos a pretensão de apresentarmos uma estrutura teórica suficientemente acabada, mas sim delinear um esboço que busca reunir conceitos e interlocutores que têm fornecido subsídios para entender como estão relacionados os discursos, as idéias e as percepções dos riscos ambientais.

## 2.1 O ambientalismo como problemática social

A questão ambiental nasceu marcada pelo estigma das ciências naturais. Coisas, fenômenos e processos naturais eram concebidos como tendo existência e funcionamento independentes dos homens. Os problemas ambientais eram, portanto, objeto central de estudo da ecologia e de diversos ramos da engenharia. O enfrentamento da dificuldade das ciências sociais incorporar questões da natureza à suas análises foi retardado pela despreocupação com o assunto, diante de temas clássicos como estrutura social, classes, organização política, Estado, etc., que excluíam as variáveis naturais de seus corpos teóricos (FLORIT, 1998; LARRERE & LARRERE, 1999).

Em nome de historicizar as relações sociais, a sociologia se afastou das relações homem/natureza, embora estas também sejam relações sociais e a própria idéia de "natureza" também se constitua numa construção social (CAPRA, 1983). Além disto, todos os problemas ambientais conhecidos são decorrências, diretas e indiretas, dos impactos da ação social. Entretanto, talvez o fator mais significativo neste caso seja realmente a não visibilidade do problema, pois até a metade do século passado as questões ambientais não configuravam ainda um elemento importante para o estudo científico (BUARQUE, 1990).

A proeminência dos problemas ambientais e a difusão em massa deste fenômeno, pela mídia e o processo de globalização, fez mudar rapidamente este panorama.

A problemática ambiental é hoje vista como um grave desafio para toda sociedade humana, pois põe em xeque a sua própria existência, e até mesmo a manutenção das estruturas biogeoquímicas adequadas para a vida na terra. Problemas como o crescimento populacional exponencial, a degradação da base dos recursos naturais, o aumento de sistemas produtivos que utilizam tecnologias poluentes e de baixa eficácia energética, o problema do lixo não degradável e radioativo, bem como o aumento de um sistema de valores que propicia a expansão ilimitada do consumo material (Hohde in CAVALCANTI, 1995), exigem uma ação

urgente que venha a reverter este processo insustentável do ponto de vista social e ambiental. Sob pena de comprometermos as possibilidades de revertermos os problemas ambientais antes que se esgotem totalmente os recursos (TOLBA, 1980).

São questões multidimensionais, pois envolvem problemas das mais distintas áreas do conhecimento humano e exigem, portanto, um tratamento interdisciplinar e uma visão integrada e sistêmica que aproxime as ciências humanas das ciências naturais (CAPRA, 1982; MORIN, 1998) para uma maior eficácia das ações visando reverter este processo.

Não menos grave, existem ainda problemas decorrentes de um crescimento industrial e econômico contínuo e permanente, mas fundado em bases de recursos finitos e limitados. A idéia amplamente difundida de que a felicidade é medida pelo nível de consumo de uma sociedade constitui uma falácia, pois os recursos naturais (tais como minérios, a biodiversidade, a água e o ar, elementos indispensáveis à manutenção da vida no planeta) não suportariam se os padrões de consumo dos países centrais fossem praticados por todo o mundo (MORIN, 1997). Ao contrário do que se achava, a industrialização e o crescimento da urbanização<sup>15</sup>, acabou por gerar ainda mais desigualdades e desequilíbrios ambientais. O grande desafio é retirar milhões de excluídos e marginalizados da situação de pobreza absoluta, produto de um sistema excludente, que cria e incentiva as diferenças. São grandes parcelas da população excluídas diariamente, marginalizadas e submetidas às regras do sistema econômico e político dominante, que sofrem os impactos diretos da degradação do seu meio ambiente (WARREN, 1999).

Calcula-se que aproximadamente um quarto da população mundial detém oitenta por cento das riquezas. Isto significa um ambiente desequilibrado, onde prevalece a falta de educação, saúde, infra-estrutura e as mínimas condições de sobrevivência para grandes contingentes populacionais, principalmente nos países periféricos do hemisfério sul. A

---

<sup>15</sup> O crescimento de mega-cidades, principalmente em países pobres como Índia, China, México e Brasil, é hoje uma realidade preocupante, pois tem gerado pobreza, violência e desequilíbrios ambientais.

continuidade deste tipo de “desenvolvimento” tende a aumentar ainda mais a concentração de riquezas, materiais e energias, e o que é pior, às custas da destruição dos recursos naturais não-renováveis (LEIS, 1999).

Embora sejam os países desenvolvidos os maiores responsáveis pela destruição do ambiente natural, são os países pobres que mais sofrem as conseqüências da destruição do meio ambiente. Isto porque nos países pobres, além da degradação do meio ambiente, a população tem de conviver com a fome, com a falta de infra-estrutura e com os diversos problemas decorrentes da pobreza estrutural. Este fenômeno global se reproduz, com suas especificidades, no ambiente local. As populações pobres acabam sofrendo diretamente os impactos da degradação ambiental, enquanto as populações mais ricas conseguem superar grande parte destes problemas (RIBEIRO, 1994).

A vulnerabilidade social, decorrente da pobreza e das péssimas condições de habitação e higiene, é, portanto, um dos fatores fundamentais na constituição dos riscos ambientais, que abordaremos a seguir.

## **2.2 Riscos ambientais da degradação praticada**

O termo risco, assim como a questão ambiental, provém de uma longa tradição de uso nas chamadas ciências naturais, particularmente na Toxicologia, na Epidemiologia e na Biologia, que tiveram o pioneirismo de caracterizar este fenômeno como a possibilidade de desarranjo, desagregação e ruptura de uma dada ordem natural particular (como uma doença no organismo) ou geral (como uma catástrofe no meio ambiente). Os riscos logo se tornam objetos de estudo das engenharias, que adotam critérios e métodos eminentemente tecnicista e determinista, de tal forma que os riscos passam a ser caracterizados enquanto fenômenos físicos, externo aos indivíduos e ao meio social, mensuráveis e controláveis, capazes de serem estimados e plenamente conhecidos (GUIVANT, 1998).

Os riscos são, assim, percebidos como a possibilidade de ocorrência de eventos negativos, como a desordem abatendo-se sobre a ordem, como fenômenos abruptos e violentos, externos a sociedade, independentes da ordem social que estes afetam. Esta perspectiva torna-se hegemônica no meio científico, fundamentando e estimulando a criação de grandes agências internacionais destinadas ao estudo, aferição e previsibilidade dos riscos, como a *Environmental Protection Agency* (EPA), a *Food and Drug Administration* (FDA) e a *Occupational Safety and Health Administration* (OSHA), sediadas nos Estados Unidos e na Europa, detentoras de *standards* que servem, ainda hoje, de modelos para a implementação de políticas e estudos dos riscos em todo o mundo (FLORIT, 1998).

Embora possamos, já nas décadas de 20 e 30 do século passado, encontrar discussões sobre riscos entre economistas (Knight apud SILVA, 1997: 1080), tais abordagens estavam ainda muito influenciadas pela perspectiva naturalista. Além disto, o tema "risco" era considerado uma questão menos importante do que, por exemplo, "classe" e "trabalho", que determinavam principalmente o perfil epistemológico e metodológico das correntes marxistas. Em economia risco passa a designar: a) uma situação caracterizada (objetiva ou subjetivamente) pela previsibilidade parcial de acontecimentos alternativos, e b) uma situação caracterizada pelo conhecimento dos parâmetros de uma situação de probabilidades num conjunto de acontecimentos alternativos, na qual nenhum acontecimento tem, entretanto, probabilidade igual a 1 (um). O que significa que a "incerteza" tem de ser admitida nos cálculos dos riscos, como a possibilidade de não-acontecimento ou como o preceito de que a manifestação dos riscos não seja suficientemente conhecível previamente.

Esta abordagem da economia foi importante porque trouxe para a discussão dos riscos a questão da incerteza, que passa a designar: a) uma situação caracterizada pelo desconhecimento dos parâmetros de uma distribuição de probabilidades num conjunto de acontecimentos alternativos, ou b) ausência pragmática de segurança ou seriação nos

acontecimentos. Refletir sobre a incerteza significou inserir um termo não técnico nas análises dos riscos, abrindo caminho definitivamente para as ciências sociais estudar tais fenômenos (LARRERE & LARRERE, 1999).

Embora atualmente os riscos continuem sendo tratados sob os aspectos tecnicista e naturalista nos paradigmas fundamentais das ciências, este sentido começa a perder hegemonia, e começa a ganhar espaço a análise cultural e social dos riscos, particularmente na Sociologia e na Política. Mary Douglas, citada por Guivant (1998: 6), foi a primeira a promover uma análise cultural dos riscos, em seu livro *Pureza e Perigo* (1966), a partir de uma visão socioconstrutivista segundo a qual os indivíduos são organizadores ativos de suas percepções, impondo seus próprios significados aos fenômenos. Sendo assim, o reconhecimento e importância dos riscos dependeriam de escolhas valorativas derivadas de fatores sociais e culturais, e não naturais.

Com isto, as análises naturalistas passaram a ser questionadas em três planos: 1) a quebra da confiança nas instituições que controlam os riscos tecnológicos e ambientais, 2) a desconfiança na "sociologia ingênua" que acreditava na verossimilhança entre o mundo real e o mundo dos laboratórios, e 3) os limites e incongruências entre as implicações práticas e os processos decisórios sobre a gestão dos riscos. Tudo isto criou um ambiente propício para o desenvolvimento das análises dos riscos nas ciências sociais por todo o mundo.

Entre pesquisadores latino-americanos, o estudo dos riscos tem sido marcado pela forte tendência para a caracterização destes fenômenos sob o viés sociológico. Neste sentido, os riscos e os desastres não dizem respeito somente a possibilidade de ocorrência de fenômenos abruptos, isolados, externos a sociedade e violentos, mas sim a partir da imprevisibilidade de fatores gestados no próprio meio social, cotidianamente, interdependentes e decorrentes da relação homem/natureza (MASKREY, 1993).

Encarar os riscos a partir da ótica das ciências sociais significa admitir que não há risco independente do contexto social em que ele se expressa. Todos os fenômenos considerados riscos só podem ser assim caracterizados quando são estimados a partir da possibilidade de gerar algum prejuízo material, humano e econômico ou enquanto possibilidade de afetar determinada ordem social.

Os riscos, nesta perspectiva, são decorrentes da vulnerabilidade social que uma sociedade apresenta num dado espaço e num dado tempo. Assim, se um fenômeno da natureza (furacão, terremoto, seca, etc.) se manifesta sem que haja um impacto no meio social, não pode ser considerado um desastre. Desta forma os riscos não podem ser somente descritos como a possibilidade de ocorrência de fenômenos exclusivamente da natureza, mas sim como resultado da relação sociedade/natureza e, essencialmente, como resultado da imprevisibilidade e incerteza dos resultados das ações humanas. Os riscos da degradação ambiental passam, assim, a serem vistos como construções sociais (Beck in GIDDENS, BECK & LASH, 1995).

Embora critique também as abordagens técnicas e probabilísticas dos riscos, o cientista social inglês Antony Giddens vai mais além, apontando as características centrais dos riscos das sociedades da alta modernidade, onde tais riscos (particularmente os ambientais e tecnológicos) tornam-se um aspecto central das sociedades contemporâneas e não meros efeitos colaterais do desenvolvimento.

Anthony Giddens aponta para o fato de que os riscos de alta gravidade (de conseqüências globais e que afetam todos indistintamente), tais como o aquecimento global, a poluição dos recursos hídricos, a contaminação dos alimentos, a AIDS, o buraco na camada de ozônio, a desertificação, a ecotoxicidade, a radioatividade, dentre outros; embora sejam reconhecidos por grande parte da comunidade científica e pela população, são ao mesmo tempo imprevisíveis e incomensuráveis em sua manifestação. Estes riscos de grandes

proporções têm também gerado divergências mesmo entre os pesquisadores, que põem em dúvidas não somente as conseqüências de tais riscos, mas também a própria existência<sup>16</sup> destes (TAMAMES, 1999).

Mesmo reconhecendo que os riscos já existiam antes da sociedade industrial, Giddens lembra que os riscos da alta modernidade não são estritamente naturais, mas sim artificialmente criados pelo próprio desenvolvimento científico e tecnológico. Ele argumenta que o fato de que a maioria das pessoas, em suas vidas cotidianas, se deparar com sistemas de conhecimentos peritos diante dos quais são leigos, implica em estruturar a vida social em função de conhecimentos cada vez mais questionáveis, tanto do ponto de vista da incerteza das escolhas, como de suas conseqüências.

Para exemplificar esta característica dos riscos na alta modernidade, Giddens cita o caso do acidente nuclear em Chernobyl, os danos à saúde com o uso de agrotóxicos e o efeito estufa, dentre outros fenômenos, que são decorrentes do desenvolvimento técnico-científico e que têm impactos negativos imprevisíveis para o indivíduo, para a sociedade e para o meio ambiente. Os riscos considerados anteriormente naturais começam também a serem reconhecidos como processos artificiais criados pela sociedade (LATOURET, 1994).

É importante observar que a sociedade de risco emergiu da obsolescência da sociedade industrial tradicional. Os riscos se estenderam pelos campos social, político, econômico, individual e ambiental, tendendo a escapar dos controles das instituições desta sociedade industrial. Espalhando-se por todos os setores da vida, os riscos passam a fazer parte do cotidiano das pessoas, ao passo em que são sistematicamente produzidos e reproduzidos socialmente (GIDDENS, 1996).

---

<sup>16</sup> O que se percebe é que as divergências para identificar e caracterizar os riscos globais têm sido apontadas como o principal motivo de impedimento para que sejam implementadas políticas sociais conjuntas. A inexistência de consenso na comunidade científica internacional serviu, por exemplo, de argumento para que os EUA não assinassem os acordos da Eco-92, da Conferência de Kyoto (2000) e da Rio+10 (2002).

A primeira fase deste processo ocorreu com a produção das auto-ameaças pela sociedade industrial. Neste período os riscos eram percebidos, mas não eram ainda uma questão pública ou o centro dos conflitos políticos. Na segunda fase, os debates e conflitos (tanto públicos como privados) passam a questionar alguns aspectos da sociedade industrial, expondo os riscos criados pelo próprio sistema de confiança em crise.

Procurando sempre evitar cair no irracionalismo, Giddens promove uma profunda crítica do Iluminismo e do pensamento científico tradicional que previam um conhecimento crescente e universal do mundo e da sociedade, capaz de garantir o controle dos processos naturais e sociais para fins pré-determinados. Alguns pensadores, como H. Leff e A. Giddens, defendem a tese de que a criação dos saberes especialistas gerou uma contradição interna no processo do conhecimento, na medida em que, além destes conhecimentos serem passíveis internamente de questionamento, criou fronteiras ao conhecimento que não existem na prática; além de estimular formas diferenciadas (muitas vezes excludentes) de conhecimento. Outras formas de conhecimento são agora validadas como, por exemplo, o conhecimento leigo (o chamado "conhecimento local"), de acordo com o contexto em que se apresenta como resposta a determinadas situações de vida: a confiança torna-se instável apesar de figurar ainda como centro das relações e do conhecimento (LEFF, 2002; GIDDENS, 1996).

Os riscos passam a ser um produto do próprio desenvolvimento da sociedade e do conhecimento produzido por esta. Este conhecimento promove suas escolhas em função dos processos de interesses (individuais ou coletivos) inscritos na ordem social, buscando assegurar uma margem de segurança para instituir seus preceitos.

Não admitindo a tese de "riscos aceitáveis", Giddens promove um forte questionamento do conhecimento perito e alerta para o fato dos riscos de grandes conseqüências não serem devidamente tratados como uma problemática imponderável para o conhecimento estanque. Ao mesmo tempo, o autor faz ver que o crescimento da incerteza é o

resultado deste processo, que fundado na confiança em sistemas fechados, acha-se agora mergulhado em uma crise de credibilidade.

A incerteza não corresponde somente a um estado psicológico de imprecisão ou de dúvidas sobre o futuro, ou sobre determinados fenômenos e coisas. A incerteza é, antes de tudo, um produto institucional artificialmente criado pela modernidade, como resultado do desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico da sociedade industrial moderna.

Conforme esclarece Giddens, a incerteza não é um fenômeno recente (assim como os riscos), muito embora a sua manifestação atual possua características próprias, como o auto-risco e o seu surgimento no bojo do conhecimento científico e tecnológico. A "crise ecológica" é a expressão mais forte não de um problema do mundo que nos cerca, mas de uma crise institucional profunda da própria sociedade. A imprevisibilidade das ameaças provocadas pelo desenvolvimento da sociedade técnico-industrial exige uma reflexão das bases da coesão social e o exame das convenções e dos fundamentos predominantes da "racionalidade" (Idem, 1995: 19). Sobre isto, Giddens explica que:

"O 'retorno da incerteza à sociedade' significa aqui, antes de tudo, que um número cada vez maior de conflitos sociais não é mais tratado como problemas de ordem, mas como problemas de risco. Tais problemas de risco são caracterizados por não terem soluções ambíguas; ao contrário, são distinguidos por uma ambivalência fundamental, que pode em geral ser compreendida por cálculos de probabilidade, mas que não podem ser resolvidos desta maneira [...] Em face da crescente ausência de clareza - e este é um desenvolvimento que vem se intensificando - desaparece quase obrigatoriamente a fé na factibilidade técnica da sociedade." (Ibidem: 21)

Ao admitir a incerteza como elemento central em suas análises, este pensador estabelece os postulados fundamentais de sua teoria, no sentido de perceber o processo de construção da incerteza e dos riscos como inexorável ao próprio desenvolvimento das "verdades" científicas. Sendo assim, a incerteza passa a influenciar todos os aspectos da vida social e a promover alterações nas bases de sustentação do pensamento científico. A incerteza retorna à cena e se prolifera por toda parte, implicando em conflitos e coalizões.

De acordo com Giddens, a “incerteza artificial” se estende por quatro dimensões institucionais da modernidade. São elas:

1. Os impactos do desenvolvimento social moderno sobre os ecossistemas mundiais. A escassez dos recursos naturais, no comprometimento do equilíbrio biogeoquímico do planeta, o buraco na camada de ozônio, o superaquecimento, a desertificação, etc., tornam-se processos crescentes e, ao mesmo tempo, de conseqüências indeterminadas;
2. O crescimento da pobreza em larga escala por todo mundo, não somente como conseqüência da ausência de desenvolvimento econômico, mas fundamentalmente em conseqüência deste “desenvolvimento”;
3. Outro aspecto desta crise da incerteza é a disseminação de armas de destruição maciça, somada ao crescimento da violência coletiva. O aumento dos conflitos localizados que tendem a dispersão, a existência de armas nucleares e a multiplicação das formas de violência, são alguns exemplos desta violência que desafia os governos em todo o mundo;
4. Por fim, a repressão em grande escala aos direitos democráticos que impedem o desenvolvimento do potencial humano, tanto por causa da pobreza compulsória, como por conta das restrições das circunstâncias em que muitas populações vivem. Ou mesmo pelos limites das dimensões institucionais, que tornam imprevisível uma mudança neste sentido.

Entender a compreensão de Giddens da “incerteza artificial” implica em compreender que os riscos são ativamente confrontados dentro de estruturas de ação, organizadas de maneira reflexiva. Seu caráter é imponderável e, justamente por isso, medidas precautórias<sup>17</sup> não podem ser instituídas de cima pra baixo. Ou seja, o conhecimento perito não diz muita coisa sobre esta realidade multifacetada, que foge a qualquer determinismo em suas conseqüências.

---

<sup>17</sup> Giddens refere-se as constantes controvérsias entre peritos e especialistas de diferentes áreas na caracterização e definição de um mesmo fenômeno, bem como das falhas e erros costumeiros dos sistemas especialista que têm causado graves conseqüências a saúde pública e ao meio ambiente (GIDDENS, 1995:25-26).

Desejamos resgatar esta percepção do aumento da incerteza na sociedade de alta modernidade, expressa em termos de riscos de grande impacto, particularmente os decorrentes da degradação ambiental. Buscando entender, no campo da Sociologia, o embate entre as teorias que grosso modo defendem projetos de sustentabilidades institucionais (LEFF, 1993; VEIGA, 1993; SACHS, 1986 et al) como possibilidades para a crise e aquelas que questionam as saídas encontradas por não conseguirem responder, ainda, ao processo crescente de riscos e insustentabilidades criado pela própria racionalidade técnica (RIBEIRO, 1992; SMITH, 1988; GIDDENS, 1997; ALTVATER, 1999 et al). Associa-se a isto também a contradição entre a formação de um discurso universalista da questão ambiental, com a valorização da sustentabilidade local, ao mesmo tempo em que prevalecem os processos de degradação ambiental por toda parte.

### **2.3 Degradação ambiental e sustentabilidade**

Por causa da iminência dos riscos e da vulnerabilidade social, está ocorrendo uma concentração de enfoques no campo ambiental. A necessidade de buscar alternativas para o desenvolvimento, que superem o modelo atualmente posto em prática em todo o mundo, tem sido a preocupação de muitos pesquisadores. As formas de uso abusivo dos recursos naturais, a ocupação dos espaços urbanos, a produção e o consumo de riquezas, têm trazido inúmeros problemas e prejuízos ainda pouco calculados (BUARQUE, 1990).

O modelo de desenvolvimento urbano praticado no Brasil está baseado na degradação ambiental e social. O fenômeno da urbanização acelerada ocorrida a partir dos anos 40 há muito está sem controle, incorrendo numa verdadeira inchação das cidades e gerando verdadeiros bolsões de miséria. A grande maioria das populações das cidades brasileiras, com raras exceções, convive cotidianamente com a pobreza estrutural e com a degradação ambiental do seu entorno (SANTOS, 1979).

As desigualdades sociais são aprofundadas por um modelo econômico que promove a exclusão em massa como regra básica de desenvolvimento social. Ou seja, o desenvolvimento econômico das últimas décadas não trouxe qualquer benefício para a maioria da população. Ao contrário, este modelo de desenvolvimento acirrou as contradições sociais ampliando a miséria para grandes parcelas da população (SACHS, 1986). A continuidade deste processo de desenvolvimento tende a acarretar ainda mais desigualdades sociais e degradação do meio ambiente.

Está em curso hoje no mundo, embora de maneira incipiente e bastante limitada, um amplo processo de mobilização discursiva em torno da construção da(s) proposta(s) do chamado desenvolvimento sustentável<sup>18</sup>, que pode significar uma mudança de atitude diante da relação homem-natureza (CAVALCANTI, 1995). A dificuldade está em manter os atuais níveis de produção (industrial, agrícola, de serviços, etc.) sem comprometer as bases de sustentação do desenvolvimento, tendo em vista que os recursos estão se esgotando numa progressão inversa aos níveis de produção. Ou seja, quanto mais se aumenta a produção mais degradação se produz e mais se esgotam os recursos<sup>19</sup>. Neste caso, teremos que pensar em um desenvolvimento que não se baseie no consumismo e que tenha por base outros parâmetros para o desenvolvimento que não sejam baseados no industrialismo, na urbanização, no individualismo e no consumo ilimitado.

O conceito de desenvolvimento sustentável traz à discussão problemas iminentes da própria estruturação de seu significado. Assim, resumidamente, podemos observar que a formação do conceito é resultado de uma bricolagem teórica e de termos:

---

<sup>18</sup> Dentre as muitas definições de desenvolvimento sustentável ou sustentado, nos ocuparemos daquela que o define como a associação do desenvolvimento econômico e da justiça social com a prudência ecológica. Sem esquecer da "solidariedade diacrônica intergeracional", que significa garantir a satisfação das necessidades das presentes gerações, sem comprometer a possibilidade da satisfação das necessidades das gerações futuras (ALMEIDA, 1999; TAMAMES, 1999; RATNER, 1992; etc).

<sup>19</sup> Embora alguns economista apontem para uma redução dos fluxos de capitais e da produção industrial (MIROW, 1978; SANTOS, 1994) o fato é que praticamente toda a produção está ameaçada pelo comprometimento das reservas, apesar de ocorrer a profusão do atual modelo por todas as partes do mundo.

1. Desenvolvimento: Ato ou efeito de desenvolver. Acepção marcada pelos conteúdos valorativos (etnocêntricos) de progresso, consumo e crescimento econômico, social e político dos países centrais do capitalismo. A ênfase é dada ao desenvolvimento econômico (PASCHOAL, 1995; RATNER, 1992; RIBEIRO, 1992).
2. Sustentabilidade: Do verbo latim “*sustentare*” que significa “capaz de ser mantido, perpetuado”. Destaque para a chamada “solidariedade intergeracional”, ou a capacidade de satisfazer as necessidades das presentes gerações, sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades (JARA, 1999; HOGAN & VIEIRA, 1995).
3. Desenvolvimento sustentável: Dentre as muitas definições existentes há um eixo comum que significa a “busca da interação do desenvolvimento econômico, do desenvolvimento social e da prudência ecológica”. O termo surgiu pela primeira vez no Relatório Brundtland (1987) da ONU (ALMEIDA, 1999; Brüseke in CAVALCANTI, 1995; D'AMBRÓSIO, 1999).

No Brasil, a aplicabilidade dos postulados que fundamentam o desenvolvimento sustentável passa, necessariamente, pelo enfrentamento da grave crise social derivada da pobreza, desigualdade e exclusão social (LIMA, 1994).

Para se ter uma idéia da exclusão social no Brasil basta observar que de 132 países analisados pelo Banco Mundial em 2000, o Brasil foi o campeão mundial da desigualdade, com 10 por cento de sua população detendo 51,3 por cento da renda nacional, e com aproximadamente 60 por cento dos trabalhadores ganhando até dois salários mínimos (Folha de São Paulo, 26/06/00).

Os problemas ambientais urbanos no Brasil são decorrentes da chamada “inchação” das cidades que fez do espaço urbano o local onde se concentra cerca de 81 por cento da população brasileira (Censo IBGE, 2000) vivendo em péssimas condições, muito embora haja

uma fervorosa discussão sobre o caráter dos municípios brasileiros. Quer sejam mais rurais que urbanos, ou “rurbanos” (como alguns defendem), o fato é que esta realidade afeta grandes, médios e até pequenos municípios que apresentam graves problemas ambientais (RAMALHO, 1996).

Percebe-se que a degradação do meio ambiente está intimamente relacionada com a deterioração das condições de vida da população, pois problemas como lixo, esgotos, desmoronamentos, falta de saneamento, poluição, etc., são produtos de um ambiente social em desequilíbrio. São populações inteiras expostas a um ambiente deteriorado, convivendo com riscos constantes e desastres iminentes.

Por outro lado, percebe-se uma modesta, mas crescente, mobilização ecológica fundamentada na quebra do paradigma cartesiano-newtoniano<sup>20</sup> e a sua substituição por uma visão do mundo complexa, integradora, sistêmica, conjuntiva e holística<sup>21</sup>, que propõe uma aliança entre a cultura e a natureza (TOLBA, 1980). A questão ambiental está presente em todas as discussões por todo o mundo, como um problema social iminente. A destruição da camada de ozônio decorrente da emissão de monóxido e dióxido de carbono, o efeito estufa, a desertificação crescente e o comprometimento do ambiente natural (fatores bióticos e abióticos), apenas para falar de alguns problemas, desafiam toda humanidade na busca de soluções imediatas.

Apesar dos temas relacionados ao meio ambiente estarem em voga, constata-se que a medida em que aumenta o conhecimento sobre a problemática ambiental e se cria mais “consciência ecológica”, se acelera também a deterioração ambiental em todas as partes. Pouca atenção, aliás, se tem dado à lacuna existente entre a lógica do discurso ambientalista e

---

<sup>20</sup> Entenda-se por paradigma cartesiano-newtoniano a forma de estruturação das ciências como conhecimento específico, estanque e compartimentalizado, que estabelece uma distância entre o objeto e o pesquisador. Compreendendo o sujeito como racional e, portanto, superior, que deve dominar as leis da natureza para utilizá-las em seu benefício (CHAUI, 1997)

<sup>21</sup> O holismo é uma compreensão do homem e do mundo de maneira integrada, que busca a totalidade do ser e que se pauta na complexidade dos fatores e processos (CAPRA, 1982; LARRERE & LARRERE, 1999; LEFF, 2000; MORIN, 1998).

a realidade de destruição crescente dos recursos naturais. Este "modismo ecológico" não tem representado substanciais mudanças de comportamento diante da questão.

A profusão em massa do termo desenvolvimento sustentável não significou uma transformação real dos processos produtivos, de distribuição e de consumo, baseados na degradação ambiental (PASCHOAL, 1995). Muitas vezes o conceito de desenvolvimento sustentável é empregado para justificar, legitimar ou referendar, práticas e projetos distintos e contraditórios em relação aos princípios gerais de formação original do conceito. Sobre isto trataremos detalhadamente no Capítulo 3.

Uma das dificuldades centrais das experiências de sustentabilidade levadas a cabo por diferentes agentes sociais reside no fato da impossibilidade de se manter práticas e relações sociais na direção do desenvolvimento sustentável de maneira isolada e independente do conjunto da sociedade, que mantém o consumismo e as práticas geradoras da degradação ambiental em ritmo crescente.

O problema ambiental decorre de um modelo de desenvolvimento econômico e social praticado em todo o mundo que está fundamentado na superioridade do ser humano diante da natureza. Este modelo é inspirado no paradigma dominante inaugurado por Francis Bacon (1561-1626) e René Descartes (1596-1650), que propõe conhecer a natureza para dominá-la e colocá-la a seu serviço. A idéia fundamental é de que "saber é poder" e que o conhecimento, principalmente o matemático, seria capaz de criar um mundo perfeito e completo, baseado na ordem e na medida justa da inteligência e da razão (CHAUÍ, 1997).

Os desequilíbrios sociais e ambientais são produtos de um processo histórico que construiu diferenças e hierarquias. Relações desarmônicas estas, dos homens perante a natureza e dos homens entre si. Tornando-se um fenômeno fundamentalmente de ordem política, pois diz respeito ao processo de organização social, de produção e consumo,

envolvendo ainda a estruturação dos espaços privado e público, as ações individuais e coletivas, bem como a participação dos poderes públicos e toda sociedade civil.

#### **2.4 A ecologia midiática**

A partir dos anos 60, com os impactos da degradação ambiental por todo o mundo (escassez de recursos, poluições, desertificação, extinção de espécies, etc.) e o crescimento das tecnologias que permitiram maior fluxo de informações (televisão, satélites, Internet, fibra ótica, etc.), houve uma transformação significativa na percepção do meio ambiente (LARRERE & LARRERE, 1999). Problemas anteriormente vistos apenas como locais e independentes, agora passam a serem encarados como globais em suas causas e em suas conseqüências. Questões aparentemente independentes (como a pobreza e a degradação ambiental) passam a ser reconhecidas, por um número crescente de pessoas, como variáveis de um mesmo processo: a relação predatória do homem sobre a natureza e/ou o resultado do modelo de desenvolvimento praticado em todo o mundo (VIEIRA & WEBER, 1997).

A preocupação com os problemas ambientais surgiu inicialmente nos países mais desenvolvidos, principalmente porque foram eles os primeiros a sentirem os efeitos da degradação dos seus recursos naturais decorrentes do consumo desenfreado. No início do século XX a discussão estava ainda restrita aos meios científicos e acadêmicos, pois era uma questão praticamente desconhecida da opinião pública e da mídia. As abordagens da questão se davam fundamentalmente nas chamadas Ciências Naturais, particularmente na biologia. A problemática ambiental, devido a iminência de outras questões, foi sufocada pelas duas guerras mundiais (1914/18 e 1939/45), só reaparecendo na década de 60.

A realização de conferências mundiais, como a de Estocolmo em 1972 e a Rio-92, com o propósito de discutir o problema, contribuíram para a visibilidade da problemática ambiental pela mídia. Contraditoriamente, o processo de degradação continuou (e continua) imperiosamente sem qualquer sinal de arrefecimento, e a questão ambiental que atingiu, no

Brasil, seu apice na mídia no início dos anos 90 com a Rio-92, foi perdendo espaço, passando a ocorrer fundamentalmente abordagens superficiais e esporádicas sobre o assunto (RAMOS ANGERAMI, 1995).

As primeiras referências da mídia sobre a problemática ambiental limitavam-se, em geral, aos aspectos da escassez dos recursos e a necessidade econômica de se buscar novas fontes de energia (tanto do ponto de vista de novas tecnologias, como a aplicação de um projeto geopolítico de recolonização dos mercados mundiais). Nos anos 60 e 70 a questão ambiental ainda não fazia parte do discurso midiático de maneira substantiva, mesmo porque a sociedade civil, os setores público e privado, não haviam ainda despertado para a importância do tema. Apenas revistas e jornais especializados debatiam problemas ecológicos, de maneira bastante limitada e segmentada. A sociedade e a mídia não davam importância aos problemas ambientais que começavam a surgir (MARTINE, 1993).

A partir da Conferência de Estocolmo (1972), com a iniciativa de criação e implantação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e a formulação do conceito de “ecodesenvolvimento”<sup>22</sup>, houve uma mobilização comunicativa e instrumental em torno da questão ambiental. Com a Declaração de Cocoyoc (1974), e o Relatório *Que Faire* apresentado no ano seguinte, por ocasião da 7ª Conferência Extraordinária das Nações Unidas, a problemática ambiental é definitivamente reconhecida como uma questão que está na base dos problemas da humanidade (Vieira in VIOLA, 1998:55).

No início dos anos 80 podemos dizer que a mídia “descobriu” a questão ambiental. Inicialmente ocupando espaço periférico no discurso midiático, a problemática ambiental foi ganhando espaço na medida em que chamava a atenção não apenas da comunidade científica, mas das instituições governamentais, das entidades civis e da própria população, que já

---

<sup>22</sup> Termo que designa um “estilo” de desenvolvimento participativo, de estratégias plurais de intervenção, adaptadas aos contextos culturais e ambientais locais. Incorporado também a necessidade do confronto político das desigualdades sociais, e a consciência dos limites e vulnerabilidade dos recursos naturais (SACHS, 1986).

começava a sentir a escassez dos recursos e os efeitos da degradação ambiental. A mídia acompanhou, assim, a “onda” ecológica que percorria toda a sociedade.

Em 1987, com o relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecido por “Relatório Brundtland”, *Nosso Futuro Comum*, e a confirmação da inflexão do industrialismo, o “direito de ingerência”<sup>23</sup> da comunidade internacional e a idéia de “responsabilidade comum” foram consagrados como princípios fundantes da proposta de sustentabilidade.

Os impactos desta perspectiva foram grandes em virtude de uma reação dos países mais pobres, como o Brasil, que se sentiram ameaçados de perder a autonomia e ter suas riquezas naturais desapropriadas, enquanto os países do capitalismo central não aceitavam diminuir seus níveis de consumo. Neste contexto, o reconhecimento da questão ambiental já extrapolava os agentes sociais (empresas, comunidade científica e entidades governamentais) diretamente envolvidos com a discussão, tornando-se uma questão de reconhecimento público.

A formação dos partidos verdes em vários países do mundo, a mobilização da sociedade civil, o tratamento multidisciplinar da questão ambiental, além do envolvimento dos setores público e privado, dentre outros fatores, propiciam um ambiente favorável para uma articulação comum. No interior deste processo está a mídia, que além de sua função imanente de manipulação e integração de mensagens/informações, cumpriu o papel de mobilização de forças em torno de um projeto ambiental difuso<sup>24</sup> e ao mesmo tempo integrado aos fins sistêmicos (VIOLA, 1998).

O ápice do tratamento midiático em torno das questões ambientais, ou ambientais, ocorreu no início dos anos 90, com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (UNCED) na cidade do Rio de Janeiro, conhecida como

---

<sup>23</sup> Fundamentado no preceito da ONU que garante o direito de intervenção local para assegurar a paz e o bem estar internacional.

<sup>24</sup> Mesmo apresentando propostas em torno do conceito de desenvolvimento sustentável.

Rio-92. No mundo inteiro, particularmente no Brasil que sediava o encontro, a mídia montou uma ampla cobertura. A problemática ambiental ganhou destaque nos meios de comunicação de massa na mesma proporção em que se transformou em uma espécie de modismo *light*, sinônimo de sofisticação e maneiras de agir e pensar “politicamente corretas”.

Durante a Rio-92 e algum tempo depois, a mídia foi “contaminada” pela “onda ecológica” e passou a veicular questões ambientais das mais diferentes formas. Comerciais de todos os tipos, novelas, telejornalismo, e a quase a totalidade da programação dos mais diversos meios de comunicação utilizaram este “gancho”<sup>25</sup> e se aproveitaram da popularidade do tema para “vender” seus produtos. O comportamento ecológico figurou como a maneira indicada daqueles que desejam agir de maneira politicamente correta. A questão ambiental tornou-se uma estratégia de marketing capaz de dar brilho aos mais diferentes produtos e serviços, adequando-os à lógica do mercado e contribuindo, não para mudar as atitudes e a consciência, mas principalmente para reproduzir as velhas estruturas com uma nova roupagem (ALEXANDRE, 2000; KALAORA, 1993).

A instabilidade e a dificuldade de aplicação das iniciativas ambientais tornaram-se obstáculos na construção de uma possível proposta convergente das forças mobilizadas em torno do conceito de desenvolvimento sustentável. Somava-se a isto a decisão dos países centrais de não se submeterem às decisões coletivas sobre o meio ambiente e o desenvolvimento, ao mesmo tempo em que ocorria o arrefecimento da mídia sobre o tema. De modismo exacerbado, a problemática ambiental entrou no século XXI como um tema periférico e ocasional no discurso midiático, embora os problemas ambientais tenham aumentado em número e em complexidade, e ocorram mais mobilizações que antes das populações por todas as partes do Brasil e do mundo.

---

<sup>25</sup> No jargão jornalístico significa “pegar carona na notícia” e utilizar assuntos recorrentes para produzir notícias.

A mídia (que poderia ajudar neste processo de discussão) não contribui para a compreensão da problemática ambiental, mesmo ocorrendo alguns casos onde a questão se coloca em termos de educação ambiental<sup>26</sup>. Nestes casos, os conteúdos estão voltados para as funções sistêmicas, na medida em que não discutem soluções eficazes (quando muito apenas paliativas) para os problemas; e as formas também estão comprometidas, pelo tratamento apartado da questão social e fragmentado em sua articulação, como aparece no discurso midiático (HOGAN & VIEIRA, 1995).

Existem, atualmente, três tipos principais de coberturas jornalísticas sobre questões ambientais: as matérias baseadas em denúncia, as que apresentam propostas imediatas para a solução dos problemas ambientais e a divulgação amena de assuntos como nichos ecológicos, parques e reservas florestais. Este último tipo de divulgação, mais “*light*” do meio ambiente, é feita por programas de televisão como o “Globo Ecologia”, revistas como a “Revista Geográfica Universal” (Bloch), “Caminhos da Terra” (Abril), e os cadernos turísticos dos jornais (ANDRADE, 1998).

Na televisão, é cada vez mais raro tratar-se da problemática ambiental. Em termos restritos ao meio ambiente, e ainda de maneira bastante limitada, devemos destacar programas como o *Globo Ecologia* e o *Globo Repórter*, da Rede Globo de Televisão (que funciona como um canal aberto), ou o programa *Planeta Terra* e o *Repórter Eco* da TV Cultura, ou ainda, os canais disponíveis apenas para quem tem antena parabólica, como o AmazonSat e a TV Educativa, ou assinaturas como SKY, DirecTV e MaisTV, que têm tratado de temas relacionados ao meio ambiente de maneira bastante insipiente (RAMOS ANGERAMI, 1995).

## 2.5 Mídia: universo de símbolos em movimento

A comunicação é um aspecto sumariamente social da realidade humana. Através de códigos e símbolos, o homem cria representações do mundo social, da natureza e de seus

---

<sup>26</sup> Apesar da raridade de programas de educação ambiental, quando ocorre limitam-se a abordagem tecnocráticas ou sublimadora das iniciativas individuais como solução para os problemas ambientais. Ver Andrade (1998).

próprios pensamentos. A comunicação, sem dúvidas, é um dos instrumentos mais importantes na construção e mudança da realidade social.

Vivemos numa época em que a comunicação é a chave para as transformações no pensamento, nas atitudes e no meio social. Com o rádio, jornais, revistas, televisão e agora com o advento das *networks*<sup>27</sup>, ocorreu um verdadeiro *boom* na informação. O fenômeno da globalização está intrinsecamente ligado a universalidade, rapidez e importância crescente da informação na constituição da realidade social. A idéia de comunicação implica na idéia de conectividade, que os matemáticos conhecem por transitividade. Ou seja, de acordo com J. A. Lopes, o fluxo provém de um meio de trabalho, técnico, em uma cadeia de relações da qual cada processo se conecta a outro, apresentando assim, uma relação geral de conectividade própria da comunicação (LOPES, 1991).

Nesta perspectiva, as mediações simbólicas da dinâmica social estão articuladas entre si e cumprem uma dupla finalidade: a interligação/cadeia dos próprios meios/produtos e um valor-de-uso nas relações de produção. Ao mesmo tempo em que promove a conexão das informações, formando a “rede planetária em que você ainda vai se plugar”, reproduz, cria e alimenta as relações sociais simbólicas dominantes.

De acordo com Dantas (1997:20), a mediação apoiasse em um modelo cultural ideal que enquanto padrão exerce um efeito controlador, através da incorporação do *habitus*<sup>28</sup>, estudado por Bourdieu, da ritualização (no sentido antropológico) das práticas da sociabilidade cotidiana e de uma discursividade que perpassa um conjunto de valores, ideologias e normas de comportamento (BOURDIEU, 1989). Não queremos perder de vista o fato de estar em curso uma ligeira perda de nitidez da distinção real/ficcional, na qual a

---

<sup>27</sup> Networks indica todo o sistema de computadores interligados no mundo inteiro, formando a chamada Internet.

<sup>28</sup> Bourdieu resgata e amplia o significado dos gregos antigos de *habitus*, como se referindo não apenas a vida cotidiana, mas todo o conjunto de valores e intersubjetividades distoantes do meio que perpassam os costumes (BOURDIEU, 1989; 1996).

televisão é um instrumento essencial, a partir do momento em que não é mais a ficção que imita o real, mas o real que também reproduz a ficção (AUGÉ, 1998).

Devemos destacar que a passagem do atual (conjuntura social e subjetiva) para o virtual (conjunto de representações da mídia) implica na “elevação da potência” da entidade considerada (desdobramentos do discurso midiático). A palavra virtual vem do latim medieval *virtualis*, derivado por sua vez de *virtus*, força, potência. Na filosofia escolástica, é virtual o que existe em potência e não em ato. O virtual tende a atualizar-se, sem ter passado, no entanto, à concretização efetiva ou formal (LÉVY, 1998). A virtualização não é uma desrealização (a transformação de uma realidade num conjunto de possíveis), mas uma mutação de identidade, um deslocamento do centro de gravidade ontológico<sup>29</sup> do objeto considerado: em vez de se definir principalmente por sua atualidade (uma “solução”), a entidade passa a encontrar sua consistência essencial num campo problemático.

O texto implícito do discurso midiático tem como direção e sentido a elaboração de nossos pensamentos, a precisão de nossa imagem do mundo, a culminação de nossos projetos, o despertar de nossos prazeres e o fio de nossos sonhos. Este texto é recortado, pulverizado, distribuído e avaliado segundo critérios de uma subjetividade que produz a si mesmo, se refazendo a todo instante. Produzindo, desta maneira, um *continuum* variado que se estende assim entre a leitura individual de um texto preciso e as vastas redes comunicacionais, interligando dados, palavras e imagens. As informações e os conhecimentos passam a constar entre os bens econômicos de valor primordial. Estes bens não são “imateriais” e sim desterritorializados, pois não estão presos e podem viajar. Esta qualidade, aliás, é que lhe confere alto valor (LÉVY, 1998).

Os valores e pensamentos não são simples produtos do indivíduo, são funções de diálogo ou multidialogo, real ou imaginário, determinadas em função de uma implicação em

---

<sup>29</sup> A ontologia é uma parte da metafísica, considerada a ciência que estuda o ser em geral e suas propriedades transcendentais.

comunidades vivas com suas heranças, conflitos e projetos. Em plano de fundo ou em primeiro plano, estas comunidades estão presentes no menor de nossos pensamentos. Conhecimentos, valores e ferramentas transmitidos pela cultura constituem o contexto nutritivo, o caldo intelectual e moral, que nutre o discurso midiático, que por sua vez, nutre a realidade social. Os indivíduos, contudo, tecem suas pequenas variações e produzem inovações importantes.

Em síntese, as mensagens do discurso midiático têm as seguintes características:

- > Uma coleção de signos ou de componentes da mensagem;
- > Conexões, remissões e ecos entre as partes da mensagem (emissor, receptor, *feedback*);
- > Uma distribuição de valores positivos ou negativos sobre os elementos, zonas ou ligações, ou mesmo um valor que emerge do conjunto;
- > E, enfim, uma energia diferentemente investida em certas ligações, em certos valores: “linhas de força”, uma estrutura.

Estas mensagens, se nos ativermos à sua significação, funcionam como uma configuração dinâmica, uma espécie de campo de força instável (diversamente interpretável) e que remete evidentemente a seu exterior para funcionar, com outras mensagens, referências “reais” e interpretações.

O conjunto das mídias forma uma complexa rede de informação e formação de ideologias, que ainda carece de ser mais bem estudada. Os impactos sobre o meio social e sobre o indivíduo necessitam de uma reflexão profunda que envolva questões políticas e econômicas. Sem esquecer aspectos como a cultura, a psicologia e a lingüística, fatores tanto quanto importantes diante desta realidade multifacetada (CASTELLS, 1999).

Todavia, interessa-nos uma questão em particular: a representação simbólica da mídia sobre os riscos ambientais. Sabemos que a representação midiática condiciona a dinâmica

social e propõe um projeto de comunicação para o conjunto da sociedade brasileira. No caso da televisão, todos os significantes são muito mais imperativos que nos demais meios, por sua abrangência<sup>30</sup> e função<sup>31</sup>.

Da mídia se quer, ao mesmo tempo, a socialização do conhecimento, a perfeição técnica, a democratização da informação política, estética, científica e econômica, além do compromisso com a verdade e a garantia de entretenimento e lazer. Porém, a mídia está subordinada à lógica do mercado e à ideologia das classes dominantes, que formam um tecido que se estende para além das fronteiras nacionais, no qual estamos imersos, nos constituindo (Silveira in JÚNIOR, 1998).

Os meios de comunicação sempre representaram elementos de suma importância na ordem social. Com o advento da televisão, na década de 40 do século XX, experimentou-se uma revolução na emissão simultânea de imagens associadas ao som que ainda não foi superada, nem devidamente estudada. O surgimento do computador<sup>32</sup> e da Internet não substituiu a função da televisão, ao contrário, veio se somar a fim de tornar este meio ainda mais sofisticado. Em regra, processa-se a partir da captação da imagem pela objetiva de uma câmera que é analisada ponto a ponto por um tubo eletrônico. Cada ponto luminoso (pixel) é desta forma transformado em uma impulsão elétrica, que se inscreve em uma fita magnética ou, mais recentemente, em disco laser. A novidade, neste caso, é a extrema maleabilidade da imagem produzida<sup>33</sup>, capaz de abalar as estruturas da figuração. Além da imagem, as mensagens faladas têm a força de um “monólogo” de unilateralidade<sup>34</sup> reprisante, capaz de incutir conteúdos próximos aos padrões dominantes, com a função principal de manter as estruturas sociais vigentes (Capeller in JÚNIOR, 1998).

---

<sup>30</sup> Calcula-se que existem mais aparelhos de TVs nos domicílios brasileiros que geladeiras. Duas em cada três famílias possuem ao menos um aparelho de TV (IBGE, 2000).

<sup>31</sup> Inserção e mobilização de elementos ligados a questões políticas, econômicas, culturais, etc.

<sup>32</sup> O computador permitiu a manipulação do pixel (menor ponto da imagem), a truncagem e a permutação da imagem em números (e vice-versa).

<sup>33</sup> As novas tecnologias permitem a montagem da imagem e sua alteração extrema.

<sup>34</sup> A exceção, com todas as controvérsias dada à indução, é a TV interativa utilizada em alguns programas.

São inúmeros os mecanismos comunicacionais privados e públicos, que se acham freqüentemente inter-relacionados e que cumprem esta função em conjunto. Devemos destacar os seguintes instrumentos da comunicação social sistêmica:

- a) As agências internacionais de notícias<sup>35</sup>;
- b) As agências internacionais de publicidade;
- c) As firmas internacionais de opinião pública, pesquisa de mercado e relações públicas;
- d) As corporações transnacionais que atuam como anunciantes;
- e) Os exportadores de materiais de programação impressos, auditivos e audiovisuais;
- f) Os exportadores de equipamentos e tecnologias de comunicação;
- g) As companhias internacionais de telecomunicação;
- h) Os organismos oficiais de propaganda; e
- i) Os órgãos oficiais e centrais de segurança.

Devemos destacar que os mecanismos de comunicação de massa estão todos integrados no Brasil e no mundo, formando uma imensa teia, conhecida por “aldeia global”. Desta maneira, as agências internacionais de notícias cumprem a função de reproduzir os valores e garantir os interesses dos grupos econômicos e políticos dominantes, veiculando apenas e da forma que lhes convêm as notícias. As publicidades também cumprem estas funções, tendo em vista que atuam na mesma direção, estimulando o consumismo e reproduzindo os valores em questão (HERZ, 1989).

A comunicação está presente em toda estrutura social e permeia todas as relações humanas. De acordo com Lucian Pye (Pye in CHILCOTE, 1998), “é a teia da sociedade humana” que fornece uma estrutura para o estabelecimento ordenado de relações de poder na

---

<sup>35</sup> Ocorre o monopólio da informação pelas UPI (*United Press International*) e AP (*Associated Press*), responsáveis por mais de 80 por cento das notícias veiculadas em todo o mundo, inclusive no Brasil (MATTA, 1980).

sociedade. Os modelos de sistema político<sup>36</sup> são formados a partir do funcionamento da mídia, que fornece a base para a articulação e agregação de interesses, recrutamento, mobilização, participação e influência.

É a mídia que mobiliza as forças que articulam as relações políticas que dão estruturação, explicação e interação às diversas formas de manifestação do poder. O modelo de desenvolvimento social praticado no Brasil promove um ambiente de degradação e desequilíbrio, com sérios prejuízos para a sociedade e para a natureza. Por isso, estas duas “faces” da realidade humana (sociedade e natureza) não podem ser compreendidas separadamente. É necessário um enfoque que observe a “cultura política” enquanto um padrão particular de orientação para determinados comportamentos e ações políticas, entendendo este padrão para além das fronteiras do sistema político regulamentar (Almond in CHILCOTE, 1998).

Nas chamadas sociedades democráticas, a luta contra o interesse oposto, diferente ou antagônico transforma-se na disputa pela obtenção da maioria. Esta maioria somente é conquistada a partir da *discussão pública* e da *propaganda*. A *discussão pública* é a exposição dos argumentos em favor da posição que se quer defender contra qualquer posição contrária, numa interlocução socialmente garantida em que todos os opositores são convocados a intervir. É, assim, aberta a qualquer concernido, diretamente ou através de representante. É garantida, pela existência de espaços públicos institucionais em que cada parte tem direito à locução e à intervenção argumentativa<sup>37</sup>. A *propaganda*, por seu turno, situa-se num outro momento, em que os grupos e sujeitos de interesses devem obter a sua legitimação e validação, isto é, o seu reconhecimento social como parceiro virtual em qualquer discussão pública. É a propaganda, investida da operacionalização midiática, que promove a exposição

---

<sup>36</sup> No sentido mais geral do termo, que designa tudo que está vinculado às questões da pólis, a organização social dos homens.

<sup>37</sup> Não podemos perder de vista o fato de, na maioria dos casos, ocorrer o predomínio de valores, normas e conceitos, condicionado pelas estruturas sócio-econômicas, que acabam excluindo tudo que disto de sua lógica.

dos argumentos que se pretende defender, com o fim de convencimento de um conjunto de pessoas. Daí a importância da mídia.

A mídia, com os novos aparatos tecnológicos, garante velocidade, instantaneidade, visibilidade, espetacularização, simultaneidade, etc., que conferem a informação e a comunicação uma nova fase no desenvolvimento humano, caracterizado pela massificação dos meios e a uniformização de ações dirigidas. Os meios não são simples instrumentos, são instituições. Não são inertes, idênticos ou neutrais. São locutores interessados no jogo político, que agem seletivamente tanto no aspecto quantitativo (tempo de exposição), quanto no aspecto qualitativo (o modo de exposição) (Gomes in MATOS, 1994).

Os conhecimentos compartilhados são alterados pelos meios em função dos efeitos cognitivos da comunicação de massa. Os meios orientam a atenção pública, agendando os temas e atribuindo-lhes relevância numa hierarquia, distribuindo os conhecimentos por segmentos. A maneira fragmentária pela qual o discurso midiático (principalmente a TV) constrói os fatos políticos, os valores e as práticas sociais, valorizando a forma não-verbal, dissolve a discussão política dos temas, personaliza o debate e o despolitiza, substituindo-o pelo espetáculo. A mídia cria uma coesão imaginária da opinião pública, acima das classes sociais, mais por meio de sua estrutura do que pela veracidade de seu conteúdo e de suas fontes (Soares in MATOS, 1994).

O discurso midiático estabelece uma relação dinâmica com o público. Redefinindo os processos de sociabilidade em direção aos padrões imagéticos-discursivos que estruturam o poder. A degradação ambiental é o resultado de um processo histórico que ocorreu com a transformação destrutiva do meio ambiente e a hierarquização das estruturas sociais, acabando por manifestar uma situação de crise e insustentabilidade social e ambiental. Os meios de comunicação de massa promovem fundamentalmente a mediação dos padrões que se aproximam dos princípios norteadores do sistema sócio-econômico.

Não podemos deixar de observar que a própria montagem de equipamentos e tecnologia empregada no Brasil deriva de grandes corporações internacionais<sup>38</sup>. A informação veiculada nos anúncios e mensagens publicitárias é dirigida a uma pequena parcela da população com poder econômico para consumir os produtos anunciados. Assim, os meios de comunicação não levam em conta as devidas necessidades étnicas, culturais, sociais e informacionais das maiorias.

Por outro lado, os conteúdos difundidos estão submetidos a uma imoderada concepção de maximização mercantil, incentivando o consumismo e uma orientação política conformista e pró-*status quo* das diferenças estabelecidas. Este processo se forma com a difusão dos padrões imagéticos-discursivos da mídia que interagem com um processo de outra ordem, formado pelas representações sociais das populações, e acabam constituindo uma contradição nos princípios da racionalidade (HABERMAS, 1987). Esta contradição reside na ocorrência de práticas e lógicas discursivas que reproduzem os princípios da degradação ambiental, enquanto se proliferam os apelos éticos, políticos e institucionais decorrentes da crise ambiental, particularmente pela mídia.

## 2.6 Das percepções aos padrões imagéticos-discursivos

Os meios de comunicação formam um sistema expressivo e tecnológico sofisticado que exige, para funcionar, domínio técnico especializado. Cada um deles exige o conhecimento de uma *gramática*<sup>39</sup> e de uma *poética*<sup>40</sup> próprias, bem como a manipulação de recursos tecnológicos complexos.

---

<sup>38</sup> A Rede Globo de Televisão, por exemplo, recebeu investimentos do grupo *Time-Life* norte-americano na ordem de mais de 6 milhões de dólares, na década de 60, que acabou por gerar uma CPI para investigar o ocorrido (HERZ, 1989). E mais recentemente houve o acordo NEC/Globo, ainda não esclarecido.

<sup>39</sup> Por gramática entenda-se as formas de articulação mediática por meio das quais os conteúdos expressivo transitam na contemporaneidade: as várias linguagens dos meios visuais e audiovisuais.

<sup>40</sup> Entenda-se os tópicos, os *frames* e os hábitos lógicos diante dos quais os conteúdos são tornados expressivos pelos novos meios eletrônicos.

Alguns pesquisadores, como Beltrán e Cardona (1982:94), têm defendido a idéia de que os meios de comunicação de massa têm influência, sobretudo, psicológica em seu público. As implicações seriam primeiramente inculcar nas pessoas “um estilo geral de vida” ou uma “ideologia”, funcionando tal qual “drogas” de efeitos ora “excitante-estimulante”, ora “narcótico-analgésico”. Desencadeando um conjunto de valores e comportamentos, conforme o esquema a seguir:

ESTIMULAÇÃO POSITIVA (excitante-estimulante)	ESTIMULAÇÃO NEGATIVA (narcótico-analgésico)
Individualismo. Elitismo. Racismo	Conservadorismo. Conformismo
Materialismo. Agressividade	Autoderrotismo. Romantismo
Aventurismo. Autoritarismo	Providencialismo

Estes dois tipos de estimulação são considerados contrapostos e complementares. São contrapostos porque não se deve aplicar as mesmas estimulações às mesmas pessoas do público, já que cada um tenderia a influir mais sobre um ou outro segmento deste público: a positiva, para persuadir os indivíduos que potencialmente contribuem para perpetuar o sistema social vigente; e a negativa, para persuadir os que potencialmente estariam dispostos a se rebelar contra ele. São considerados complementares, pois ambos se dirigem a todo público indistintamente. Isto implica supor que tais estimulações não se neutralizam mutuamente nem são incompatíveis entre si e que, portanto, não há problema algum em aplica-las de forma simultânea a todo público.

Entretanto, este modelo explicativo torna os receptores de tais estímulos altamente passíveis de persuasão manipulativa. Esta perspectiva não leva em consideração as realidades específicas de cada contexto social e histórico, bem como desconsidera as resistências e reelaborações destoantes, que as práticas sociais e as singularidades das formações sociais são capazes de apresentar (Gumperz in RIBEIRO, 1998). Aliás, sempre que ocorre um discurso,

seja das mídias ou das populações, ocorrem sempre convenções contextuais específicas que alteram e remodelam todo o curso de uma interação comunicacional a fim de promover uma sincronia conversacional.

Observar a relação das percepções dos riscos pelas populações e pela comunicação social de massa, em sua mais recente versão que é a mídia, não significa simplesmente discutir se ocorre ou não apriorismo<sup>41</sup> da mídia ou das populações, mas observar como ocorre a relação entre estes, a sociedade e a mídia.

A mídia e as percepções dos riscos ambientais pelas populações são fenômenos sociais que mantêm vínculos através das consciências individuais e dos padrões imagéticos-discursivos específicos, que por sua vez são constituídos a partir dos valores, interesses e hierarquias sociais.

Nesta perspectiva, os padrões imagéticos-discursivos comportam-se como um conjunto de “noções tipos” que perpassa o indivíduo e adquire expressão própria (como a moral, a ética, o direito, as formas de classificação, etc). O discurso midiático, entretanto, não deve ser compreendido como um produto diretamente derivado das percepções sociais, mas como possuidor da capacidade de reincidir sobre os fenômenos sociais imprimindo-lhes novos significados.

A mídia imprime necessariamente um discurso pautado na fluidez das mensagens e na seleção de conteúdos. Ao mesmo tempo em que veicula padrões imagéticos-discursivos fundamentados nas percepções coletivas, pois tem de ser assimilável pelo público (sociedade); a mídia, impingida pelo *status* da associação com o imaginário coletivo, também se desdobra sobre o contexto social (CASTORIADIS, 1982).

---

<sup>41</sup> Para Durkheim a questão é colocada em termos de “sociocentrismo X antropocentrismo” ou “consciência individual X consciência coletiva” (DURKHEIM, 1994).

Ou seja, a mídia adquire o poder de interação com o imaginário social não apenas pela capacidade técnica<sup>42</sup> e comunicacional<sup>43</sup>, mas por apresentar geneticamente o mesmo princípio social e manifestar uma lógica que busca o tempo inteiro sua afirmação nas noções mais permanentes e essenciais da sociedade. Desta forma a mídia, fundamentada na suposta imparcialidade e universalidade da informação, estabelece nexos causais com o imaginário social, tornando-se parte dela e redefinindo os princípios e o poder simbólico que a constitui (BALANDIER, 1982).

O discurso midiático (re)produz padrões e normas comportamentais e culturais com base no imaginário social que lhe fornece subsídios. Este imaginário, as crenças e aspirações comuns, juntamente com as manifestações e criações coletivas, formam o cimento que garante à mídia formular um discurso assentado naquilo que há de mais geral e coletivo (SPINK, 1994).

Isto não significa que as percepções dos riscos ambientais pelos indivíduos, pelas populações e pela mídia sejam unidades monolíticas, independentes. Ocorre na verdade uma relação dialética, pois estes conceitos exprimem uma realidade (social e psicológica) em constante mutabilidade, formada por fatores diversos, complexos e de reciprocidade permanente.

A existência de padrões imagéticos-discursivos perpassados pelo discurso midiático não nega a existência de resistências por parte do público. As populações, aliás, tendem a desenvolver estratégias de sobrevivência e um estilo próprio de comportamento e pensamento que foge, em maior ou em menor grau, dos padrões imagéticos-discursivos da mídia. Estes padrões são partes integrantes da própria estrutura de formação, função, movimento e

---

<sup>42</sup> Possibilidade de atingir um grande público, através de vários meios, em curto espaço de tempo.

<sup>43</sup> Complexo integrado de mensagens, meios, público e feedback, que dão fluidez aos conteúdos e as informações.

desenvolvimento da mídia. Responsável pela opinião pública<sup>44</sup>, com legislação específica para o seu funcionamento<sup>45</sup>, mobilizador de vontades e expressões sociais<sup>46</sup>, a mídia está diretamente ligada às questões mais vitais e polêmicas da sociedade contemporânea.

A função de reprodução é a mais importante e básica dos chamados meios de comunicação de massa. Sob a aparência de objetividade, diversidade, indiferença e imparcialidade da produção, se esconde o uso de códigos que promove a transmissão de diversas formas seletivas, as relações de poder da sociedade, as hierarquias e diferenças de gênero, a relação da organização com a estrutura de domínio social, e mesmo, um conjunto de idéias sobre a problemática ambiental (MATTA, 1980).

## **2.7 Crise de racionalidade e construção da natureza**

O conceito de cultura e a discussão do simbolismo interacional em Geertz, como uma teia de significados que os próprios homens tecem, a eles estão presos e a partir deles agem, nos dá uma pista para entender os padrões de significados transmitidos e incorporado aos símbolos difundidos pela mídia (GEERTZ, 1981). A mídia, muito mais do que um instrumental técnico é um instrumental simbólico. O caráter de comunicação social, aliás, como já explicamos, é uma marca indelével da mídia sistêmica.

Embora grande parte das teorias da comunicação identifique o pólo receptor (o público) como passivo e influenciável pelo pólo emissor (a mídia) (Laswell apud SILVA, 1999: 173), observamos que esta explicação é inadequada para dar conta do fenômeno que estamos tratando, cujas características são as seguintes:

---

<sup>44</sup> Uma das características do discurso da mídia, é que suas mensagens são diretamente voltadas para o um dado público receptor.

<sup>45</sup> A Constituição Federal (Título VIII, Capítulo V, arts. 220 a 224,). Código de Ética da ABI, etc.

<sup>46</sup> É o caso, por exemplo, da campanha pelas eleições diretas; ou ainda, a indução de modas e consumos (Weber in NETO & PINTO, 1996).

- 1) A mídia é um meio técnico que tem possibilitado a propagação de padrões imagéticos-discursivos sobre a questão ambiental que são pautados pela racionalidade instrumental de fins sistêmicos;
- 2) As populações desenvolvem outras manifestações discursivas e de percepção dos riscos, muitas vezes destoantes das proposições midiáticas, pois têm uma realidade própria do seu mundo de vida; e
- 3) Os discursos ecológicos buscam a afirmação ontológica de uma natureza dominada e controlada, ao mesmo tempo em que se reproduzem práticas e representações sociais degradantes por todas as partes da sociedade e da mídia.

Ou seja, não se pode querer simplesmente que a população se engaje em projetos de sustentabilidade que vêm de cima para baixo, quando estes projetos são distantes da realidade vivida, ou simplesmente não chegam a se concretizar como prática social, e estão fundamentados na racionalidade técnico-instrumental<sup>47</sup> da mídia.

Sobre isto, as considerações de Habermas são de significativo interesse para elucidar este fenômeno:

"[...] Dizer como as coisas se comportam não depende necessariamente de uma espécie de comunicação realmente efetuada, ou pelo menos imaginada. Não é preciso fazer nenhum enunciado, isto é, realizar um ato de fala. [...] compreender o que é dito a alguém exige a participação no agir comunicativo. Tem de haver uma situação de fala (ou pelo menos ela deve ser imaginada) na qual um falante, ao comunicar-se com um ouvinte **sobre** algo, dá expressão àquilo que **ele** tem em mente." (1989:40)

Os problemas ambientais são decorrentes do desenvolvimento econômico/social que possui uma racionalidade técnica e instrumental diretamente voltada para a funcionalidade do sistema sócio-econômico (BRANT, 1993). A mídia também é um produto desta evolução científica. A associação da questão ecológica à mídia cria uma contradição nos termos da própria racionalidade: como tratar um problema decorrente do desenvolvimento

<sup>47</sup> Estilo ou comportamento de base calculista e deliberadora, cuja ação implica sua dedução por processos lógicos do conhecimento perito e técnico (Giddens, 1997; Habermas, 1993).

técnico/científico apelando para o universo do engajamento popular, ou para a ética ambiental, quando as próprias estruturas de racionalidade prática e simbólica se expressam em termos de degradação, desigualdades e hierarquias ?.

Em se tratando da relação entre a mídia da questão ambiental e os discursos e percepções do público, ocorrem fenômenos distintos, simultaneamente. De um lado os discursos da mídia se orientam para uma ação instrumental/estratégica (o ambientalismo institucional), de outro os discursos da população se orientam para uma ação comunicativa e de validade em suas vidas cotidianas. Nas palavras de Habermas:

"[...] no agir estratégico um atua sobre o outro para ensejar a continuação desejada de uma interação, no agir comunicativo um é motivado racionalmente pelo outro para uma ação de adesão [...]. Chamo comunicativas às interações nas quais as pessoas envolvidas se põem de acordo para coordenar seus planos de ação, o acordo alcançado em cada caso medindo-se pelo reconhecimento intersubjetivo das pretensões de validade." (Idem, 1983:79).

No nosso caso, a problemática se traduz como a relação entre dois universos discursivos: o da mídia e o das populações. Ambos interagindo para a formação das percepções dos riscos ambientais, mas cada qual com sua lógica e suas especificidades. Basta observar, por exemplo, que o discurso da mídia flui num sentido em que suas interações são retardadas<sup>48</sup> pela potência do seu impacto; enquanto os discursos do mundo da vida (e, portanto, do contato face-a-face) fluem através de um "jogo" de interações dinâmicas<sup>49</sup> onde os processos são construídos sem controle direto.

A partir desta perspectiva teórica, observamos os choques e entrechoques dos universos discursivos da mídia e das populações pesquisadas, como forma de fornecer subsídios para ampliar esta discussão ao nível do debate do papel da comunicação social na formação das representações sobre a questão ambiental.

<sup>48</sup> Quanto mais um fenômeno recebe enfoque da mídia, mais comum se torna. Quanto mais se veicula diversidades, mais as "respostas" fogem ao controle. Há muito mais informações do que qualquer um possa captar.

<sup>49</sup> Os processos de interação face-a-face são constituídos por diversas formas de saberes, em função de um suporte de validade dado pela situação de suas vidas cotidianas.

Tratar dos impactos do discurso midiático sobre a questão ambiental é tratar de uma gama de problemas construídos socialmente com base na racionalidade de dominação e degradação (como é o caso dos problemas ambientais) sob a ótica de um discurso que de certa maneira subverte esta lógica de degradação (propostas/projetos de sustentabilidade).

Isto decorre principalmente porque os princípios da racionalidade da dominação técnico-instrumental da natureza ocorrem também, sob outras formas, em todas as partes da sociedade. Habermas nos alerta que:

"A história da civilização emerge assim de ato de violência praticado ao mesmo tempo contra o homem e a natureza. A vitória do espírito instrumental é a história da introversão do sacrifício, isto é, da privação, tanto quanto da história do desdobramento das forças produtivas. Na metáfora do controle sobre a natureza ressoa esse nexo entre o poder de manipulação técnica e a dominação institucionalizada: o controle da natureza está ligado à violência introjetada dos homens sobre os homens, à violência do sujeito sobre sua própria natureza." (Idem, 1993:141)

Neste sentido, buscamos compreender as percepções sociais dos riscos ambientais e sua representação no discurso midiático, suas conexões e interações, a partir de um esforço teórico que trate de entender as relações entre os processos discursivos empregados nas estruturas lingüísticas, as práticas sociais diárias, as maneiras de fazer o cotidiano e os conflitos construídos na relação dos homens com a natureza e dos homens entre si.

Assim, enxergamos com maior propriedade os impactos periféricos de um discurso midiático que se utiliza pontualmente de uma poética da natureza para "mobilizar" e "superar" os riscos os casos de degradação ambiental, ao mesmo tempo em que os princípios da racionalidade, da dominação, das hierarquias sociais e de *depleção* da natureza e da exclusão social, são estimulados constantemente pela racionalidade técnico-instrumental no discurso midiático e na própria sociedade como um todo.

### 3. CAPÍTULO 3 – Sondagem do discurso midiático

O discurso midiático presta-se a uma definição ampla de um processo social complexo onde estão inseridas interpretações e visões do mundo, a partir da difusão em massa de modelos imagéticos-discursivos diversos, pelos meios de comunicação de massa. Em princípio percebemos que há uma gama variada de veículos de informação (como rádio, revista, jornal, televisão, meio social, etc), que formam uma massa densa de significados com atuações distintas nas culturas (THOMPSON, 1995; CANCLINI, 1983).

No entanto, com um pouco mais de atenção foi possível extrair padrões imagéticos-discursivos que tomaram o conjunto das mídias num sentido mais específico, definível e compreensível para a análise científica da questão da percepção dos riscos e da questão ambiental. É importante salientar que estes padrões não são compreendidos como imutáveis e fixos, mas se transformando e transformando o meio social que estão mergulhados, conforme explicamos no capítulo anterior.

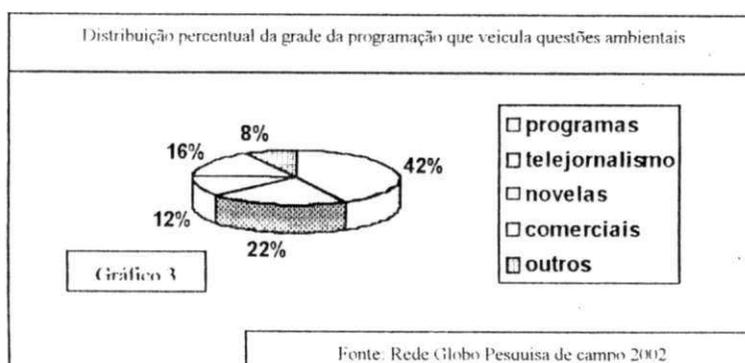
É de se esperar que numa sociedade marcada pelas diferenças e pelas hierarquias em todas as esferas sociais, os padrões imagéticos-discursivos reproduzam e estimulem tais dessimetrias. Os meios de comunicação são, em regra, os meios de manutenção do consenso e da ordem. Mais do que isso, são os meios de reprodução de valores e ideologias. O modelo de desenvolvimento perpassado pelos meios de comunicação de massa é aquele que estimula as diferenças como forma de progresso e felicidade de uns em detrimento de outros. Isto ocorre, por exemplo, no que se refere ao meio ambiente. Veremos agora como as abordagens sobre o meio ambiente em geral, ou sobre os riscos ambientais e as propostas de desenvolvimento sustentável em particular, representam iniciativas isoladas e insignificantes diante da gravidade do problema.

### 3.1 O meio ambiente na mídia

A problemática ambiental ganhou destaque na programação da mídia e atingiu seu ápice, no Brasil, no início dos anos 90 com a realização da Conferência Rio-92. Pouco a pouco a questão foi perdendo fôlego e desaparecendo dos noticiários, comerciais e programas. Não que o problema tenha sido resolvido, ou ao menos, diminuindo de intensidade, mas porque deixou de representar um "mote", um "gancho" na linguagem jornalística, para a mídia conquistar audiência. O que observamos no momento é que, embora haja ainda um apelo ecológico (preservacionista e conservacionista), este se limita a denúncias superficiais de degradação, ou mesmo matérias de divulgação turística.

De modismo exacerbado, no início dos anos 90, a problemática ambiental entrou no século XXI como um tema periférico e ocasional no discurso midiático, embora os problemas ambientais tenham aumentado em número e em complexidade, e a mobilização social maior que antes em todas as partes do Brasil e do mundo.

A mídia trata de maneira bastante limitada a problemática ambiental em toda sua programação, todavia parte da programação promove abordagens do tema, conforme vemos no Gráfico 3, a seguir:

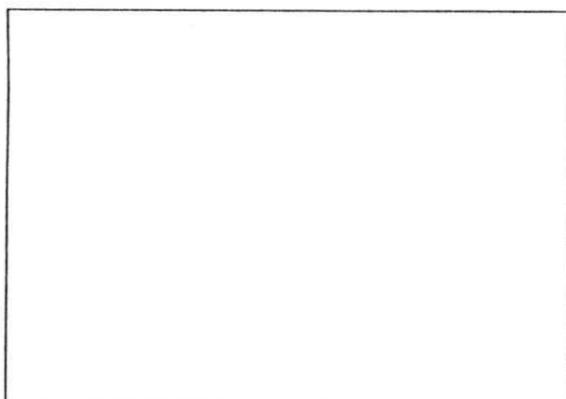


Estas abordagens da mídia sobre a problemática ambiental têm em comum o fato de serem segmentadas (não se apresentam enquanto "enfoques" de um mesmo problema: a degradação ambiental decorrente do modelo de desenvolvimento praticado) e estarem

fundamentadas, em geral, nos princípios da racionalidade técnica-instrumental (a institucionalização do debate ambiental e da sustentabilidade). Em estilos e momentos diferenciados, podemos identificar a temática ambiental sendo utilizada pela mídia.

A problemática ambiental recebe na mídia, em geral, um tom dramático de apelo à vida ou de complexidade, que se confirma com a ocorrência de abordagens deste tipo preferencialmente nos programas (42 %) e no telejornalismo (22 %). Ocorre também a utilização mais *light* do tema, como nos comerciais (16 %) e novelas (12 %).

Em programas como o Globo Ecologia, da Rede Globo de Televisão, os problemas ambientais não são formalmente tratados como uma questão de ordem social e econômica. Geralmente a programação veiculada aborda temas ambientais sob o viés do ecoturismo, do paisagismo, ou da promoção de experiências ambientalistas isoladas.



**O programa *Globo Ecologia* (no ar desde 1990) passou a ser exibido aos sábados as 6:30 da manhã. Não aborda com frequência os problemas dos riscos ambientais do ponto de vista social e muitas vezes limita-se a uma divulgação turística de locais de natureza exuberante.**

Os riscos ambientais são abordados pelo programa Globo Ecologia, em regra, como significando apenas os impactos negativos, de valor absoluto, que comprometem o meio ambiente natural. Os aspectos ambientais são reduzidos apenas a preservação de áreas criadas à parte da sociedade. Neste sentido, os riscos ambientais fundamentais são concebidos a partir da possibilidade de destruição ou subversão da “harmonia” do meio ambiente natural. O contexto social, particularmente das cidades, adquire invariavelmente um significado intrinsecamente negativo, de riscos e degradação ambiental.

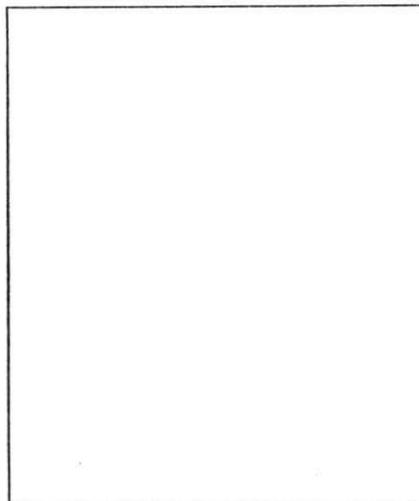
Seguindo esta mesma lógica, mas apresentando características próprias, devemos destacar ainda programas como o Globo Repórter e o Globo Rural.

Embora o programa Globo Repórter, exibido nas noites das sextas-feiras, aborde uma gama variada de temas, é comum a veiculação de assuntos ligados ao meio ambiente, principalmente a promoção de locais de “natureza selvagem” ou de visitação ecoturística. Já o programa Globo Rural que era exibido apenas aos sábados, passou a fazer parte da programação diária da Rede Globo, as seis e meia da manhã, além da edição especial do sábado que ganhou mais tempo no ar. O Globo Rural e o Globo Repórter passam a “substituir” o Globo Ecologia.

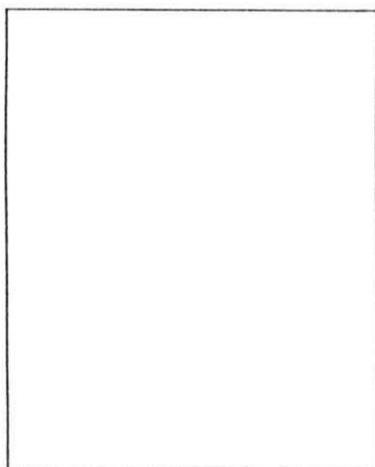
O Globo Rural desenvolve abordagens do meio ambiente rural. Frequentemente são exibidos projetos e experiências produtivas que exaltam o desenvolvimento sustentável. Há ainda uma sessão onde os telespectadores tiram dúvidas ou são aconselhados sobre problemas que enfrentam no dia-a-dia (criação de rãs, cultivo de café, etc.). Em outros momentos o Globo Rural também abre espaço para as tradições, o folclore e as culturas locais. Além, é claro, de informar o público das notícias do momento que se referem direta ou indiretamente à produção agrícola, agroindustrial ou agropecuária.

Fica clara nas abordagens, a ênfase dada aos aspectos técnico-instrumental na busca das soluções aos problemas ambientais, bem como o caráter comercial e monetarista dos resultados desejados. Alguns canais de televisão, como o Canal Rural e o Amazon Sat, disponíveis para quem tem parabólicas ou assinaturas, tratam o meio ambiente como uma fonte de rendas ou reservas para o futuro. As matérias veiculadas exaltam o conhecimento científico e promovem o “manejo sustentável” do meio ambiente.

**O Canal Rural veicula matérias onde o “manejo ambiental” é apontado como uma alternativa necessária e desejável para se obter produtividade, equilíbrio ambiental e, sobretudo, lucro nos investimentos.**



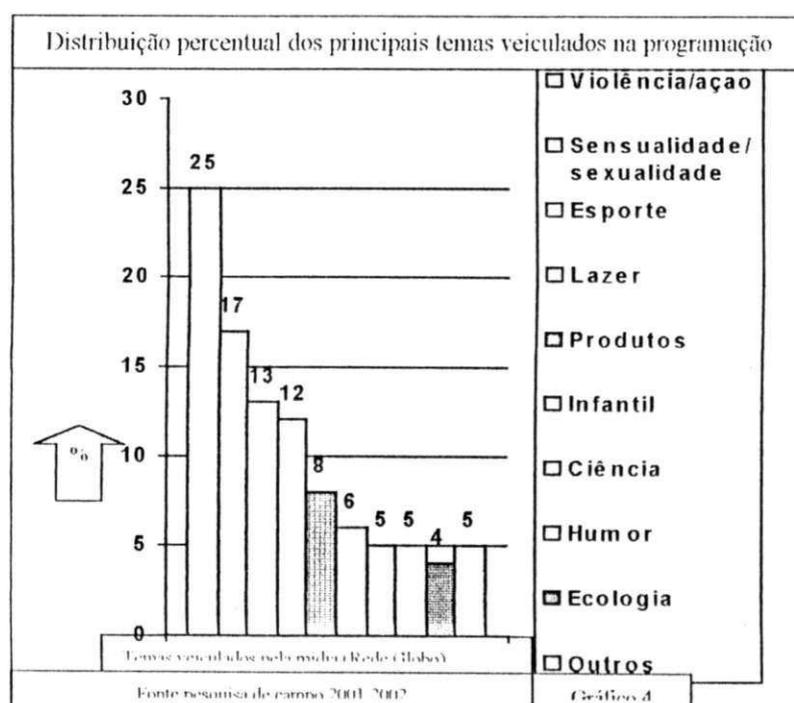
Canais abertos, como o SBT, costumam exibir programas com forte apelo ambiental, mas limitados pela concepção de que a melhor forma de proteger a natureza é preservá-la em parques e reservas (DIEGUES, 1996); portanto, apartada do contexto social. São programas baseados no ecoturismo, na promoção de pesca esportiva, esportes de aventura, ou ecoesportes. Estes programas não abordam diretamente de problemas tais como a degradação ambiental, a relação predatória dos homens com a natureza, ou as questões ambientais urbanas. Um exemplo deste tipo de programa é o Planeta Turismo (SBT) que estreitou no dia 11 de agosto de 2001 e é exibido aos sábados, às sete e meia da manhã, destinado à promoção do “turismo ecológico”.



**Quem possui TV a cabo pode assistir o canal *Animal Planet*, inaugurado no início de 2001, com cobertura na América Central, América do Sul e Caribe. O canal divulga documentários clássicos e histórias da vida real da relação entre seres humanos e animais. Destaque para “O Retorno dos Pandas”, com narração da atriz Regina Duarte e programetes produzidos no Instituto Butantã (SP).**

Em geral, o conteúdo daquilo que é difundido deixa muito a desejar no que se refere a um tratamento no sentido de superação dos problemas ambientais enfrentados no dia-a-dia das populações. Principalmente porque não se destaca o aspecto social do fenômeno, que em geral é tratado, ou como algo distante da realidade cotidiana das pessoas, ou mesmo como um problema que tem solução nas ações individuais e não coletivas. Quando muito, reclamam uma reação das próprias estruturas de dominação que degradam, para a superação de suas próprias limitações.

Embora a questão ambiental percorra quase toda programação, o tema é ainda bastante insipiente diante de outras temáticas abordadas, conforme podemos observar no Gráfico 4.

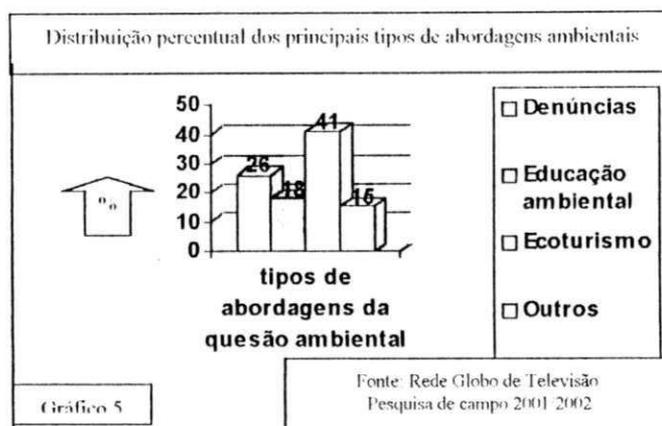


Além do tratamento da mídia sobre a questão ambiental ser modesto diante de alguns outros temas, aquilo que é veiculado tem como característica a formação de uma contradição interna nas suas próprias estruturas discursivas, na medida em que a racionalidade baseada nas desigualdades e desequilíbrios das relações sociais e dos homens com a natureza está hegemonicamente presente no universo discursivo sobre o meio ambiente e a superação dos riscos ambientais.

Assim ocorre com praticamente todas as abordagens sobre as questões ambientais. A racionalidade técnica-instrumental apresenta-se como plano de fundo, ou como objeto principal do foco da mídia; seja quando fornece elementos para a construção do entendimento da problemática ambiental e enfrentamento dos riscos, ou quando é chamada diretamente para "explicar" o fenômeno da degradação ambiental e social.

Em programas como principalmente o Globo Ecologia, Globo Rural, Globo Repórter e o Fantástico, recorrência a temas ambientais é bastante significativa. Todavia, estas abordagens dão tratamentos diferenciados e apartados para uma mesma problemática. São, portanto, segmentadas e fluem pelos meios de comunicação de massa como aspectos diferenciados de fenômenos aparentemente distantes e independentes (quem viu as calotas polares derretendo, ou o lixo espacial que circula a terra ?, onde isto interfere o dia-a-dia das pessoas ?) (FEATHERSTONE, 1995). A mídia possibilitou a visibilidade destes fenômenos, mas não o seu entendimento ou a promoção de mudanças de hábitos. A mídia tornou a degradação um fato corriqueiro, mas totalmente sem conexão com o estilo de vida, de produção e consumo que se pratica. A mídia tornou o tema ambiental uma "moda", porém colaborou muito modestamente na educação ambiental e na promoção da sustentabilidade prática.

Referências às questões da relação homem/natureza estão dispersas por toda programação da mídia. Todavia, abordagens específicas sobre a problemática ambiental podem ser classificadas segundo os seguintes tipos: 1) denúncias de acirramento da crise do meio ambiente (desmatamento, poluição, etc.), 2) apresentação de propostas ou projetos de sustentabilidade que em regra estão vinculado ao governo ou a empresas privadas, e 3) divulgação amena de nichos ecológicos ou ecoturismo; conforme o Gráfico 5, a seguir:

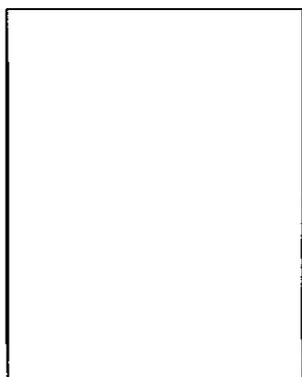


As denúncias veiculadas (26 %) concentram-se, sobretudo, no telejornalismo. Já abordagens que promovem a educação ambiental e a sustentabilidade (18 %), e as que divulgam reservas naturais (o ecoturismo) (44 %) são encontradas fundamentalmente em programas especializados e em comerciais. Algumas outras Abordagens, como as de caráter científico, ou oriundas das comunidades locais, são realmente exíguas (somam juntas 15 %) e representam aproximadamente 0,6 por cento da programação total.

Em geral, as denúncias de crimes ecológicos têm a característica de serem superficiais e de se perderem num denunciamento que cai rapidamente no esquecimento. Tanto porque não se investiga as denúncias e não se punem os responsáveis, como porque novos outros fatos (alguns aparentemente sem relação alguma entre si) ocupam destaque na programação da mídia. Os riscos oriundos das diversas formas de degradação não são claramente identificados pela mídia e são fatalmente desconsiderados, até o momento em que se manifestam como desastres (desmoronamentos, surtos de doenças, inundações, etc.).

Já as abordagens que promovem o ecoturismo têm maior destaque na mídia. Na forma de conservacionismo (defesa de locais de natureza "intocada") ou enquanto preservacionismo (exploração racional dos recursos) (BUTTEL, 1992), estas abordagens são menos densas e enfáticas no questionamento do consumismo e do modelo de desenvolvimento social praticado. A idéia de conservar a natureza "na geladeira" é originária do modelo norte-

americano de construção de parque e reservas (*Wilderness*), com a criação do Parque Nacional de *Yellowstone*, em 1872 (DIEGUES, 1996). Hoje existem 384 reservas e parques só nos EUA.



**Em revistas como “os Caminhos da Terra” da editora Abril, encontramos em geral apenas reportagens de conteúdo turístico, com divulgação de parques e reservas florestais de todo o mundo.**

Este modelo incentiva a bipartição do homem em relação à natureza. Não enfrenta os problemas da degradação ambiental, pois considera que a sociedade humana é "naturalmente" degradante em relação à natureza. O foco de atenção está numa suposta natureza "natural" e não na sociedade, nem na relação sociedade/natureza. A idéia de "natureza intocada" fica comprometida, pois para as comunidades locais esta natureza não é "selvagem" ou estranha; além disto, não há qualquer parte do planeta em que não se faça presente (direta e indiretamente) a ação do ser humano; e ainda, porque todas reservas e parques são construções sociais, como delimitações políticas e espaciais definidas num “jogo” social de relações (LARRERE & LARRERE, 1999).

Outra parte da programação, embora exígua, promove a educação ambiental, ou divulga projetos e programas de sustentabilidade, são em regra marcados pelo estigma da institucionalização. Ou seja, os agentes sociais se utilizam da mídia, ou a própria mídia (através, por exemplo, da Fundação Roberto Marinho), para divulgar mensagens e experiências na direção da educação ambiental e da sustentabilidade tão em moda (ANDRADE, 1998), cujas características podemos assim classificar:

- 1) A ação ecológica ou de degradação é alçada do indivíduo. Esta proposição desloca o problema ambiental para a esfera individual e desconsidera o contexto social em que é produzido. As abordagens imputam aos indivíduos e aos grupos sociais particulares a responsabilidade de enfrentarem a degradação e incita-os a encontrarem suas "sustentabilidades" (D'AMBRÓSIO, 1999);
- 2) Riscos e problemas ambientais são de responsabilidade do conhecimento técnico-científico. Fundamentada nos princípios da racionalidade instrumental, esta perspectiva aponta para a competência do perito e do conhecimento especialista na solução da problemática ambiental. Os próprios agentes degradantes são chamados para superarem os riscos e os problemas, reproduzindo o mito do mercado autorregulador (GIDDENS, 1997; ROMEIRO et al, 1999);
- 3) Tendência de institucionalização das mensagens da mídia sobre o meio ambiente. Praticamente quase a totalidade das abordagens que fluem na mídia e se colocam na perspectiva da educação ambiental, são resultados de entidades públicas e/ou privadas, que absorveram a questão ambiental e passam a divulgar suas experiências (HOGAN & VIEIRA, 1995);
- 4) Irrelevância dedicada aos riscos ambientais. As mensagens de caráter científico, ou experiências de comunidades tradicionais (locais) (JARA, 1998), são mínimas na mídia. Embora estas abordagens muitas vezes sejam bastante significativas no sentido de enfrentar os riscos ambientais, ou na construção de alternativas de sustentabilidade, simplesmente não recebem o destaque devido na programação. Isto decorre principalmente porque este tipo de tratamento dado à problemática ambiental torna-se "pesado" demais para a mídia e quase sempre incompatível, se for levado até as últimas consequências, para a reprodução do modelo social vigente. Em outras palavras, a potência mobilizada pela mídia, que promove a

convergência entre o irreal e o real, converge para a racionalidade dominante (LÉVY, 1998).

As abordagens dos riscos e da questão ambiental na mídia, em suas formas e em todos os seus conteúdos aqui identificados, estão marcadas pela racionalidade técnica-instrumental dominante. Além disto, grande parte dos conteúdos estão voltados para as funções sistêmicas, na medida em que não discutem soluções eficazes (quando muito apenas paliativas) para os problemas; e as formas também estão comprometidas pelo tratamento apartado da questão social e fragmentado em sua articulação, como aparece no discurso midiático. Estes conteúdos e estas formas constituem os padrões imagéticos-discursivos da mídia sobre os riscos e o meio ambiente, que passaremos a tratar no próximo ponto de maneira mais detalhada.

### **3.2 Padrões da mídia sobre o meio ambiente**

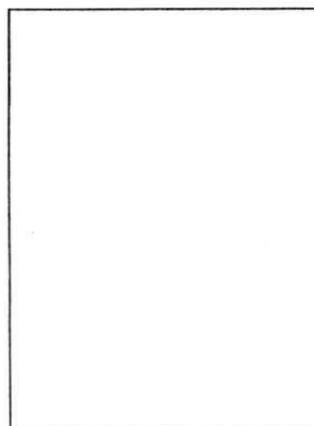
A mídia promove abordagens do meio ambiente em relação direta com os valores, interesses e ideologias dos atores sociais (emissores e receptores) envolvidos com a difusão destas mensagens. Neste sentido, os padrões imagéticos-discursivos da mídia sobre os riscos ambientais se manifestam enquanto conjuntos coerentes de maneiras de encarar o meio ambiente, que se estruturam em práticas discursivas legitimadoras das ações sociais.

Dentre estes padrões imagéticos-discursivos identificados, destacamos:

1. Padrão do tecnicismo. Idéia amplamente difundida de que o poder da tecnologia e da ciência será capaz de superar todos os riscos e problemas ambientais enfrentados. O poder do ser humano perante a natureza encontra aqui sua mais expressiva manifestação. A racionalidade técnica é encarada como a única solução possível e viável aos problemas apresentados. Ao mesmo tempo em que não amplia a compreensão da questão para outras esferas da realidade social, este tipo de abordagem em propagandas de empresas e instituições, transfere a responsabilidade

de enfrentamento dos riscos da degradação ambiental do contexto social em que está inserida, para o conhecimento especializado dos peritos. As alternativas vêm de cima para baixos, da comunidade científica para a leiga.

**Seguindo a lógica tecnicista, anúncios veiculados em revistas do Brasil e da Europa, mostram a Aracruz Celulose como uma empresa política e ambientalmente correta, já que a madeira do eucalipto *Lyptus* vem de plantações sustentáveis, preservando, assim, as matas nativas. O anúncio, veiculado na revista *About*, em setembro de 2001, ressalta a qualidade da madeira brasileira, como “uma alternativa ambientalmente sustentável à exploração indiscriminada das florestas tropicais”.**

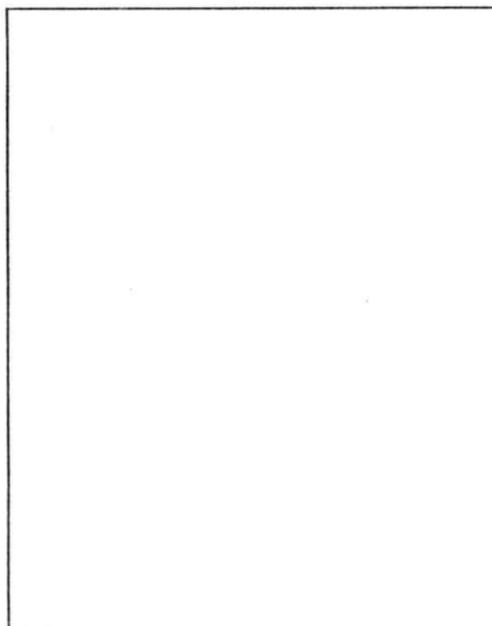


O poder da tecnologia é ressaltado como um aliado contra a degradação ambiental, em detrimento da realidade de destruição e da lógica de mercado que subverte a “livre concorrência” em favor do lucro fácil. Além, é claro, da estruturação de todo aparato industrial e tecnológico que se fundamenta na utilização indiscriminada dos recursos naturais. A mídia tem tratado o problema ambiental como um fenômeno eminentemente gerencial, que basta um tratamento técnico adequado para reverter todo o processo de degradação, sem precisar alterar muito profundamente as estruturas sociais, políticas, industriais, etc., bastando tão somente uma melhor administração de tais estruturas.

2. Padrão da racionalidade científica. Os riscos decorrentes da escassez dos recursos e degradação ambiental são, frequentemente, ofuscados pela ênfase dada a capacidade infinita do conhecimento técnico-científico encontrar novas fontes e saídas para as crises. O discurso midiático tem tratado o problema ambiental como uma questão técnica, que o progresso e o desenvolvimento dos próprios agentes econômicos devem solucionar. Difundida em praticamente todos os meios de comunicação, a

problemática ambiental tem se tornado apenas uma “vitrine” onde são exercitadas as capacidades ora de destruição, ora de preservação, do ser humano.

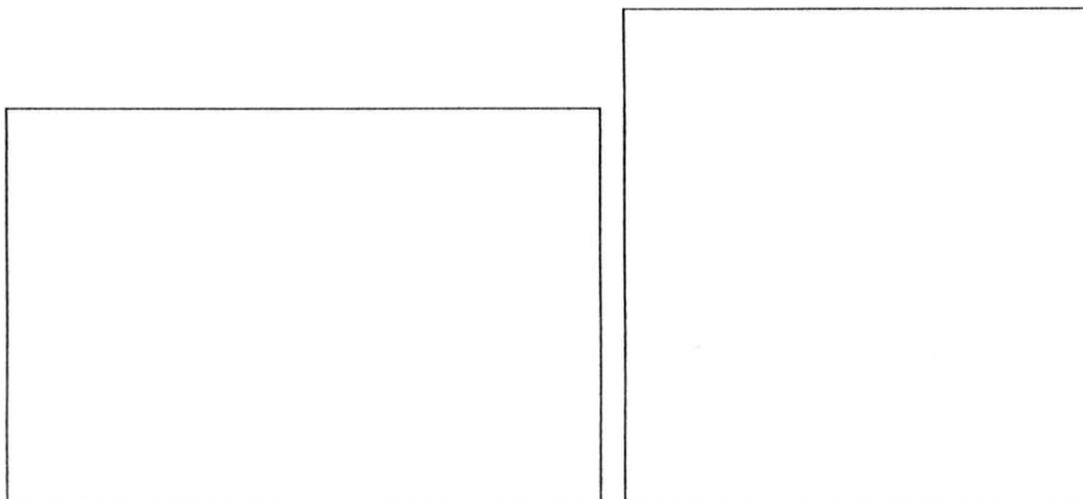
**Nesta propaganda da CESP (Companhia Energética de São Paulo) veiculada na revista *Veja* de julho de 2001, observamos o forte apelo ecológico. Com a preservação da flora e da fauna, a criação de alevinos e o remanejamento de população, a CESP e o Governo do Estado de São Paulo (que ainda detém ações da empresa atualmente privatizada) esperam estar contribuindo com a preservação do meio ambiente.**



Este tipo de enfoque é mais comum do que se pensa em comerciais e no jornalismo. Está muito próximo do primeiro tipo de padrão, diferenciando-se apenas pelo fato de significar a crença na possibilidade hipotética de enfrentamento dos riscos com base no conhecimento científico integral, e não apenas na capacidade técnica especializada. O esforço da racionalidade científica está voltado para o enfrentamento das conseqüências dos problemas e dos riscos ambientais gerados e não para evita-los ou subverter as estruturas degradantes existentes. O antropocentrismo desta visão reside na centralidade e capacidade que a razão humana adquire para a superação dos riscos e problemas ambientais.

3. Padrão do individualismo. Identificamos este tipo de abordagem principalmente em comerciais e programas. Este padrão caracteriza-se tanto pela identificação do indivíduo como agente degradador do meio ambiente e como o responsável direto pela superação dos riscos ambientais enfrentados. Os aspectos sociais da degradação

e dos riscos que se relacionam ao consumismo não são, muitas vezes, esclarecidos ou sequer mencionados.



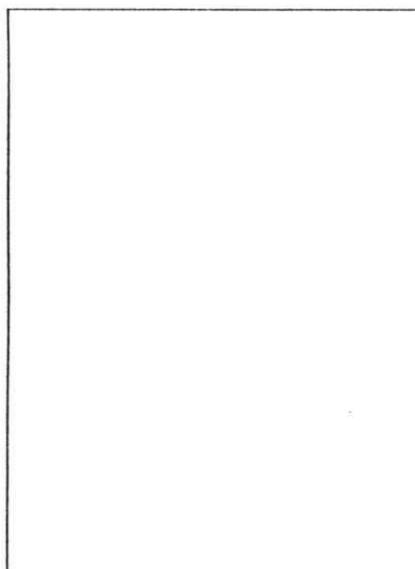
**A Fundação SOS Mata Atlântica veiculou em quase todas as emissoras de televisão filmes publicitários intitulados “troncos”, em 2001 (foto a esquerda) e “Olhos”, em 2002 (foto a direita), produzidos pela F/Nazca S&S. Nestes anúncios a Fundação SOS Mata Atlântica pede a colaboração dos indivíduos para a superação da degradação praticada. Estas contribuições podem ser feitas em dinheiro (pessoas físicas ou jurídicas), através de denúncias de crimes ambientais, ou ainda no engajamento espontâneo dos indivíduos.**

Muitas destas abordagens se concentram em anúncios publicitários e campanhas de engajamento popular. As mensagens, em geral, visam despertar o interesse do público para os temas ambientais, de tal forma que a superação dos riscos ambientais são de interesse e competência dos agentes individuais e não coletivos. A importância dada às iniciativas individuais implica na submissão das abordagens de caráter coletivo. É neste sentido que, por exemplo, os riscos decorrentes de problemas de saúde pública (poluição, escassez de água, etc.) são redirecionados para suas variáveis individuais. Além disto, cada caso é visto isoladamente e não como parte de um mesmo processo. Os processos coletivos de degradação e produção dos riscos ambientais são reinterpretados, desta forma, sob a ótica das respostas individuais.

4. Padrão do preservacionismo e do conservacionismo. Constitui uma tendência geral do movimento ambientalista e das políticas governamentais. Apresenta-se na mídia sob a forma de programas diversos, noticiários e comerciais. Conforme explicamos

anteriormente, o preservacionismo sugere que as ações humanas promovam uma relação equilibrada com a natureza, ou a utilização ótima das fontes e recursos; já o conservacionismo propõe a criação de áreas e reservas isoladas e protegidas das ações humanas. Seguindo a lógica deste padrão, o discurso midiático tem abordado questões mais graves dos riscos da degradação ambiental sob a forma de denúncias e matérias de desastres ambientais, geralmente evasivas, levianas e inconsistente. As denúncias visam primeiramente o “furo” jornalístico e a atenção/audiência do público, sem o compromisso com o aprofundamento dos problemas denunciados.

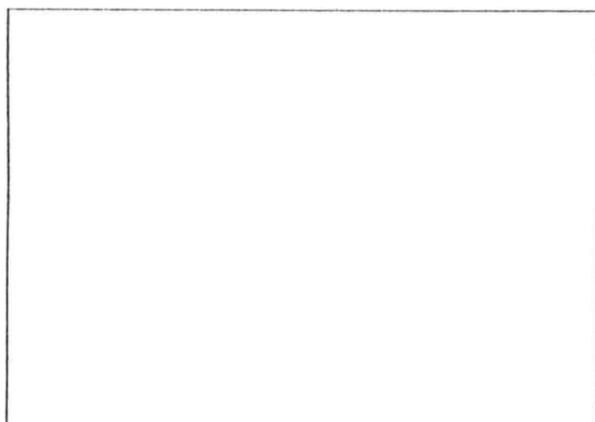
**Aqui vemos matéria típica de um "crime ecológico": o desmatamento e o tráfico de madeira em um igarapé do Rio Amazonas. Com motivações diferentes (conservacionista ou preservacionista) as denúncias ainda têm espaços garantidos na mídia. Entretanto, tais denúncias rapidamente caem no esquecimento e não são apuradas pelas autoridades competentes. *Revista Imprensa*, outubro de 2001.**



A preocupação com a extinção de espécies da fauna e da flora, ou o comprometimento do equilíbrio dos fatores bióticos e abióticos, tem sido um ponto de convergência do discurso ambientalista da mídia em geral. Este padrão imagético-discursivo dirige seu foco de atenção para parques e reservas, por vezes denunciando casos “isolados” de degradação, colaborando para o fortalecimento da idéia de secção (ruptura) do meio social em relação ao meio natural. Não se preocupa com a degradação ambiental produzida socialmente, ou com os impactos necessários da relação homem/natureza. Apenas admite ou sugere a necessidade de

preservação ou conservação, criando áreas onde os riscos ambientais podem ser minimizados ou suprimidos.

5. Padrão do ecologismo. Este tipo de enfoque permeia todos os demais padrões sem, contudo, deixar de ter suas próprias características. Este padrão imagético-discursivo dissimula a questão da degradação e dos riscos ambientais como se fosse um problema de querer, ou não, ingressar nas fileiras das suas proposições politicamente corretas. Principalmente em programas televisivos e em comerciais, este padrão trata os problemas ambientais a partir do estímulo para um tipo de modismo *light*, ou como “pacto de intenções”, muito mais do que na direção de mudanças práticas no enfrentamento dos problemas ambientais.



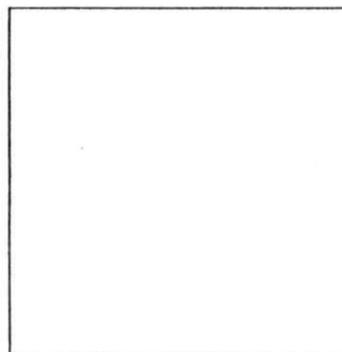
**Nesta propaganda, a *Honda* propõe que mudar do asfalto para a terra com seus carros é tão fácil como mudar de canal. O caráter do ecologismo aparece como pano de fundo. A harmonia da natureza aparece como facilmente acessível, para quem pode pagar.**

Este tipo de padrão imagético-discursivo está presente, em geral, na mídia televisiva. Isto se deve principalmente porque os temas ambientais, sob o viés do ecologismo, assumem um tom suave que se prestam a ilustrar os mais diversos produtos e serviços. Pelo caráter genérico deste tipo, podemos afirmar que sua manifestação não inspira qualquer reflexão sobre os riscos e a degradação ambiental.

6. Padrão da institucionalização. Esta característica provém do fato de que muitas propagandas e muitos programas terem determinadas marcas e funcionalidades junto a instituições governamentais, privadas, ou da sociedade civil. Neste caso, ocorre uma

“*marketização*” ou “*institucionalização*” da questão ambiental em favor de entidades ou projetos de organizações públicas ou privadas. Muito mais do que a questão ambiental e dos riscos, a marca destas empresas figura como elemento central das abordagens.

**A Editora Abril, campeã de vendas de revistas e periódicos no Brasil, cujo símbolo é uma árvore, veiculou anúncios em campanhas ambientalistas e distribuiu mais de 500 mil mudas no Dia da Árvore (27 de abril) por todo país, em comemoração aos 50 anos da empresa, fundada em 1951.**

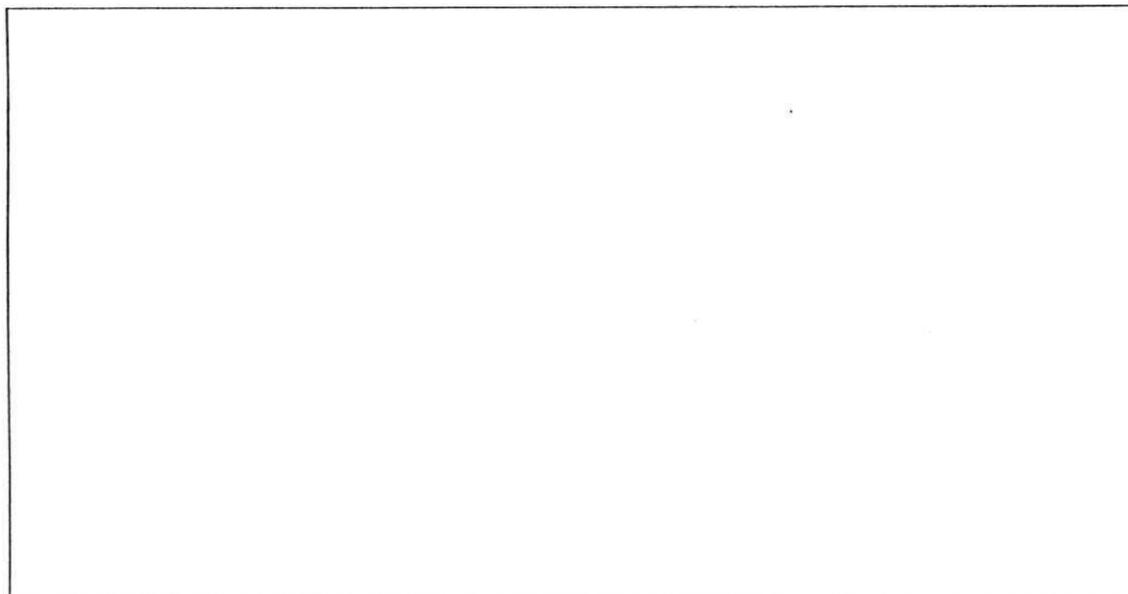


Quando a mídia promove este padrão imagético-discursivo geralmente ocorre a promoção dos agentes sociais diretamente envolvidos com a emissão da mensagem, em detrimento da eficácia de suas ações. Vale mais a exposição e espetacularização do que os resultados e problemas encontrados. Muitas vezes os resultados apresentados ou as iniciativas promovidas, se declaram portadoras do desenvolvimento sustentável. As instituições promotoras deste tipo de padrão se apresentam na mídia a título de divulgação e propaganda de suas iniciativas. Os resultados desejados, para evitar a degradação ou os riscos ambientais, são elementos inseparáveis das instituições que os promove.

7. Padrão da hominalidade<sup>50</sup>. Neste tipo de padrão imagético-discursivo, coisas, fenômenos, processos e seres da natureza adquirem caráter humano. Este tipo de abordagem, muito comum em desenhos animados, é exibido com frequência em filmes e, mais recentemente, em comerciais de todos os tipos. O instituto Data Folha promoveu uma bateria de pesquisas sobre as propagandas mais lembradas na

<sup>50</sup> Do latim *homine*, relativo ou pertencente ao caráter ou essência do homem.

preferência do consumidor de julho/2001 a junho/2002. Cerca de oitenta por cento destes comerciais eram protagonizados por animais humanizados.



---

**As campanhas do verão 2001/2002 das cervejas *Skol* e *Brahma* possuíram boas doses de irreverência, amparadas por sofisticados efeitos especiais. Nos comerciais, cães, moscas, tartarugas e siris humanizados importunam os seres humanos com a finalidade de beber suas cervejas.**

A natureza, quando não recebe da mídia um tratamento que lhe confere um teor de passividade e inferioridade diante do poder do ser humano, é ela própria revestida de valores e humanizada. Convertendo-se em similaridade do ser humano, a natureza ganha *status* de subjetividade e autopromoção, com uma lógica de desenvolvimento compatível com a lógica da racionalidade humana. A idéia fundamental é aproximar as coisas da natureza em relação ao ser humano. Só que ao invés de subverter a chamada arrogância do homem, racional e supostamente superior, caricaturiza animais e plantas, humanizando-os. Os riscos ambientais podem ser deduzidos da possibilidade da natureza surpreender o homem, subvertendo sua própria lógica de “passividade” e se mostrando mais “esperta” que a espécie humana.

Estes diferentes padrões imagéticos-discursivos explicados anteriormente fluem pelos meios de comunicação em conjunto ou separados. Cada um deles traz, em maior ou menor grau, um pouco do outro. Estes padrões não são fixos, nem imutáveis, mas constituem

conjuntos coerentes de informações que fluem pela mídia e estão em permanente interconexão.

Todos estes tipos de mensagens da mídia sobre o meio ambiente e os riscos ambientais provêm não da preocupação ambiental e da sustentabilidade, de um caráter de espetacularização e de irrelevância diante de outros temas tratados na mídia. As questões mais sérias da degradação ambiental cotidiana não são bons produtos para a mídia, mas mesmo quando aparece na mídia os riscos ambientais não são explicitamente identificados, conforme explicaremos a seguir.

### **3.3 A espetacularização do meio ambiente**

Com a popularização das questões ambientais na mídia, particularmente na televisão, rapidamente os temas ligados ao meio ambiente surgiram de diversificadas formas. A televisão é o dispositivo eletrônico que deu continuidade ao processo de domesticação do espaço espetacular. O espetáculo que era um fenômeno tradicionalmente ligado ao espaço público (arenas, praças, etc.) tornou-se gradativamente disponível no espaço privado. A partir do primado da visão concêntrica, em que os olhares convergem para um mesmo ponto, com a individualização do espectador, com uma larga capacidade técnica e estética, além do alto poder de alcance, a mídia televisiva tem causado uma revolução nas manifestações espetaculares (ANDRADE, 1998).

Questões pontuais que são enfocadas pela mídia tornam-se rapidamente popularizadas e se transformam em espetáculo. Embora nem todo espetáculo seja midiático, tudo que é veiculado pela mídia torna-se espetáculo. A importância da televisão neste processo de espetacularização da sociedade provêm do poder que este meio possui na representação dos objetos focados (DEBORD, 1991). A importância crescente da imagem e das diversas formas de representação é sublimada com os aperfeiçoamentos e inovações tecnológicas da televisão.

A espetacularização se manifesta por toda sociedade como um processo de reconhecimento público de algo (coisa ou idéia), gerado em relação direta com as disputas políticas, ideológicas e econômicas (SCHWARTZEMBERG, 1978). Por isso, a adequação e seletividade das mensagens na mídia atende não somente os pré-requisitos do melhor ângulo, melhor tomada, melhor ator, etc., mas também em função dos interesses e motivação dos produtores das mensagens e dos proprietários destes meios de comunicação.

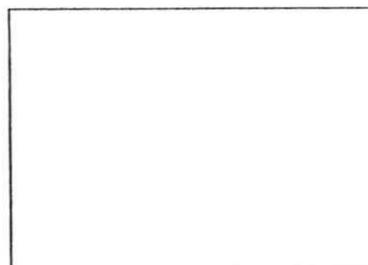
A partir de novembro de 2001 e durante quase todo o ano de 2002, as duas maiores emissoras de televisão do Brasil, SBT e Rede Globo, veicularam as versões brasileiras do programa que percorreu o mundo conhecido por *reality show*. A “Casa dos Artistas” (SBT) e “Big Brother Brasil” – BBB (Rede Globo) tornaram-se rapidamente fenômenos de audiência<sup>51</sup>. Consistia no confinamento de doze pessoas (artistas famosos no SBT e desconhecidos na Globo) numa casa com todos os confortos da modernidade (piscina, hidromassagem, academia de ginástica, etc.), sem qualquer contato com o mundo externo e com câmeras escondidas e ligadas 24 horas por dia filmando seus hábitos cotidianos. Foram três versões do Big Brother<sup>52</sup> e três versões da Casa dos Artistas.

Simultaneamente ao fenômeno da espetacularização da mídia com o *reality show*, o Brasil foi surpreendido com a falta de água potável e com a escassez de energia elétrica. No Nordeste a falta d'água consiste ainda um grave problema que compromete a sobrevivência de muitas famílias. Todo o estado da Paraíba, inclusive João Pessoa e Campina Grande, enfrenta o racionamento de água, com suspensão freqüente do líquido em muitos municípios. Famílias também ficaram sem energia elétrica, que além de tornar-se mais cara com a privatização da Companhia de Eletricidade da Borborema (CELB) passou a ser controlado o seu consumo, conforme veremos detalhadamente no próximo capítulo.

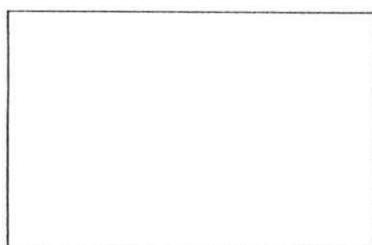
<sup>51</sup> No domingo (19 de maio de 2002) a Casa dos Artistas do SBT conseguiu quebrar a tradição de audiência que o Fantástico sempre teve em 25 anos de existência, com picos de 47 por cento de audiência (Fonte: IBOPE).

<sup>52</sup> No dia 14 de janeiro de 2003 estreou a terceira versão do Big Brother Brasil, atualmente no ar.

**No *Jornal Nacional* da Rede Globo, em 32 anos de existência, encontramos notícias sobre o meio ambiente. Mas, durante os anos 2001 e 2002 notícias sobre os riscos de *black-out* e a falta d'água por todo o Brasil, foram muito freqüentes.**

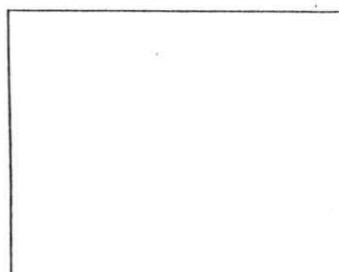


Durante este período de racionamento de energia elétrica e água, a mídia participou ativamente de campanhas educativas e informativas, através de comerciais e principalmente através do telejornalismo, que pediam às pessoas que economizassem energia elétrica e água e informavam as punições para quem desrespeitasse as metas de consumo. Todavia, por toda demais programação o consumo era incentivado. Nos *reality shows*, para se ter uma idéia, não existiam regras de consumo (a não ser aquelas da boa forma física ou da estética) no sentido de economizar energia, ou água, em decorrência de uma crise energética que o país atravessava. Vale mais o consumo imediato do espetáculo. Os riscos da degradação ambientais não importam, nem para aqueles que não podem consumir, e devem se contentar em “assistir” este consumo pela mídia.



**O suposto “show da realidade” do *Big Brother Brasil* (BBB) mostrou um mundo de consumo que não existe para a grande maioria da população brasileira. Enquanto o país passava pelo racionamento de água e energia elétrica, o desperdício e o consumismo eram constantes no programa da Globo.**

**Na *Casa dos Artistas* do SBT, apenas o cantor Aguinaldo Timóteo (casa 3) se preocupou em economizar água e energia. Entretanto, os níveis de consumo dos participantes foram bem superior ao BBB. Festas constantes, fartas refeições, bebidas de todos os tipos e histórias picantes fizeram do programa um fenômeno de audiência.**



Todos os programas com este formato foram sucesso de audiência, independentemente das contribuições que os mesmos poderiam dar aos problemas sociais e ambientais que o país enfrentava. Suas funções de entretenimento e espetacularização colaboraram para suprimir a característica de jogatina, que envolve estratégias de competição. A suposta realidade que o programa diz veicular não existe, pois desde a seleção dos candidatos, das ações que vão ao ar e, até mesmo, a montagem de um mundo à parte, transformam os *reality shows* em criações artificiais genuínas, temperadas com o tom picante da bisbilhotice.

O discurso midiático exerce um poder ainda pouco conhecido sobre os indivíduos e sobre o meio social. É certo que este poder não é onipotente, homogêneo, absoluto, ou mesmo imutável, mas é sempre relativo a um determinado contexto, é constantemente redefinido e muitas vezes subvertido, tanto pela fluidez das consciências individuais, como pela complexidade e mutabilidade das práticas coletivas. Este poder não pode ser aferido mecanicamente como uma relação “causa/efeito”.

Os fatos e os fenômenos sociais, como a percepção dos riscos ambientais, são retratados pela mídia e ao mesmo tempo definidos e resultados do próprio discurso midiático, na medida em que a esfera da comunicação de massa implica na mobilização e manipulação do saber, da representação de normas comportamentais e do perfil ideológico, que regulam a ordem social. O alto grau de analfabetismo e as poucas opções de informações confiáveis, associadas a um processo de segregação social e a formação de padrões imagéticos-discursivos que ajudam a manter as estruturas dominantes, inscrevem no imaginário das populações uma racionalidade ligada a lógica do sistema sócio-econômico em vigor.

Em decorrência de um conjunto de fatores intrínsecos (exclusão social, analfabetismo, pobreza, etc.) ao processo de formação histórica do país, o Brasil tem experimentado nas últimas décadas o fenômeno da popularização do espetáculo. Graças a popularização da televisão, com o barateamento dos aparelhos de TV, foi possível a massificação do espetáculo

agora muito mais sofisticado que antes devido as tecnologias mobilizadas por este veículo de mídia. No Brasil, a Rede Globo de Televisão possui a hegemonia da difusão em todo território nacional, chegando a atingir cerca de 98 por cento do território nacional e fazer parte da preferência popular, conforme observamos na pesquisa IBOPE, detalhada na Tabela 4, a seguir:

Distribuição percentual de hábitos e consumos de mídia					
	TV mais atualizada	TV com intervalos menos cansativos	TV mais inovadora	A melhor rede de televisão do país	Jornalismo mais confiável
GLOBO	65,0	51,0	51,0	75,0	72,0
SBT	12,0	15,0	19,0	10,0	15,0
RECORD	3,0	5,0	6,0	4,0	3,0
BANDEIRANTES	2,0	5,0	4,0	2,0	4,0
CULTURA	2,0	4,0	3,0	2,0	3,0
RTV	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
OUTRAS	5,0	19,0	16,0	6,0	2,0
Tabela 4			Fonte: IBOPE-OPP-2000		

Dentre os meios de comunicação disponíveis no mercado, a televisão tornou-se a "coqueluche" do consumo de mídia, concentrando investimentos, audiência e inovações tecnológicas que não param de crescer.

O telejornalismo, que por sua vez se apresenta como imparcial, é na verdade um perfeito exemplo de um instrumento de formação de opinião e de comportamento, profundamente tendencioso. Aquilo que foge as regras ditadas pelo legalismo, geralmente é visto como uma ameaça ao sistema que deve ser banido e execrado. Não podemos perder de vista o fato de que tudo que é veiculado no telejornalismo brasileiro, com raras exceções, atendem aos interesses do sistema sócio-econômico e não aos da população em geral. Por isso, não assume um perfil mobilizador e decisivo para a superação das dificuldades enfrentadas. Mostrando-se como um instrumento de estabelecimento, manutenção e justificação do *status quo* e das desigualdades sociais.

Os padrões imagéticos-discursivos perpassados pela mídia encontram na sociedade um terreno fértil para a reprodução de sua racionalidade, idéias e conteúdos. Devemos assinalar, porém, que não ocorre uma reprodução fidedigna e mecânica destes padrões. As populações tendem a promover reinterpretações e novos comportamentos, muitas vezes destoantes destes padrões. A partir de reelaborações daquilo que é perpassado pelo conjunto da mídia e tendo por base a realidade de vida das populações, observamos que ocorrem resistências às concepções e idéias dominantes na mídia, conforme explicaremos no capítulo seguinte.

#### 4. CAPÍTULO 4 – Convivendo com os riscos ambientais

Problemas decorrentes da degradação ambiental são cada vez mais comuns nas grandes, médias e até nas pequenas cidades brasileiras. Contingentes populacionais cada vez maiores são cotidianamente afetados pela pobreza crônica e pelo comprometimento do seu entorno social e ambiental (CAVALCANTI, 1995). Situações como as péssimas condições de moradia, exposição a lixo, esgotos a céu aberto, presença de insetos e ratos, doenças infecto-contagiosas, violência, dentre outros problemas, fazem parte, sobretudo, da rotina das populações pobres. Já as camadas mais ricas da sociedade, embora degradem mais o meio ambiente, já que consomem muito mais, não estão expostas diretamente a estes tipos de problemas da degradação ambiental.

O meio ambiente urbano manifesta este processo desequilibrado de desenvolvimento social e ambiental nas cidades do Brasil. Assim é o caso de Campina Grande/PB, considerada a maior cidade do interior nordestino, que possui muitos problemas comuns a quase totalidade das cidades brasileiras, como o crescimento desordenado de sua área urbana, a existência de grandes parcelas da população vivendo em áreas periféricas desassistidas pelos poderes públicos e tendo de conviver com inúmeros problemas ambientais decorrentes da pobreza intrínseca e da degradação do seu entorno social e ambiental (RAMALHO, 1996).

Os problemas relacionados com o meio ambiente urbano no Brasil têm crescido vertiginosamente, dando sinais de ser uma questão imbricada a um complexo sistema, onde fatores econômicos e políticos devem ser considerados. O tipo de urbanização desequilibrada e desordenada social e ecologicamente, provocou a chamada "inchação" das cidades, que cresceram para além de suas capacidades, aprofundando o abismo entre as classes sociais. As cidades tornaram-se o espelho das relações sociais. Sua configuração é o resultado imediato das desigualdades e se manifesta numa situação de crise constante, que afeta fundamentalmente as camadas mais carentes da sociedade. A organização social aparece

como um fenômeno acabado, desde sempre inquestionável, necessário ser aceito pelos indivíduos, que devem se moldar à lógica do sistema. Cabendo ao discurso midiático ajudar, sobremaneira, neste processo de molduração da racionalidade e das práticas sociais.

Nas últimas décadas, problemas como o crescimento de “favelas” e a degradação social e ambiental deixaram de ser exclusividade dos grandes centros urbanos, para ser também problemas das médias e até das pequenas cidades brasileiras. Populações pobres apresentam um alto grau de vulnerabilidade, em função das péssimas condições de vida e habitabilidade, e por isso, têm de conviver com riscos ambientais constantes, com a possibilidade real de desastres, como doenças infecto-contagiosas decorrentes do convívio com insetos, ratos, lixo e esgotos. Ou ainda, problemas como desabamentos e inundações encontradas, por exemplo, no bairro pesquisado, Vila dos Teimosos.

O nome Vila dos Teimosos, aliás, provém do fato de que casas e barracos são construídos as margens do Açude de Bodocongó, que quando ocorrem chuvas costuma inundar estas habitações. A prefeitura então, retira os moradores para abrigos e albergues públicos, até as chuvas passarem e o nível das águas baixarem, para depois os mesmos moradores voltarem novamente para suas casas. No entanto, eles são “teimosos” e voltam para seus lares, porque não há outro lugar para ir. É justamente neste local, dentre os pesquisados, onde se concentra o maior número de problemas ambientais, conforme se observa na Tabela 5.

Presença/Ausência de problemas ambientais por área pesquisada

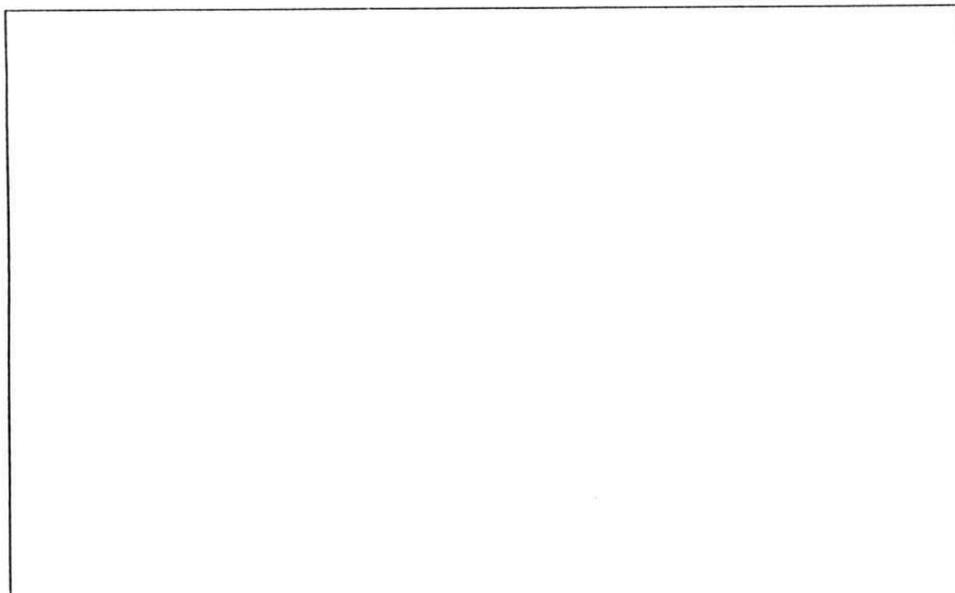
BAIRRO / PROBLEMA	INUNDAÇÃO	INSETOS	LIXO	ESGOTO
Vila dos Teimosos	P	P	P	P
Liberdade	A	P	P	P
Alto Branco	A	P	A	P

Tabela 5

Fonte: Pesquisa de campo 2001

P: Presente

A: Ausente



---

**Na Vila dos Teimosos as populações convivem com o lixo, esgotos a céu aberto, insetos, ratos e uma série de doenças infecto-contagiosas.**

Como uma das mais importantes cidades do interior do Nordeste, Campina Grande recebeu e recebe um grande número de pessoas vindas geralmente de áreas rurais, fugindo da seca e da falta de condições mínimas para a subsistência das famílias. Estas populações acabam indo habitar áreas periféricas da cidade, que além de não possuir infra-estrutura, não dispõem de serviços e aparelhos públicos que ao menos minimizassem a situação. Os poderes públicos, por seu turno, não têm uma política social ou ambiental, que possibilite a melhoria nas condições de vida das populações carentes.

No entanto, os problemas ambientais afetam também as populações de áreas nobres e de classe média. A degradação do meio ambiente urbano não fica restrita às delimitações políticas dos bairros, desconhece suas fronteiras, e atinge de maneira diferenciada toda cidade e todas as camadas sócio-econômicas estudadas. Isto significa que praticamente todos os bairros pesquisados, independentemente de suas características sociais, estão sujeitos a algum tipo de risco ambiental, embora nem sempre percebido, conforme explicamos no próximo ponto.

#### 4.1 Percepção e degradação do meio ambiente

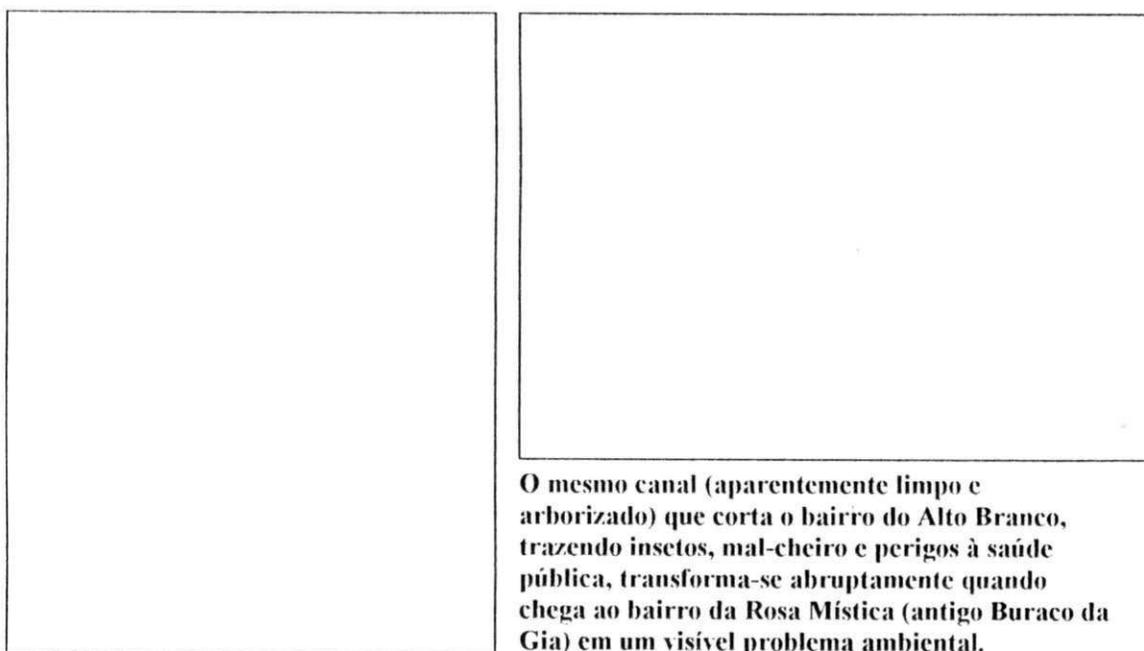
Os problemas ambientais tornam-se cada vez mais graves em função do processo de degradação social crescente. Por isso, entre populações mais pobres a degradação do meio ambiente “salta aos olhos” e facilmente pode ser identificada. Todavia, a convivência cotidiana com os riscos ambientais não é garantia de reconhecimento da questão ambiental e de suas conseqüências por parte dos indivíduos e da coletividade que enfrentam estes problemas. Observamos que populações mais carentes têm um profundo desconhecimento da gravidade dos problemas enfrentados, embora isto não signifique que estejam satisfeitas com sua situação de vida e que não se mobilizem para transformar esta realidade. Já as camadas mais ricas, mesmo tendo um conhecimento mais amplo da problemática, não desenvolvem ações coletivas para uma mudança substancial da degradação ambiental, limitam-se a ações individuais que acreditam ser as únicas possíveis e viáveis para a superação dos problemas.

Enquanto populações mais ricas utilizam recursos próprios para a superação de problemas ambientais, as populações pobres como não possuem meios financeiros para tanto, acabam desenvolvendo estratégias conjuntas de sobrevivência em ações solidárias de vivência, ou através de mobilizações cujo objetivo é exigir dos órgãos governamentais serviços e equipamentos públicos para minimizarem os impactos da degradação que lhes afeta.

Em ambos os casos, a lógica racional que perpassa a discursividade dos atores sociais está pautada na confiança intrínseca da exclusividade das soluções técnicas por parte de um conhecimento especializado. Cabendo, desta forma, a uma ação externa e dirigida à sociedade, e não uma ação da própria coletividade, encontrar alternativas para a sustentabilidade. As soluções para os riscos ambientais provêm de fora do contexto social e revestem-se de valor essencial neste processo, já que – segundo esta lógica – é na ação individual e não na ação coletiva que se busca a solução para tais problemas ambientais.

Os problemas ambientais encontrados caracterizam-se pela complexidade de suas variáveis e pela multiplicidade de seus componentes. Populações pobres têm de conviver, além da pobreza crônica, com a degradação do seu meio ambiente e com a ausência dos poderes públicos, que poderiam, ao menos, minimizar os impactos da exclusão social e da degradação ambiental.

Todos os bairros pesquisados enfrentam algum tipo de problema ambiental, entretanto nas camadas mais pobres estes problemas além de serem mais frequentes, são agravados pela situação de abandono e pobreza, o que implica em entender que as famílias mais carentes são mais vulneráveis. Os problemas ambientais são percebidos e tratados de maneiras diferenciadas pelas populações sócio-econômicas estudadas.



A rigor, as famílias mais ricas comprometem mais o meio ambiente, em decorrência do nível de consumo ser maior. Entretanto, a degradação produzida não está visível, já que estas populações dispõem de recursos próprios, ou são beneficiadas por serviços/equipamentos públicos, que garantem uma superação dos problemas imediatos. Assim ocorre, por exemplo, com o lixo, já que nas camadas mais ricas a produção de dejetos

(principalmente de descartáveis não degradáveis como plásticos, enlatados, vidros, etc.) é muito maior. Estas populações não sofrem os prejuízos imediatos desta degradação porque têm coleta de lixo em suas portas e sabem, em geral, dos perigos da convivência com o lixo.

Na Vila dos Teimosos podemos perceber a convivência das famílias com vários problemas ambientais simultaneamente. O lixo é jogado ao lado das casas, em terrenos baldios. Os esgotos correm a céu aberto, nos quintais onde brincam as crianças. Por outro lado, não há coleta de lixo ou saneamento básico, nem tampouco existem serviços ou equipamentos públicos que pudessem minimizar os impactos da degradação ambiental.

As populações das áreas carentes, em virtude da desinformação e da carência sócio-econômica, não percebem os riscos que correm na convivência com o lixo, os esgotos, os insetos, ratos e a falta de higiene. Em relação a estes problemas ambientais, Seu Alirio (71), viúvo e morador da Vila dos Teimosos há vinte e um anos, nos falou:

“Agente joga o lixo aí puique não tem um carro de lixo pra pegar esse lixo. Eu tamem sou contra isso, mas as muiê joga tudo aí... Fica muito feio, mas é o jeito, né ? !!. Eu mermo vou inbora daqui puique num aguanto mais esses problema ?”

Possivelmente a mudança de endereço que Seu Alirio deseja não deve ocorrer. Segundo seu filho Carlo (27), que ainda mora com o pai:

“Essa estória é veia, ele (o pai) sempre diz que vai se mudar, mas nois vai morar aonde se nois não tem pra onde ir ?... e quem é que vai querer comprar essa casa. Agente só sai daqui se tive inchente, como não tem, agente vai ficar é aqui mesmo. ?”

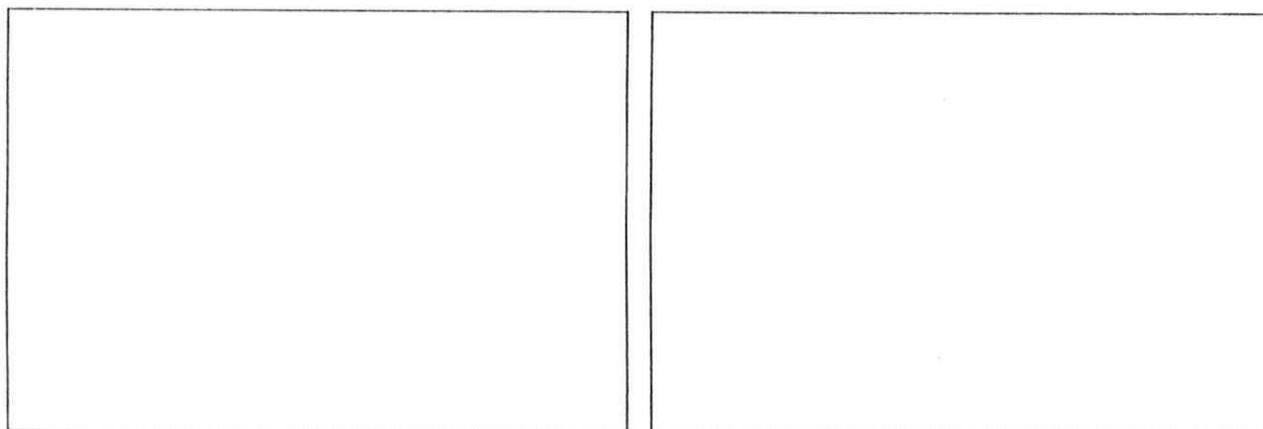
Devemos destacar, também, que uma mudança de endereço deste morador, provavelmente, nas condições normais de sua vida, não significaria uma verdadeira mudança, pois certamente teria de enfrentar os mesmos problemas ou outros, onde quer que vá morar, devido à pobreza e desinformação crônicas. Além disto, não podemos esquecer que a mudança de um morador não resolve os problemas, apenas os transfere para outros.

Em plena campanha pela economia de energia elétrica, Dona Wilma (56), moradora do bairro da Liberdade há cerca de trinta e dois anos, falou o seguinte sobre a crise energética:

“No início agente fez economia, mas depois todo mundo relaxou... As contas sempre vinham com a cota ultrapassada e agente sempre pagava as multas. Acabou que isto ocorreu tanto que o nosso orçamento já previa um gasto a mais com a energia. ... Agente paga mais, mais vale o luxo de ter a energia para ligar os aparelhos...”

As camadas mais abastadas têm condições de superar parte dos problemas ambientais, mas há um conjunto de outros problemas que afetam a todos de alguma maneira.

No bairro da Liberdade, considerado um bairro de classe média da cidade, podemos perceber uma série de problemas ambientais em locais públicos, como no Mercado Público (feira livre do bairro) e em vielas e becos (chamados cabeças-de-porco) onde famílias convivem com o lixo, esgotos e, conseqüentemente, ficam expostas a doenças infecto-contagiosas.



---

**No bairro da Liberdade encontramos problemas ambientais em vários locais como, por exemplo, no Mercado Público (foto à esquerda) e em “cortiços” e vielas (foto à direita).**

Encontramos diversos problemas ambientais no Mercado Público da Liberdade, dentre eles devemos destacar: a exposição e acondicionamento indevidos de alimentos como as carnes e verduras, proliferação de insetos, ratos, gatos e cães. Existe ainda o problema do mal-cheiro que exala das granjas e que é motivo de protestos dos moradores vizinhos.

A cidade de Campina Grande, assim como muitas outras cidades do país, teve de enfrentar nos anos de 2000 a 2002 o racionamento de energia elétrica e água. Estes problemas, entretanto, são enfrentados e percebidos diferenciadamente pelas populações.

Enquanto as populações pobres enfrentam a falta d'água, por exemplo, privando-se de banhos e de lavar roupa, nas camadas mais ricas a falta deste líquido não é sequer percebida como um problema ambiental. Grande parte das famílias dos bairros nobres da cidade, como o Alto Branco, possui caixas d'água e reservatórios onde armazenam água para o consumo diário. As famílias das camadas mais ricas bebem, em geral, água mineral ou com algum tipo de tratamento antimicrobiano (filtragem, fervura, produtos químicos, etc.), enquanto nas populações carentes não apenas falta qualquer tratamento, como chega mesmo a faltar água para o consumo.

Em função da convivência diferenciada com o problema da falta d'água, as populações desenvolvem conjuntos de significados diferentes para a questão. Perguntado sobre o problema da falta d'água e do racionamento, respondeu ironicamente Seu José Lopes (58), morador há quarenta e oito anos do bairro do Alto Branco, onde criou seus três filhos:

“Que falta d'água ? ?... Tô brincando... Eu sei que existe o racionamento, mas nós nem sentimos esse problema. Aqui em casa agente tem uma caixa d'água de cinco mil litros.. praticamente nunca falta água nem pra beber, nem pra tomar banho, nem pra lavar roupa.”

Apesar de toda cidade ser penalizada com a escassez de água e com o racionamento de energia elétrica durante todo o ano de 2001 e boa parte de 2002, os impactos destes problemas são diferenciados, assim como a percepção destes impactos. Observamos que no caso da energia elétrica, por exemplo, enquanto as populações mais carentes se esforçavam economizando energia e diminuindo o pouco consumo cotidiano, boa parte das famílias das camadas mais ricas simplesmente desconsiderava as campanhas sociais que se faziam presentes por toda mídia.

Problemas ambientais como a falta d'água e o racionamento de energia elétrica podem ser parcialmente superados pelas populações mais ricas, todavia o prejuízo e os danos pelo consumo indevido destes recursos acabam sendo pagos por todos, principalmente pelos mais pobres. São os mais carentes os maiores prejudicados pelos aumentos de preços e escassez destes produtos; sem esquecermos, é claro, de certos componentes (tóxicos, não-degradáveis, radioativos, etc.) e o consumo degradante (insustentável) dos recursos, significa escassez futura e prejuízo para todos indistintamente.

Sobre as crises de abastecimento de água e energia elétrica, e dos prejuízos sofridos com a falta destes serviços, ponderou Dona Francisca (49), natural da zona rural de Cuité, moradora da Vila dos Teimosos e residente em Campina Grande há aproximadamente quarenta anos:

"Eu tô acostumada com isso... Quando eu morava na roça num tinha luz, só de candieiro, e nós tinha de ir busca água num lugar bem longe... Agora, que tá faltando água aqui na cidade é um sinal de Deus, puiqué num tá chueno. Ai nós tem de economizá e desligar os aparelhos"

Nas camadas mais ricas o racionamento significou, quando muito, o corte do supérfluo e a diminuição do consumo; enquanto para as famílias mais carentes representou um enorme esforço de racionar a miséria. Todavia existem pessoas, como Dona Francisca, que mesmo passando dificuldades estão sempre dispostas a colaborar e se sacrificar ainda mais.

As camadas mais ricas acreditam estar contribuindo como podem para evitar a degradação ambiental, simplesmente porque limpam suas casas e suas calçadas, recolhem o lixo e cuidam da higiene dos seus. Como nas palavras de Antonio Franklin (55), morador do bairro do Alto Branco há vinte e oito anos:

"Aqui nós não temos problemas ambientais... O carro de lixo passa três vezes por semana e todo mundo daqui de casa cuida para não jogar sujeira no chão... A rua tem rede de esgoto desde muito tempo... Aqui, graças a Deus, não tem desse problema."

Observamos que as populações mais abastadas acreditam, por não conviverem com os riscos ambientais imediatos, não colaborarem com o acirramento da degradação ambiental. Suas ações limitam-se ao tratamento da problemática ambiental como um fenômeno de ordem individual, que deve, portanto, ser tratado pelos agentes individuais.

No entanto, a degradação ambiental desconhece as fronteiras geográficas e políticas, mostrando-se como um fenômeno de ordem social que afeta todos, embora de maneira diferenciada. É por isso que no bairro do Alto Branco<sup>53</sup> observamos também a presença de insetos, ratos e outros problemas ambientais (como casos de dengue e cólera).

As famílias mais carentes têm de desenvolver estratégias de sobrevivência muitas vezes comprometendo o meio em que vivem e a própria sustentabilidade, todavia promovem uma espécie de racionalidade comunicativa onde os aspectos social e político da questão ambiental (como, por exemplo, no caso dos abaixo-assinados) acabam ganhando maior relevância do que o tratamento individual das camadas mais ricas. Nas palavras de Seu José Vicente, (65), morador da Vila dos Teimosos desde sua ocupação inicial na década de 80:

"Todos esse problema é horrivi, né ? ... Oia o lixo e os esgotos pelas ruas aí !... é uma disgraccra !... Esses minino aí vivi tudo duente... Aqui nois não tem o que fazer...já fizemos abaixo-assinado, os político já viero aqui oiá, mas nada fizeram... Eles só se lembra da gente in época de inleição"

Podemos perceber que as pessoas mais carentes desenvolvem outras maneiras de compreender a problemática. Não se trata de identificar uma percepção que seria correta ou incorreta. Ao contrário, a existência de outras formas de compreensão e percepção dos riscos e problemas ambientais indica que a questão ambiental é multifacetada e que deve ser assimilada a partir de várias perspectivas.

---

<sup>53</sup> No bairro do Alto Branco funciona o CEASA da cidade, existem vários supermercados, além de fazer fronteira com a Rosa Mística (antigo Buraco da Gia), bairro onde ocorrem problemas ambientais em grande escala.

“Se todo mundo cuidasse não teria essa destruição da natureza... Se tivesse fiscalização das florestas os madeireiros não desmatava a floresta, se tivesse na cidade as fábricas não fazia tanta poluição... Até os alimentos que agente come ta tudo contaminado com química, né ?... São esses que não tem amor a natureza que destrói... e parece que vai destruir o mundo.”

Ela consegue perceber a degradação ambiental nas florestas com o desmatamento e nas cidades com a poluição. Dona Isaura observa a poluição com o uso de agrotóxico e os riscos planetários, mas não faz qualquer referência a falta d'água, a crise energética, ou a degradação que sua própria família produz.

Conforme podemos observar, a percepção dos problemas ambientais mostra-se diferenciada nas populações pesquisadas. Sendo assim, os riscos são percebidos distintamente pelas famílias, não somente em função da realidade de vida, mas também em decorrência de valores, representações sociais e da racionalidade que se mantém como paradigma dominante<sup>54</sup> no tratamento da problemática ambiental.

Em regra, a degradação ambiental é encarada sob o prisma da racionalidade, enquanto um fenômeno decorrente de fatores externos ao processo de organização coletiva. Sendo, desta maneira, necessário um tratamento por parte de um conhecimento especializado, perito e capacitado para resolver estas questões.

Raramente, entre os pesquisados, observamos referências a degradação do meio ambiente como um problema social, decorrente de uma estrutura organizacional, produtiva, de distribuição e de consumo, formada historicamente e assentada sob os princípios da dominação, hierarquização e desequilíbrios dos homens com a natureza e dos homens entre si.

Nas palavras de Dona Maria do Socorro (72), moradora do bairro da Liberdade há 54 anos, os problemas ambientais são encarados como algo distante de sua realidade.

<sup>54</sup> O paradigma cartesiano-newtoniano está assentado na possibilidade de conhecimento das "leis universais" que regem a ordem das coisas. Ao homem cabe dominar este conhecimento. A racionalidade técnica/instrumental é a manifestação desta racionalidade que estabelece uma distância entre o objeto e o observador.



dominantes das ciências, está completamente equivocada, pois subverte que a cultura é o elemento diferenciador do homem em relação ao meio natural e que, como existem diversas culturas humanas, indica o quanto a sociedade está mais próxima, ou mais distante, da “barbárie” e da “civilização” (THOMAS, 1996).

Novas formas de pensar a relação entre sociedade e natureza, entretanto, começam a ganhar terreno nas discussões por todo mundo, conforme explicamos no Capítulo 2. A crise ambiental e os riscos da moderna sociedade colocam em xeque a superioridade e excelência do modelo social e econômico em vigor. Viver bem nem sempre significa ter mais dinheiro ou consumir mais. Basta lembrar que se os níveis de consumo continuarem crescendo no mesmo ritmo, em breve teremos um colapso no abastecimento de alimentos, água, energia elétrica, etc. Ou seja, ricos e pobres estão agora num mesmo “barco” desgovernado (sem políticas públicas eficientes), enfrentando uma forte tempestade (violência, pobreza, degradação ambiental, etc.), com sua estrutura comprometida (escassez, poluições, etc.) e com seus tripulantes e passageiros se divertindo assistindo TV (desmobilização e desinformação).

Esta imagem, embora não seja fixa, também não representa bem a situação de convívio e percepção dos riscos ambientais por parte das populações, tendo em vista que os problemas ambientais são encarados de maneiras diferenciadas pelos atores sociais em função dos impactos sofridos em cada caso específico. Por isso, os impactos da degradação ambiental variam não somente em função dos riscos que as diferentes populações estão expostas, mas também em virtude das diversas percepções destes problemas.

Esta variação significa que ocorrem percepções diferenciadas das populações pesquisadas sobre a questão ambiental, mas também indica que ocorrem similitudes, particularmente segundo a racionalidade técnica e instrumental, especializada, externa, naturalizante, individualizante e com forte apelo preservacionista e conservacionista.

"Eu acho que aqui no bairro não existem tantos problemas desse... As ruas aqui são todas calçadinhas, o carro do lixo passa três vezes por semana... Mas eu sei que existe esse problema em outros lugares... As pessoas deveriam se conscientizar e não desmatar tanta floresta, nem poluir tanto o planeta, porque todos nós vamos sofrer as conseqüências disso, né ?."

Os riscos ambientais afetam a todos diferenciadamente. A percepção destes problemas, no entanto, tem relação direta com o padrão imagético-discursivo da mídia que identifica a questão ambiental com o preservacionismo e conservacionismo de uma suposta natureza "natural", intocada e independente das ações humanas. Podemos observar não somente nas palavras de Dona Maria do Socorro, mas de maneira subliminar na racionalidade do paradigma dominante que norteia a relação homem/natureza e se apresenta na mídia, conforme explicamos no capítulo anterior. A problemática ambiental, neste sentido, se reduz a preservação de áreas e parques florestais. Ocorre um apelo ecológico cada vez mais presente no meio social, entretanto bastante distante da realidade de degradação social e ambiental crescente dia-a-dia.

A relação de dominação e desequilíbrio que se manifesta no meio social (relação sociais) e no meio ambiente (relação sociedade/natureza), não é enxergada como um fenômeno formado historicamente e que está presente em todos os aspectos da vida coletiva, mas como um processo natural que se fundamenta numa suposta superioridade do ser humano e de sua racionalidade. As diferenças e desequilíbrios do meio social estão, assim, em perfeita sintonia com a racionalidade que se estabelece nas hierarquias e disputas, como processos naturais, fixos e imutáveis.

Segundo a lógica da excepcionalidade humana<sup>55</sup>, o fato de muitos grupos sociais serem diferentes, indica que as diferenças e hierarquias naturais do meio ambiente tendem a se expressar no meio social. Esta lógica, embora presente na sociedade e nos paradigmas

---

<sup>55</sup> Este postulado científico implica em entender o ser humano como singular na natureza, pois tem a capacidade de usar símbolos e signos, cozinhar seus alimentos, transformar a natureza intencionalmente e ter cultura. Alguns autores indicam que este pressuposto é falso porque, principalmente, não leva em conta as relações de interdependência do homem em relação às outras espécies e ao meio natural (LARRERE & LARRERE, 1999; KALAORA, 1993; THOMAS, 1996)

Nas camadas mais ricas, por possuírem meios próprios e disponibilizarem de serviços/equipamentos públicos, predomina, em via de regra, a crença de que estão livres dos problemas ambientais, que estão fazendo sua parte para evitar tais problemas e ainda que são os que menos agriem o meio ambiente urbano. Todavia, as populações mais abastadas, pelo nível de consumo ser maior, agriem muito mais o meio ambiente, embora não estejam diretamente expostas aos impactos desta degradação, conforme explicamos anteriormente.

No caso do lixo, por exemplo, as famílias mais abastadas produzem uma quantidade muito maior, só que têm coleta três vezes por semana em suas portas. Além disso, há todo um cuidado com a limpeza dos quintais e cuidados com a higiene. Os riscos da degradação ambiental são percebidos como um fenômeno externo à rotina diária destas famílias.

As famílias mais carentes enfrentam uma gama variada de problemas ambientais complexos em seu cotidiano. Esta situação é agravada em virtude da pobreza e da falta de informação. Contudo, estas famílias apresentam práticas de enfrentamento dos problemas em direção da solidariedade e da mobilização conjunta<sup>56</sup>, que por sua vez está articulada a um entendimento da questão enquanto um problema político e social. Sobre isto, é significativa a fala de Dona Silvia (39), moradora da Vila dos Teimosos, sobre a mobilização da comunidade para conseguir coleta de lixo:

“Esse lixo todo ai é porque as pessoas joga o lixo no quintal, mas naquela rua ali em cima passa o carro de lixo... Já faz tempo isso, uns três ano... Antes num passava não, mas depois que agente fez um abaixo-assinado, lá na associação, aí veio os vereador aqui oiá... ai agente fez outro abaixo-assinado. Agora o carro de lixo passa toda semana... mas alguns povo joga o lixo ali mermo”

Em virtude da fragilidade social e da pobreza econômica as famílias carentes tendem a desenvolver estratégias conjuntas de sobrevivência. Contudo, a degradação praticada por estas

---

<sup>56</sup> É comum, nos bairros carentes, não somente encontrarmos famílias se ajudando mutuamente, como em mobilizações para conquistar alguns serviços/equipamentos públicos.

comunidades (como o lixo jogado nos quintais) nem sempre são percebidas como um risco ambiental, muito embora as pessoas mostrem-se contra e repudiem a situação.

O fato das populações pobre conviverem com a degradação ambiental em seu dia-a-dia e o fato desta degradação estar amplamente visível, transforma estas populações de vítimas em vilãs. Observamos que os principais responsáveis pela degradação ambiental são as populações mais ricas; conforme podemos observar na Tabela 8, que nos indica o consumo médio das famílias através do lixo produzido. Embora prevaleça a crença de que as populações pobres são mais degradadoras do meio ambiente, conforme podemos observar nas palavras de Dona Fátima (55), moradora do bairro do Alto Branco.

Frequência Média/Tipo de lixo produzido semanalmente por bairro pesquisado

Bairro/lixo	PLASTICO	ENLATADO	VIDRO	BORRACHA	PAPEL	ORGÂNICO
Vila dos Teimosos	P	P	N	N	R	P
Liberdade	M	R	P	N	M	P
Alto Branco	M	M	M	P	M	R

Tabela 8

Fonte: Pesquisa de campo 2001

M= muito

R= regular

P= pouco

N= nenhum

“A poluição quem faz são as pessoas. Se cada um não jogar lixo no chão não vai haver poluição... Acho que quem mais polui são aqueles que não tem educação, os mais pobre infelizmente prejudicam eles mesmos e os outros quando não ligam para saúde e a limpeza”

O erro crasso está em confundir a degradação visível com a degradação de fato produzida. No caso das famílias ricas o lixo recolhido três vezes por semana é depositado nos “lixões” da Prefeitura, que por não serem aterros sanitários adequados acabam se constituindo num enorme prejuízo ambiental. A percepção de Dona Fátima é grosseira porque não faz referência a seu consumo e sua degradação produzida, vê o problema como algo distante de sua vida.

Apesar de estarem presentes no cotidiano das famílias pesquisadas, muitas vezes os problemas ambientais são percebidos como uma questão que vem de fora para dentro de suas

realidades de vida. Quase nunca os riscos são vistos como um processo que se formou dentro do próprio grupo social, em decorrência do processo de organização social que está fundamentado nas diferenças e hierarquias, na dominação e na exclusão. Ou seja, as desigualdades sociais acabam se confundindo e sendo percebidas sob o prisma da degradação do meio ambiente.

Porém, este pressuposto é, no mínimo, falso. Primeiro, porque a pobreza e a exclusão não são fatores determinantes da degradação ambiental, mas são problemas que se formaram em conjunto com esta, em decorrência da relação predatória dos homens entre si e dos homens com o meio ambiente; relação esta, assentada na racionalidade técnica e instrumental. Segundo, porque são justamente as populações mais ricas que mais degradam o meio ambiente, em virtude do nível de consumo ser maior, conforme vimos.

Podemos Observar que as populações, em geral, tendem a reproduzir uma "visualização" dominante da problemática ambiental. Ocorre uma sintonia com os padrões imagéticos-discursivos da mídia sobre a questão ambiental<sup>57</sup>. Esta sintonia é resultado do poder de manipulação das mensagens e informações da mídia sobre o meio ambiente, mas principalmente é fruto de uma lógica de degradação e diferenças que se estende por toda a sociedade.

Os riscos da degradação ambiental são geralmente encarados enquanto problemas de ordem externa ao meio social: distante da vida diária e fruto de ações de outros (para as populações mais abastadas), ou como um problema que depende do indivíduo para sua solução na vivência do dia-a-dia (para as populações mais carentes).

Em sintonia com estes pressupostos existe também a crença de que a questão ambiental é um problema apenas de preservação da natureza, de criação de reservas e áreas protegidas, como uma expressão do padrão imagético-discursivo da mídia sobre o

---

<sup>57</sup> A formação destes padrões é extremamente fluída e dinâmica, fortemente influenciada pela mídia, que em época de globalização trata de difundir a cultura do desenvolvimento e do consumismo.

preservacionismo. Esta crença não percebe, portanto, a dimensão social do problema, nem tampouco os desequilíbrios que se formaram com a constituição deste modelo de desenvolvimento e sua propagação por todo o mundo. A própria idéia de desenvolvimento implica na criação de um processo de urbanização, industrialização e aumento dos níveis de consumo de bens, materiais e energias. Sem se importar com as conseqüências deste desenvolvimento.

Quando muito, os problemas da degradação ambiental são encarados como da alçada dos próprios agentes degradadores, ocorrendo a reprodução do mito do "mercado autorregulador" dos economistas. Em outras palavras, acredita-se na superação dos problemas a partir da iniciativa daqueles que mais degradam o meio ambiente.

Este pressuposto está em perfeita sintonia com a crença do poder absoluto da ciência e da tecnologia na busca de soluções para o enfrentamento dos problemas ambientais que se manifesta também enquanto padrão imagético-discursivo da mídia sobre o poder do tecnicismo e da racionalidade científica. Um suposto poder infinito de encontrar soluções para a degradação e a crise ambiental dentro da lógica racional da desigualdade e da exclusão. Espera-se resolver problemas ambientais sem comprometer as estruturas sociais que serviram (e servem) de sustentação para o atual modelo de desenvolvimento social e econômico.

Além de tudo isto, a questão ambiental muitas vezes é vista sob o prisma limitante do ecologismo. O paradigma dominante impõe uma relação de desequilíbrio e degradação ambiental. Sua antítese funcionalista, admitindo o processo de desenvolvimento tecnológico, propõe o uso racional dos recursos, a preservação de áreas intocadas, tipo reservas naturais. Como se bastasse preservar áreas naturais para se ter garantido um ambiente social saudável, sem desequilíbrios e em harmonia com a natureza, quando ocorre justamente o contrário.

Os reflexos da deterioração do meio ambiente urbano sobre as populações guardam relação direta com os problemas de saúde. Entre os pesquisados, a saúde é a questão que mais

desperta preocupação. De conformidade com o que se observa nas declarações de Seu José Firmino (48), que mora na Vila dos Teimosos com sua esposa e três filhos:

"A vida aqui é muito difíci... Nós tem de trabaiaí o dia intero pra ganhá uma micharia e quando chega em casa, as vez, não tem nem o que come... É lixo pra todo lado e as criança toda doente... Aqui não tem dotô, as doença é sarada com remédio que agente mermo faz. A gente não tem dinheiro pra comprá na farmácia... As criança é que dá pena, porque fica tudo doente... A gente diz pra não tomá banho nesse açude, mas não tem jeito, elas vão lá tomá..."

Esta situação encontrada representa uma dificuldade concreta na vida das populações, que embora desconheçam os riscos que correm com os problemas ambientais, são capazes de reconhecer e repudiar os mesmos em suas vidas diárias. Após rápida conversa sobre a gama de questões que envolvem a problemática ambiental, os pesquisados são capazes de identificar imediatamente tais problemas, conforme se observa na Tabela 9.

Distribuição percentual da percepção dos problemas ambientais por bairro pesquisado

	Vila dos Teimosos	Liberdade	Alto Branco
EXISTE	100,0	83,9	53,6
NÃO EXISTE	0,0	16,1	46,4

Tabela 9

Fonte: Pesquisa de campo 2001/2002

A falta de orientações e cuidados com a higiene é outro aspecto que contribui sobremaneira para a deterioração das condições de vida das populações pobres. Alguns problemas, no entanto, não são visíveis para os moradores e por isso mesmo passam despercebidos. É o que acontece, por exemplo, com o depósito de excrementos humanos que é feito nos quintais, em latrinas improvisadas, e que correm a céu aberto. As populações que residem nestas áreas não conseguem sobreviver sem a degradação do seu próprio meio. Pela falta de informação e, principalmente, pela falta de condições concretas para superar tais dificuldades, estas populações sofrem sérios prejuízos e enfrentam sérios riscos ambientais, fundamentalmente com a saúde. Como podemos observar na Tabela 10.



de degradação da qualidade de vida. Realmente, são os aspectos relacionados com a saúde fundamentais e determinantes para a compreensão da problemática ambiental. A exposição da população ao lixo, aos esgotos e dejetos, insetos e ratos, traz como consequência uma quantidade enorme de parasitoses e doenças infecto-contagiosas.

Preocupações com a saúde são constantes, mas poucas vezes a saúde é percebida como um conjunto de fatores que dizem respeito a qualidade de vida e a relação dos homens com o meio ambiente. É inegável que a carência alimentar das famílias mais pobres implica em indivíduos com baixa imunidade e, portanto, vítimas freqüentes de problemas de saúde. Mas este não é o único problema enfrentado pelas populações de baixo nível de rendas, ocorre também a desinformação e a falta de cuidados de higiene, que tornam as famílias carentes altamente vulneráveis aos riscos ambientais.

O problema do lixo é determinante sobre este aspecto. É no lixo onde se desenvolvem os micróbios que podem infectar o indivíduo. Enquanto as famílias da Liberdade e do Alto Branco têm coleta de lixo em todas as ruas do bairro, as populações carentes que têm de sobreviver as custas da degradação a sua volta, geralmente colocando o lixo nos quintais (22,5 %) ou em terrenos baldios (45,5 %), passando a conviver diariamente com os riscos ambientais daí provenientes, conforme podemos observar na Tabela 11.

Distribuição percentual da localização do lixo por bairro pesquisado			
Local /bairro	Vila dos Teimosos	Liberdade	Alto Branco
<b>Coleta</b>	<b>9,3</b>	<b>74,6</b>	<b>85,0</b>
<b>Quintal</b>	<b>22,5</b>	<b>6,2</b>	<b>0,0</b>
<b>Terreno baldio</b>	<b>45,5</b>	<b>8,7</b>	<b>11,6</b>
<b>Queima</b>	<b>17,7</b>	<b>1,4</b>	<b>0,0</b>
<b>Outro</b>	<b>5,0</b>	<b>9,1</b>	<b>3,4</b>

Tabela 11

Fonte: Pesquisa de campo 2001/2002



Presença/Ausência de serviços e equipamentos públicos por bairro pesquisado					
BAIRRO / SERVIÇO	Posto Médico	Posto Policial	Creche	Escola	Telefone
<b>Vila dos Teimosos</b>	A	A	A	A	P
<b>Liberdade</b>	A	A	P	P	P
<b>Alto Branco</b>	P	A	P	P	P
<b>Tabela 13</b>	<b>P=presente</b>	<b>A=ausente</b>	Fonte: Pesquisa de campo 2001/2002		

No Bairro da Liberdade, que representa a camada intermediária, encontramos muitos problemas ambientais. Embora boa parte da população já desfrute de saneamento básico em suas casas, coleta de lixo em grande parte das ruas, ocorrem problemas semelhantes aos encontrados na Vila dos Teimosos. Principalmente em algumas áreas mais escondidas, como vielas e cortiços, conhecidas por “cabeças-de-porco”. Nestes locais não há saneamento básico e a pobreza é uma constante na vida das populações. Além disto, um mercado público (atualmente em reforma) gera descontentamento da população pelos esgotos, o mal cheiro, insetos e ratos, que se criam neste logradouro público. Disto, falou Dona Maria do Socorro, moradora da Liberdade.

"Agente aqui não tem tantos problemas com o lixo porque tem coleta. Existe locais aqui no bairro onde não tem. Isto é muito ruim porque também prejudica a gente. Agora aquele mercado ali da rua Espírito Santo é um problema sério. Tem inseto, cachorro louco e uma fedentina triste..."

Aqui podemos observar como a degradação de áreas vizinhas e relativamente afastadas, acabam se constituindo em amplo problema ambiental. De diversas formas, os problemas ambientais se propagam e acabam causando algum tipo de impacto nas populações vizinhas, embora este impacto varie em função da capacidade de cada grupo enfrenta-lo.





"Os problemas ambientais nós não sentimos. O carro de lixo passa de dois em dois dias. A nossa casa está sempre limpa, não poluímos o meio ambiente... A poluição é um problema do sistema, e o que é que podemos fazer ? ! Nós já estamos fazendo... Acho que todos são responsáveis, mas o governo é o maior responsável, porque a população é sempre vítima"

Temos aí uma resposta típica. Os problemas ambientais, neste caso, são vistos como resultados de ações fora da vida diária dos atores sociais. Não se levam em conta o consumo e a pobreza como aspectos determinantes dos impactos ambientais. A compreensão da situação presenciada por determinado ator social é produto de sua realidade histórica e empírica imediata e, também, do arcabouço conceitual e psicológico decorrente de sua formação, experiências e situação de vida. Assim, nas camadas mais abastadas percebe-se um não-envolvimento com as questões ambientais, embora haja um conhecimento maior do problema.

Conforme explicamos anteriormente, as populações mais ricas degradam mais o meio ambiente, pois produzem uma maior quantidade de lixo. Entretanto, este lixo, esta degradação, não é vista porque eles dispõem de meios para se livrar destes detritos, que acabam indo para as áreas periféricas onde moram as populações pobres.

Para compreender como as dessimetrias sociais e as hierarquias de poder são estruturadas, seria necessário um profundo estudo sobre a tradição histórica, que de um lado formou uma sociedade com uma grande massa de excluídos e por outro lado, uma diferenciação bipolar e desequilibrada entre sociedade e natureza. Como não é esta a finalidade deste trabalho, nos ocuparemos apenas de compreender as percepções dos riscos ambientais nas populações pesquisadas e as abordagens da mídia sobre a questão ambiental.

#### **4.2 Imagens dos riscos construídos**

Enquanto alguns tipos de degradação ambiental são sistematicamente produzidos e não são percebidos, outros tipos são encarados como riscos ambientais sem, contudo, ter qualquer relação direta com as populações. Assim ocorre, por exemplo, com os problemas do lixo e a extinção de animais. Os riscos ambientais decorrentes do lixo produzido (tanto na

Vila dos Teimosos, na Liberdade e no Alto Branco) nem sempre são reconhecidos como causa da degradação ambiental; por sua vez, a ameaça de extinção de determinadas espécies (mesmo sem fazer parte da rotina das populações) é prontamente reconhecida como degradação e riscos ao meio ambiente.

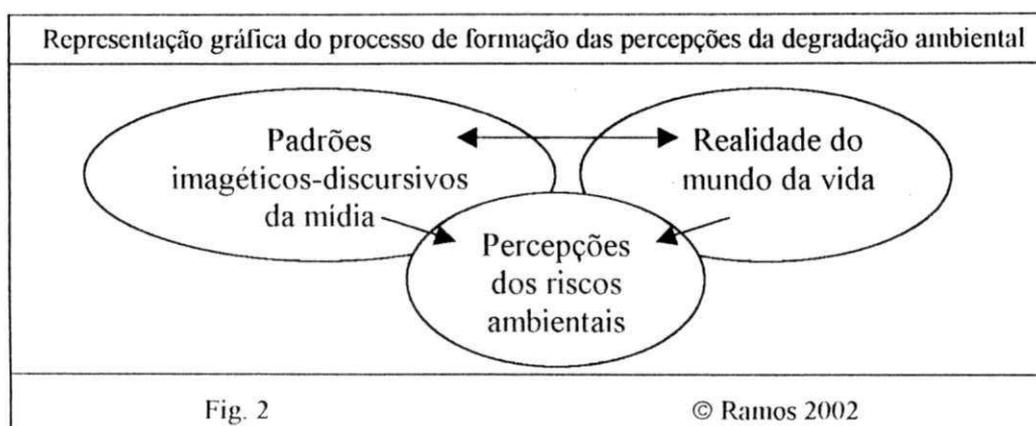
Observamos que, de alguma maneira, as imagens socialmente construídas – particularmente pela mídia – acabam servindo de parâmetros para que os indivíduos identifiquem, reconheçam e enfrentem os riscos da degradação ambiental. É o que ocorre com a extinção de espécies e o desmatamento de florestas. Observamos isto nas palavras de Marco Antônio (36), casado, pai de dois filhos e morador do bairro da Liberdade desde que nasceu, e que possui uma noção dos problemas ambientais em nível global e dos riscos como exteriores:

“Eu vejo esse problema do meio ambiente e da ecologia como diz na televisão: a poluição, a derrubada das árvores, a extinção de animais da Amazônia... Isso é coisa daqueles que não tem amor a natureza, que destrói tudo... Se eles cuidassem mais dos animais e da floresta, as coisas seriam diferentes, sem poluição e mais saudável, né verdade ? ! !”

Observamos aqui como as imagens construídas socialmente sobre a questão ambiental são limitadas pelas perspectivas ecológica, preservacionista e conservacionista. Ao mesmo tempo podemos deduzir que a mídia tem uma importância crucial na formação destas imagens e percepções dos problemas ambientais. Em geral, a questão dos riscos ambientais é identificada como sendo apenas produto de agressões à natureza selvagem. Não se enxerga com muita propriedade as agressões e consumos do dia-a-dia, que também são partes de um mesmo processo de degradação ambiental, pois a destruição de áreas natural é decorrência de um sistema sócio-econômico que busca matérias-primas e riquezas nestas áreas para o consumo da sociedade como um todo.

Neste caso, é interessante observar a influência que os meios de comunicação de massa, particularmente a televisão, têm na formação das imagens construídas sobre os

problemas ambientais. Embora ocorra uma reelaboração por parte das populações em função de suas realidades de vida, os padrões imagéticos-discursivos da mídia sobre o meio ambiente (ver Capítulo 3), acabam colaborando de diversas maneiras na construção das idéias sobre os problemas e os riscos ambientais. Isto pode ser representado segundo a Figura 2, a seguir:



A realidade de vida, enquanto o conjunto de coisas objetivas (família, trabalho, acesso aos bens materiais, etc.) e subjetivas (cultura local, interação simbólica, códigos de moral e conduta, etc.) que compõem o dia-a-dia dos indivíduos, está em relação direta com os padrões imagéticos-discursivos da mídia. Simultaneamente, esta realidade de vida e os padrões imagéticos-discursivos alimentam a construção das percepções da degradação ambiental, sem, contudo, haver um determinismo causal que signifique uma reprodução mecânica, ou uma predeterminação deste processo (HABERMAS, 1989).

A reprodução de valores e regras de comportamento é o instrumento basilar de manutenção da diferenciação entre os homens e da estruturação da degradação ambiental. Longe de serem processos naturais, a educação e a formação ideológica<sup>58</sup>, são as vias sociais de estruturação dos códigos que dão sentido ao abismo que separa os seres humanos, com a exclusão social, e que naturaliza a degradação e os riscos ambientais, com a formação dos padrões imagéticos-discursivos da mídia.

<sup>58</sup> Compreenda-se os valores e idéias formadas a partir do convívio em sociedade, provenientes da religião, círculo de amigos, meios de comunicação, etc.

Os atributos dados a relação de dominação do homem sobre a natureza é reproduzindo nas relações de poder impostas à toda estrutura social. As desigualdades que permeiam a sociedade são produtos da rede de poder que perpassa os diversos setores e fenômenos da vida social. Sustentando assim, o poder estruturalmente constituído e corroborando com as dessimetrias mais gerais dos homens entre si e deste para com a natureza. A mídia atua dando a estas diferenças o suporte e a legitimidade para que continuem (ou não) se reproduzindo.

Sobre isto, é interessante observar o caso de Dona Severina (52), nascida no interior de Pernambuco e residente em Campina Grande há trinta anos, mora no bairro da Vila dos Teimosos há dez anos com seus três filhos. Ela, juntamente com outros moradores, mobilizam-se sempre, através de abaixo-assinados, para reivindicar dos poderes públicos calçamentos, posto policial, saneamento básico, etc. Sobre isto ela disse o seguinte:

*“Agente sofre muito... Pra tê os fios... ai tem de cuidá da casa, dos fios... e ainda lavo rôpa pra fora... é a vida, né ?!!... Nois tem muito poblema aqui nos Teimosos puisqué a Prefeitura num liga, nem as otoridade... Acho que esse poblema do ambiente é pra ter cuidado com os rio e os peixes de extinção e com as árvores de fruta.”*

Mais uma vez, podemos observar que a questão ambiental é vista apenas significando a preservação de animais e florestas. Não se enxerga os problemas da degradação cotidiana e os riscos enfrentados com o lixo, a escassez da água, etc. Esta perspectiva tem relação direta com a propagação dos padrões imagéticos-discursivos da mídia, que direta e indiretamente, acabam influenciando a compreensão da questão ambiental. Podemos observar também que Dona Severina cumpre uma tripla, as vezes quádrupla, jornada de trabalho cuidando dos filhos, da casa, trabalhando na lavagem de roupas e, as vezes, se envolvendo com as mobilizações comunitárias nas reivindicações por serviços/equipamentos públicos. Neste mesmo sentido, os desequilíbrios e desigualdades de classe, de geração, de raça e de gênero, que são construções sociais, acabam sendo naturalizados e encarados como um dado absoluto e imutável, ou que depende de outros para a solução.

Todas as formas de envolvimento com os problemas ambientais ocorrem em função das necessidades de se transformar o meio social em que os indivíduos estão inseridos. Geralmente, a luta por melhorias nos bairros periféricos é encabeçada por mulheres, organizadas em Clubes de Mães e Associações de Moradores. Este fato é explicável não somente pelo fato de que as mulheres estão mais diretamente envolvidas com os problemas ambientais no ambiente doméstico, mas também porque as mulheres começam agora a serem enxergadas como agentes de transformação social (RAMOS, 2000).

No bairro da Liberdade, encontramos o Seu Daniel (73). O típico “pai de família”. Nascido e criado em Campina Grande, trabalhou durante quarenta anos de sua vida no serviço público para criar seus cinco filhos. Sua esposa, Dona Maria, também encarna muito bem o padrão de comportamento preponderante na vida social. Mas, um “olho clínico” pode perceber mais do que a simplicidade de uma suposta reprodução mecânica dos padrões imagéticos-discursivos da mídia, por mais que assim possa parecer.

Seu Daniel, quando se refere as relações de poder que se estruturam na determinação da degradação ambiental, consegue expressar um problema essencial na formação dos riscos e na percepção dos mesmos.

“Os homens só trouxeram destruição para o planeta. Os ricos não querem nem saber dos pobres. Eles parecem que vivem em outro planeta, porque não sabem o que é a fome e a dificuldade que agente passa pra viver e criar os filho... Eles só sentem quando acontece um crime, como aquele da menina que matou os pais<sup>59</sup>. Ninguém tá seguro hoje em dia, do mesmo jeito quando alguém destrói a natureza todo mundo paga o preço.”

Neste caso, podemos observar claramente que a imagem de degradação ambiental está formada em função dos impactos de grande repercussão que a natureza e todos seres humanos estão sofrendo (ou poderão sofrer), o que é amplamente plausível. Seu Daniel também percebe que o consumismo das camadas mais ricas implica na degradação ambiental e na

---

<sup>59</sup> Seu Daniel refere-se ao crime ocorrido em São Paulo em novembro de 2002, quando a filha adolescente (Suzane Von Chisthoffen) de família tradicional, juntamente com o namorado e irmão deste, mataram os pais da moça a fim de ficarem com a fortuna da família. O crime foi amplamente divulgado pela mídia.

formação dos riscos. Todavia, ele não consegue ver o quanto suas próprias ações cotidianas podem também estar contribuindo com a degradação ambiental. Para ele, a degradação ambiental é exterior ao seu cotidiano e consequência das ações dos outros. Ele não se vê como agente degradador, em maior ou menor escala, ou como tendo qualquer responsabilidade sobre esta questão.

No bairro do Alto Branco, Dona Carmem (49), mora há aproximadamente 45 anos. Parece “senhora” absoluta da situação. Viúva há quinze anos, vive com uma filha separada e sua neta de quatro anos de idade. Sua vida aparentemente pacata, rotineira e enfadonha, gira sobretudo em torno da preocupação em manter as contas sempre pagas em dia e o mesmo padrão de vida<sup>60</sup>. Quando perguntada sobre a questão dos riscos ambientais, ela ponderou:

“Bem... é... eu acho que todo mundo tá sendo prejudicado, porque os riscos são grandes... Dizem até que vai faltar gasolina, água, luz, tudo... É difícil pra quem quer viver bem. Tem de ir pra uma fazenda boa e grande, bem longe da cidade pra sentir ar puro e sair da poluição. Se eu tivesse condições eu ia.”

Temos aqui mais um caso onde a questão ambiental é percebida como um fenômeno exterior à rotina diária. Embora reconheça que todos são afetados pela degradação produzida, Dona Carmem acredita que para evitar os riscos da degradação ambiental o único caminho é possuir condições financeiras para adquirir os bens e serviços que poderão faltar num momento de crise. Assim, ela além de não perceber que é justamente o consumismo que causa a degradação, ainda acredita ser possível “fugir” dos riscos ambientais. A imagem formada, neste caso, dos riscos ambientais submete os interesses coletivos aos interesses individuais. Como se bastasse “pagar” mais para se ter qualidade de vida e evitar a degradação.

#### **4.3 Resistências e discursividade destoantes**

Não podemos negar que ocorre influência da mídia na constituição das percepções das populações sobre os riscos ambientais; porém esta relação não pode ser equacionada em

<sup>60</sup> Um nível de vida relativamente alto para os padrões campinense. Com renda na faixa de 15 salários mínimos.

termos de determinismo causal. Ou seja, tanto a mídia como as populações estão se influenciando mutuamente o tempo inteiro, mas de maneiras não previsíveis, pois como as situações de vida têm dinâmicas singulares, ocorrem sempre reações, resistências e discursividades destoantes daquelas que são veiculadas na mídia (CHAUI, 1985).

Em todos os bairros pesquisados são visíveis diversas formas de penetração dos meios de comunicação de massa, principalmente o rádio e a televisão, como podemos observar na Tabela 16; demonstrando, assim, ser um elemento fundamental na formação das opiniões e na reprodução de práticas e ideologias.

Distribuição percentual dos meios de comunicação mais usado por bairro pesquisado						
BAIRRO / MEIOS	Rádio	Televisão	Jornal	Revista	Internet	Outro
Vila dos Teimosos	59,5	28,0	1,0	0,0	0,0	1,5
Liberdade	25,4	34,5	28,0	25,1	12,0	10,0
Alto Branco	15,1	37,5	71,0	74,9	88,0	88,5
Tabela 16		Fonte: Pesquisa de campo 2001/2002				

Estes números indicam que há uma desigualdade em relação ao acesso aos meios de comunicação. As camadas mais carentes geralmente utilizam mais o rádio e a televisão como meio de informação e entretenimento, enquanto que nas camadas mais abastadas pode-se observar que o jornal, as revistas e até o computador fazem parte de suas vidas. Esta diferença de acesso aos meios de comunicação, tem reflexo direto na formação das percepções dos riscos e da degradação ambiental. Contudo, isto não significa que esta diferença impossibilite a identificação destas percepções.

Os meios de comunicação perpassam suas mensagens sutilmente, de tal forma que muitas vezes a verdadeira intenção da mensagem não é percebida. No que se refere aos riscos ambientais, no geral, o discurso midiático desloca a questão central que diz respeito a relação

desequilibrada do meio social com a natureza, para centralizar seu foco no indivíduo e/ou na tecnologia. Na opinião de Lindembergue (45), morador do bairro do Alto Branco.

"Para resolver os problemas ambientais é preciso tomar consciência disto... As pessoas devem parar de agredir a natureza, de maltratar os animais... Se todos fizerem sua parte a situação vai mudar..."

Se por um lado a fala de Lindembergue demonstra um certo conhecimento do problema, ao menos superficialmente; por outro lado indica uma desmobilização e um descompromisso com o aspecto social das questões que envolvem a problemática ambiental. Ou seja, entre esta população mais abastada há uma maior identificação do discurso do indivíduo com os padrões imagéticos-discursivos da mídia, que funda a responsabilidade do contexto de degradação ambiental nas ações isoladas dos indivíduos, bem como no preservacionismo e conservacionismo.

Por sua vez, nas camadas menos favorecidas, como na Vila dos Teimosos, devido a presença imperativa dos problemas ambientais, como o lixo e os esgotos, estas populações além de estarem engajadas (principalmente as mulheres) nas lutas pela melhoria de sua qualidade de vida, têm também identificado os poderes público como (co)responsáveis pela situação de pobreza e miséria vivida. Conforme se observa nas palavras de Dona Maria do Rosário (39), moradora da Vila dos Teimosos.

"Os problema aqui são grande... Nós já fizemo abaixo-assinado, já falemo com os vereador, mas de nada adiantô... Os político só lembra da gente in época de inleição. Depois que passa a inleição, eles num vem nem aqui."

Esta situação de que fala Dona Maria do Rosário, representa dificuldades concretas de sua vida. Sua compreensão do problema implica num envolvimento direto como agente social de mudança, na mobilização pela conquista de melhores condições de vida e na luta pela sobrevivência. A responsabilidade que recai sobre o governo ou sobre os políticos, indica uma percepção intuitiva da complexidade do problema e das desigualdades sociais. Ao mesmo

tempo, que encerra uma forma de resistência aos padrões imagéticos-discursivos da mídia, faz uma crítica social e representa, também, uma outra leitura do problema.

De fato, não há nem por parte do Governo Municipal, nem do Estadual, muito menos do Federal<sup>61</sup>, políticas públicas diretamente voltadas para os problemas ambientais, realmente eficazes e plausíveis. Podemos observar com a Tabela 17, leituras diferentes da identificação dos responsáveis para evitar os riscos ambientais. O que implica num envolvimento e uma leitura diferenciada da realidade de degradação, por parte dos pesquisados.

Distribuição percentual dos responsáveis para superar os riscos ambientais			
RESPONSÁVEIS / BAIRRO	Vila dos Teimosos	Liberdade	Alto Branco
Prefeitura	48,5	43,7	21,8
Governo Estadual Federal	20,7	17,5	15,4
Políticos	18,5	18,3	27,2
Comunidade	12,3	20,5	25,6
Tabela 17		Fonte: Pesquisa de campo 2001/2002	

As concepções distintas de uma população semelhante, muitas vezes, trazem aspectos comuns que são indicativos de uma compreensão padronizada dos problemas enfrentados. As populações mais carentes identificam a Prefeitura, o governo e os políticos como maiores responsáveis pelos problemas; enquanto nas áreas mais ricas a responsabilidade por evitar a degradação e os riscos ambientais recai mais sobre a própria comunidade e os políticos.

De maneira lenta e informal o conjunto da mídia atua sobre as mentalidades e o imaginário coletivo. O discurso sutil da mídia pode ser reconhecido nas práticas diárias, nos costumes e nas maneiras de interpretar os fatos e as coisas do mundo. Quando questionada sobre a contribuição que a imprensa deu para a compreensão do problema ambiental, assim falou Dona Francisca Maria (56), moradora da Vila dos Teimosos:

"Eu nunca vi falar desse problema, nem na televisão, nem no rádio... é... mais eu sei que existe... Eles num informa nada, só sobe dizer ...é...que é isso e aquilo, mas num diz como evitá.. Oia aqui essa lama e esse lixo, num sei mais o que fazê... Na televisão diz pra num deixá água parada por causa da dengue, mais oia ai qué água e mosquito"

Apesar de não identificar as mensagens da mídia sobre os riscos ambientais, Dona Francisca demonstra em suas palavras que de alguma maneira o discurso da mídia sobre a questão ambiental chegou até ela. Mesmo sem saber ela, assim como todos, de alguma maneira, são influenciados pelo discurso da mídia sobre os riscos e a problemática ambiental. Todavia, o discurso midiático é re-elaborado constantemente e toma sempre novos significados em função das circunstâncias específicas de vida.

A dura realidade vivida por Dona Francisca lhe impõe uma rotina de sacrifícios e "malabarismos" diante das dificuldades. Sem assistência, as populações pobres têm de desenvolver estratégias de sobrevivência que destoam dos padrões imagéticos-discursivos da mídia. Primeiro, porque o discurso midiático jamais será tão "rico" em complexidade e singularidades quanto a própria realidade vivida das populações. Segundo, porque as estratégias de sobrevivência fogem a qualquer controle e previsões. Estes discursos destoantes dos padrões da mídia representam formas de resistências e protestos.

A reprodução da realidade de desequilíbrios ambientais é observada de maneira constante, porém não de maneira mecânica e linear, na organização do dia-a-dia das populações. As crianças são criadas e educadas nas famílias mais pobres enfrentando a escassez de alimentos e péssimas condições de higiene, o que representa um aumento dos riscos, principalmente com a saúde. Nas camadas ricas, a educação e os cuidados com a higiene conferem um grau menor de perigo e riscos com a saúde.

A educação é um elemento essencial na superação dos problemas ambientais. Contudo, a simples informação do que significa a degradação ambiental não implica, necessariamente, numa menor degradação por parte do indivíduo. Entre as populações



Os comportamentos dos indivíduos são determinados, dentre outros fatores, pela família, pelo meio social, pelos amigos, assim como pelo conjunto da mídia. Este último elemento tem uma contribuição singular na definição da legitimidade da ordem social, pois além de indicar as regras gerais para o comportamento do indivíduo e de atuar sutilmente nas personalidades, a mídia tem um poder de alcance muito grande e sofisticado. Perpassando todos os outros aspectos da vida social (escola, ciclo de amigos, família, etc) que também influenciam a percepção dos riscos ambientais, o conjunto da mídia acaba se alimentando de suas próprias criações. Neste caso, os atributos da capacidade da mídia se estruturam nos fundamentos de seus padrões imagéticos-discursivos, que manifestam determinados tratamentos dos problemas ambientais.

As populações, contudo, costumam alterar o sentido das abordagens da mídia sobre o meio ambiente. Suas experiências ricas em criar novas formas de pensar e de agir, indicam uma inadequação aos padrões imagéticos-discursivos veiculados na mídia. Ocorre um distanciamento de todas as formas de controle social, bem como de todas as abordagens que buscam a homogeneização de uma realidade essencialmente heterogênea.

Verificamos que as práticas sociais são ações interativas que se refazem constantemente e se manifestam sempre em novas maneiras de refazer a vida cotidiana, na superação dos desequilíbrios ambientais particulares vividos. Com discursos e práticas destoantes, as populações conseguem surpreender pela capacidade de infringir as diversas tentativas e situações que lhes tratam como simples “massa de modelar”.

Podemos afirmar com certa segurança que ocorrem processos e fenômenos distintos, em se tratando do discurso da mídia sobre a questão ambiental e as lógicas discursivas das populações no enfrentamento diário da degradação e dos riscos ambientais. Muito embora ocorra uma relação e interinfluência entre os universos da mídia e das populações, cada um destes possui dinâmica e constituição próprias.

Enquanto a mídia se estrutura a partir da necessidade de estabelecer um *feedback* entre o emissor e o receptor, através de um aparato técnico cada vez mais sofisticado; as relações sociais estabelecidas na vivência cotidiana não possuem uma lógica discursiva fixa, pois esta se refaz constantemente por diversos meios e, muitas vezes, não busca um resultado pré-determinado. São universos distintos, com lógicas próprias, mas que mantêm relações constantes e indeterminadas.

Assim, as diferentes percepções dos riscos ambientais nas populações pesquisadas variam em função das vivências cotidianas com a degradação produzida, pelo acesso aos bens simbólicos e materiais e, ainda, pela sutil influência da mídia na construção dos significados.

## 5. Considerações Finais

Os resultados encontrados nesta pesquisa indicam a necessidade de se continuar estudando o discurso midiático sobre a questão ambiental, bem como as percepções e práticas cotidianas das populações no enfrentamento dos riscos ambientais. Ou seja, as conclusões e os resultados não estão fechados e prontos, muitas questões, aspectos e problemas aqui não tratados podem e devem ser objetos de estudos de outras pesquisas científicas.

Estudar o cotidiano para nós significou fazer um exercício sociológico constante. Significou mergulhar numa gama enorme de possibilidades analíticas, escolher clinicamente aquilo que se quer observar e começar a costurar e emendar os recortes feitos para a construção de um objeto de estudo que pede reparos constantes.

Com o fenômeno da mídia, da globalização, da circulação de mercadorias e pessoas e o contato com culturas diversificadas, ocorreu (e ocorre) uma transformação do significado da degradação e dos riscos ambientais. Mudanças estas que embora apontem para a necessidade, reconhecimento e importância de se investir na sustentabilidade e na superação das diversas formas de degradação ambiental, mantém as bases tradicionais das hierarquias, diferenças e consumismo.

A degradação do meio ambiente é um produto histórico do desenvolvimento da sociedade humana que está pautado pela racionalidade tecnicista, justificada por uma suposta superioridade do homem em relação a natureza e na capacidade infinita desta racionalidade encontrar solução para os problemas. Muito embora, na prática é justamente o contrário que ocorre. A degradação ambiental tanto ocorre independentemente do desenvolvimento técnico-científico, como muitas vezes é resultado deste desenvolvimento.

Em detrimento da problemática ambiental está sendo objeto de atenção da mídia, da comunidade científica, dos órgãos governamentais, da sociedade civil organizada (ONG's), da iniciativa privada e das próprias populações, a degradação e os riscos ambientais vêm

crescendo a cada dia. Problemas como a pobreza generalizada, a violência, a poluição (do ar, da terra, da água, visual e sonora), a falta d'água e energia, a escassez dos recursos naturais, etc., é uma realidade crescente não apenas no Nordeste e no Brasil, mas em todo o mundo, particularmente nos países do chamado Terceiro Mundo.

Na análise da situação social encontrada não esquecemos de levar em consideração aspectos subjetivos, políticos e culturais da população pesquisada. Alguns destes aspectos não podem se aferidos estatisticamente, mas não significa que não tem validade concreta na percepção dos riscos e da realidade social. Outros aspectos puderam ser avaliados direta e indiretamente através do levantamento quantitativo, como, por exemplo, o nível de escolaridade, a sociabilidade<sup>62</sup> e a percepção da população que foi estudada sobre os riscos ambientais. Para a observação das relações sociais das populações, na ordenação e valoração de suas práticas cotidianas, na formação de imagens, compreensões e identificações dos riscos ambientais; foi necessária a inserção constante do pesquisador no campo de pesquisa.

Em relação aos riscos ambientais, ficou claro que existem problemas graves que afetam diferenciadamente todas as populações. Todos, ricos e pobres, sofrem de alguma maneira os impactos da degradação ambiental. As populações pobres, no entanto, não dispõem de meios para superar grande parte destes problemas (lixo, esgoto, insetos, ratos, doenças infecto-contagiosas, etc.). Já as populações mais abastadas, dispõem de meios para contornar a maioria das questões, como, por exemplo, a falta de água, já que possuem reservatórios e caixas d'água.

Por seu turno, nos bairros periféricos, onde habitam as populações carentes, há uma quase completa ausência de serviços/equipamentos públicos que ao menos minimizassem os riscos e impactos da degradação ambiental. Contraditoriamente, é nos bairros nobres onde se concentram obras, serviços e equipamentos públicos (calçamento, coleta de lixo, posto

---

<sup>62</sup> Entenda-se por sociabilidade o grau de integração e de relações interpessoais do indivíduo.

médico, posto policial, rede de esgoto, etc.) o que confere uma menor exposição direta aos riscos da degradação ambiental produzida.

O enfrentamento e convivência com a degradação ambiental, todavia, não é garantia da percepção dos riscos ambientais do dia-a-dia. As populações pobres degradam o meio ambiente em sua volta e não percebem os riscos que se expõem com o lixo, os esgotos, etc. produzidos. As populações mais ricas produzem mais degradação (principalmente em forma de lixo), embora não se exponham diretamente aos riscos ambientais imediatos e, por isso, geralmente acreditam que não degradam o meio ambiente.

Em função da divulgação massiva das questões ambientais pela mídia, muitos problemas passaram a ser “enxergados” pelas populações, contudo, a degradação e os riscos ambientais são vistos, sobretudo, como a preservação e conservação de áreas naturais intocadas. Assim, muitos problemas como o superaquecimento global e o buraco na camada de ozônio, passaram a ser conhecidos por muitas pessoas, mas a degradação e os riscos ambientais produzidos cotidianamente continuam “invisíveis”.

É nesta mesma perspectiva que os padrões imagéticos-discursivos da mídia estimulam: a) o tratamento individual da questão ambiental, em vez do enfrentamento coletivo e social; b) o envolvimento de instituições públicas, privadas e ONG's com os problemas ambientais, ao invés das populações em suas vidas cotidianas; c) o tratamento tecnicista e de um saber especializado ao invés de reconhecer o saber tradicional e popular e; d) uma suposta “consciência” ecológica em detrimento das práticas diárias de degradação ambiental.

É inegável que a contribuição do conjunto da mídia para a superação dos desequilíbrios ambientais está muito além do esperado, ou do desejado. Isto porque além da maior parte da programação da mídia estimular o consumismo e práticas degradantes, os poucos espaços dedicados aos temas ambientais estão comprometidos, em função dos padrões imagéticos-discursivos que tratam a problemática ambiental de forma limitada.

As populações desconhecem alternativas para a superação de suas dificuldades e isto não interessa ao conjunto da mídia. A mídia vive de sensacionalismos, notícias sobre violências e guerras, mas possui também, nas entrelinhas, um conjunto de valores perpassados como naturais e necessários para a vida das pessoas. Dentre estas questões estão o caminho para o desenvolvimento e o progresso (a industrialização, a conquista da natureza, o trabalho, etc) que, como estão estruturados, causam sérios riscos ambientais e promovem relações desarmônicas e hierarquizadas por todo o conjunto da sociedade.

A representação midiática é um elemento fundamental no processo de socialização e constituição das identidades sociais. Neste sentido, o conjunto da mídia pouco tem feito no sentido de educar cidadãos(ãs) conscientes e atuantes em seu meio. As desigualdades e diferenças (de classe, de geração, de gênero) são tratadas como pontos passivos. Não há o interesse em considerar a degradação e os riscos ambientais como urgentes e relativos ao consumismo, às práticas sociais diárias.

Muitas questões aqui desenvolvidas necessitam ser mais bem estudadas e explicadas, dadas suas complexidades e aos limites propostos por este estudo. Por isso, a pesquisa não termina aqui, mas aponta um caminho que se deve seguir no entendimento e enfrentamento da degradação e dos riscos ambientais. Um caminho que leve à compreensão e superação de tais problemas, possibilitando a construção de alternativas em direção de uma sociedade mais justa e equitativa.

## 6. BIBLIOGRAFIA

- ALEXANDRE, Agripa Faria. *A perda da radicalidade do movimento ambientalista brasileiro: uma contribuição à crítica do movimento*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2000.
- ALMEIDA JÚNIOR, José Maria G. *Desenvolvimento Ecologicamente Auto-sustentável: Conceitos, Princípios e Implicações*. Humanidades, nº 38, Brasília: UNB, 1999.
- ALTVATER, Elmar. "Os desafios da Globalização e da Crise Ecológica para o Discurso da Democracia e dos Direitos Humanos". In: Heller, Agner et al. *A Crise dos Paradigmas em Ciências Sociais e os Desafios para o Século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- ANDRADE, Thales de. *Ecológicas manhãs de sábados: o espetáculo da natureza na televisão brasileira*. Tese de doutorado em Ciências Sociais. Campinas: Unicamp, 1998.
- ARAUJO, Paulo Ricardo da Rocha. *A pobreza e as integralidades da natureza e dos homens (como seres sociais). Políticas Ambientais: fundamentos para um programa social pós-moderno*. São Paulo: Estudos Avançados. Documento Série Especial/USP, 1997.
- AUGÉ, Marc. *A guerra dos sonhos. Exercício de etnoficção*. Campinas: Papirus, 1998.
- BARBERO, Jesus Martin. *Dos Meios às Mediações*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1991.
- BALANDIER, Georges. *O poder em Cena*. Col. Pensamento Político, Brasília: Ed. UNB, 1982.
- BELTRÁN, Luís Ramiro & CARDONA, Elizabeth Fox de. *Comunicação dominada - Os Estados Unidos e os meios de comunicação na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Edusp, 1996.
- \_\_\_\_\_. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1992.
- \_\_\_\_\_. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1986.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.
- BRANT, M<sup>a</sup> do Carmo Carvalho (org.). *Teorias da Ação em Debate*. São Paulo: Cortez, 1993.
- BUARQUE, Cristovam. "O valor da natureza". In: *A desordem do progresso: o fim da era dos economistas e a construção do futuro*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1990.
- BURKE, Peter. *A Fabricação do Rei. A Construção da Imagem de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994.
- BUTTEL, F. H. "A sociologia e o meio ambiente: um caminho tortuoso rumo à ecologia humana". In: *Perspectiva*. São Paulo: 1992.
- CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. *A Política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o pensamento do poder e dos poderosos*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.
- CAPRA, Fritjof. *O Tao da Física*. São Paulo: Editora Cultrix, 1983.
- \_\_\_\_\_. *O ponto de Mutação*. São Paulo: Editora Cultrix, 1982.
- CANCLINI, Néstor Garcia. *As Culturas Populares no Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- \_\_\_\_\_. *O Poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Problemas de Investigação em Sociologia Urbana*. Lisboa: Presença, 1979.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CAVALCANTI, Clóvis (org.). *Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez Editora, 1995.
- CERTEAU, Michel de. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- \_\_\_\_\_. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ed. Ática, 1997.
- CHILCOTE, Ronald H. *Teorias de Política Comparativa*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.
- COSTA, Heloísa Soares de Moura. *Desenvolvimento Urbano Sustentável: Uma Contradição de Termos ?*. Recife: R. B. Estudos Urbanos e Regionais, 2000.
- D'AMBRÓSIO, Ubiratã. *Aspectos Culturais do Desenvolvimento Sustentável*. Humanidades, nº 38, Brasília: UNB, 1999.
- DANTAS, Benedito Medrado. *O Masculino na Mídia. Repertório Sobre Masculinidade na Propaganda Televisiva Brasileira*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social/PUC, São Paulo, 1997.
- DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Lisboa: Mobilis in Mobile, 1991.
- DENCKER, Ada de Freitas M. *Comunicação e Meio Ambiente*. São Paulo: Intercom, 1996.
- DIEGUES, A.C.S. *O mito moderno da natureza intocada*. Rio de Janeiro: Hucitec, 1996.
- DURKHEIM, É. *Sociologia e Filosofia*. São Paulo: Ícone Editora, 1994.
- \_\_\_\_\_. "As formas elementares da vida religiosa". In: *Durkheim. Coleção Os Pensadores*, São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- FAUSTO, Bóris, (dir.). *Historia da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1977.
- FEATHERSTONE, Mike. *Cultura do consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Studio Nobel, 1995.
- FERREIRA, Leila da Costa. *População, meio ambiente e desenvolvimento*. São Paulo: Ed. Unicamp, 1996.
- FISCHER, Tânia. *Gestão contemporânea: cidades, estratégias e organizações locais*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1997.
- FLORIT, Luciano F. "Teoria Social e Relação Sociedade/Natureza a partir da Obra de Anthony Giddens". In: *Teoria Social: Desafios de uma Nova Era. Cadernos de Sociologia*, Vol. 10, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
- \_\_\_\_\_, BECK, U. & LASH, S. *Modernização Reflexiva*. São Paulo: Editora Unesp, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Para Além da Esquerda e da Direita*. São Paulo: Editora Unesp, 1996.
- GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- GUIVANT, Júlia S. "A Trajetória das Análises de Risco: Da Periferia ao Centro da Teoria Social". In: *BIB/ANPOCS*. Nº 46. São Paulo: Relumé-Dumará, 1998.
- HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. Lisboa: Publicação Dom Quixote, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Consciência Moral e Agir Comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- \_\_\_\_\_. "Philosophisch-politische Profile". In: *Habermas. Col. Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Técnica e ciência como "ideologia"*. Lisboa: Edições 70, 1968.
- HANNIGAN, John A. *Environmental Sociology. A social constructionist perspective*. Nova York: Routledge, 1997.
- HERZ, Daniel. *A história secreta da Rede Globo*. Rio de Janeiro: Editora Tchê, 1989.
- HOGAN, Daniel Joseph & VIEIRA, Paulo Freire. *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Ed. da Unicamp, 1995.
- HOYOS, Juan L. Baldalez (org). *Desenvolvimento Sustentável: Um novo caminho ?*. Belém: NUMA/UFPA, 1992.
- JARA, Carlos júlio. *A Sustentabilidade do Desenvolvimento Local*. Brasília: IICA/SEPLAN, 1998.
- JOLLIVET, M. & PAVE, A. "O meio ambiente: questões e perspectivas para a pesquisa". In: *Vieira, P. F. & Weber, J. (orgs.). Gestão dos recursos naturais renováveis e desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 1997.

- JÚNIOR, Cícero Silva (cord.). *Salto para o futuro - Educação do olhar*. Brasília: Ministério da Educação, 1998.
- KALAORA, B. "Le sociologue et l'environnement". In: *Naturales, sciences, sociétés*. Vol. 1, nº 4, 1993.
- KAPLAN, David. *Teoria da Cultura. Um Conceito Antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1975.
- LARRERE; C. & LARRERE, R. *Do bom uso da natureza. Para uma filosofia do meio ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.
- LATOURET, Bruno. *Jamais Fomos Modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- LAVELL, Allon (cop.). *Conceptualización del desastre en formas productivas para la investigación en ciencias sociales*. México: La Red, ITDG, 1993.
- LEFF, Enrique. *Epistemologia Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2002.
- \_\_\_\_\_. *La Cultura y Los Recursos Naturales en la Perspectiva del Desarrollo Sustentable: Una Nota Introductoria*. Vol. 1, México: CIIH/UNAM, 1993.
- LEIS, Héctor Ricardo. "As Ciências e o Debate Ambiental". In: *A Modernidade Insustentável: As Críticas do Ambientalismo à Sociedade Contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- LEITE, Miriam L. Moreira. *A Fotografia e as Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Ciência e Cultura, vol. 38, 1986.
- LÉVY, Pierre. *O que é o virtual ?*. São Paulo: Editora 34, 1998.
- LÖWY, Michel. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. São Paulo: Editora Cortez, 1994.
- MAGALHÃES, Nara Maria Emanuelli. *O Povo Sabe Votar. Uma Visão Antropológica*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes Editores, 1997.
- MARTINE, George (org.). *População, Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Campinas: Editora Unicamp, 1993.
- MARTINS, Ana Luiza. *República - um outro olhar*. São Paulo, Ed. Contexto, 1997.
- MASKREY, George. *Los Desastres no son Naturales*. Columbia: La Red - ITDG, 1993.
- MATOS, Heloíza (org.). *Mídia, eleições e democracia*. Rio de Janeiro: Ed. Página Aberta, 1994.
- MATTA, Fernando Reys (org.). *A Informação na Nova Ordem Internacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- MIROW, Kurt Rudolf. *A Ditadura dos Cartéis. Anatomia de um subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- MORAIS, R.N. *Sociologia Urbana*. São Paulo: Zahar Editores, 1972.
- MORIN, Edgard. "Por um Pensamento Ecologizado". In: *Faces do Trópico Úmido: Conceitos e Questões sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Belém: Cejup/UFPA/NAEA, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- NETO, Antônio Fausto & PINTO, Milton José (orgs.). *O Indivíduo e as Mídias*. Rio de Janeiro: Diadorim Editora, 1996.
- OLIVEN, Rubens George. *Urbanização e Mudança Social no Brasil*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1984.
- ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso. Princípios & Procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.
- PASCHOAL, A. D. *Agricultura sustentável*. Jaguariuna/SP: Embrapa/Meio Ambiente, 1995.
- RAMALHO, Deolinda de Souza. *Degradação ambiental urbana e pobreza: a percepção dos riscos*. Campina Grande: Revista Raízes, nº 19, 1999.

- \_\_\_\_\_. *Vulnerabilidade e Riscos em Comunidades Urbano Marginais*. Campina Grande: UFPB/UNCAL/IDRC, 1996.
- RAMOS ANGERAMI, Luis Fernando. *Meio Ambiente e Meios de Comunicação*. São Paulo: AnnaBlume, 1995.
- RAMOS, Paulo Roberto. *Degradação Ambiental Urbana, Riscos e Gestão da vida Cotidiana: Quem Paga o Preço, a Mulher ?*. Pesquisa UFPB/PIBIC/CNPq, 2000.
- RATNER, Henrique. "Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável". In: Hoyo, Juan; L. Bardalez (orgs.). *Desenvolvimento Sustentável: Um novo caminho ?*. Belém: NUMA/UFPA, 1992.
- RIBEIRO, Branca Telles; GARCEZ, Pedro M. – *Sociolinguística Interacional*. Porto Alegre: AG Editora, 1998.
- \_\_\_\_\_. Gustavo Lins. *Anbientalismo e Desenvolvimento Sustentado. Nova Ideologia/utopia do Desenvolvimento*. Série Antropologia, nº 123, Brasília: UNB, 1992.
- \_\_\_\_\_. Luiz Cesar de Q.; JUNIOR, O. A. (orgs.). *Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana: O futuro das cidades na crise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.
- SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento: Crescer sem Destruir*. São Paulo: Ed. Vértice, 1986.
- SANTOS, Antônio Raimundo dos. *Metodologia científica – a construção do conhecimento*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 1999.
- \_\_\_\_\_. José Rufino dos. *História do Brasil*. São Paulo: Marco Editora, 1979.
- \_\_\_\_\_. Theotonio dos. *Economia Mundial. Integração Regional & Desenvolvimento Sustentável*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- SCHWARTZEMBERG, Roger-Gerard. *O Estado Espetáculo*. Rio de Janeiro: Difel, 1978.
- SILVA, Paulo R. Guimarães da. *Qualidade de vida no meio urbano: aspectos conceituais e metodológico numa aproximação da problemática ambiental local*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1997.
- SMITH, Neil. "A ideologia da Natureza". In: *Desenvolvimento Desigual, Natureza, Capital e a Produção do Espaço*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1988.
- SPINK, Mary Jane P. *O conceito de representações sociais na abordagem psicossocial*. Rio de Janeiro: Cadernos de Saúde Pública/UFRJ, 1993.
- SOUZA BRAGA, Ubiracy de. *Das Caravelas aos Ônibus Espaciais. A Trajetória da Informação no Capitalismo*. São Paulo: Tese de doutorado em Ciências/USP, 1994.
- \_\_\_\_\_. *A Globo e a "idéia" de um Projeto Nacional Brasileiro*. Campina Grande: V Semana de Ciências Sociais-UFPB-Campus II, 1997.
- SUNKEL, Osvaldo. *La Interaction entre Estilos de Desarrollo y el Medio Ambiente en América Latina*. Revista da Cepal, 1980.
- SZTOMPKA, Piort. *A sociologia da Mudança Social*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1998.
- TAMAMES, Ramón. "Los Limites al Crecimiento. El Primer Informe Al Club de Roma". In: *Ecologia y Desarrollo. La Polémica Sobre los Limites al Crecimiento*. Espanha: Alianza Editorial, 1999.
- THEYS, Jacques & KALAORA, Bernard. *La Terre outragée: Le experts sont formels*. Paris: Éditions Autrement, 1992
- THOMAS, K. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- THOMPSON, John B. *Ideologia e Cultura Moderna. Teoria Social Crítica na Era dos Meios de Comunicação de Massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- TOLBA, Mostafá K. *Los actuales estilos de desarrollo y los problemas del medio ambiente*. Columbia: Revista de la Cepal, 1980.
- VEIGA, José Eli. *Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil*. São Paulo: Ed. Anpur e Hucitec, 1993.
- VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O Fenômeno Urbano*. São Paulo: Zahar Editores, 1989.

VIEIRA, P.F. & WEBER, J. *Gestão dos recursos naturais renováveis e desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 1997.

VIOLA, Eduardo J. *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

WAREN, I. S. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. Rio de Janeiro: Hucitec, 1999.

WEBER, Max. *Conceitos Básicos de Sociologia*. São Paulo: Ed. Moraes, 1989.

\_\_\_\_\_. *Economia e Sociedade*. São Paulo: UNB, 1994.

## **7. ANEXO**

## **7.1 Questionários**

# QUESTIONÁRIO I

## INFORMAÇÕES GERAIS

1) Nome ou pseudônimo

.....

2) Endereço :

.....

3) Sexo

masculino       feminino

4) Estado civil

solteiro

casado

viúvo

amasiado

outro

5) Escolaridade

Não freqüentou escola

Primeiro grau incompleto

Primeiro grau completo

Segundo grau incompleto

Segundo grau completo

Superior incompleto

Superior completo      Qual ?.....

6) Ocupação profissional principal?.....

7) Renda familiar

Menos de 1 salário mínimo

De 1 a 3 salários mínimos

De 4 a 6 salários mínimos

De 7 a 10 salários mínimos

Acima de 10 salários mínimos

8) Número de filhos ? .....

9) Número de pessoas no domicílio ?.....

10) Título de posse da casa

Proprietário

Inquilino

Outro      Qual?.....

11) Material de construção

Alvenaria

Madeira

Taipa

Outro Qual?.....

12) A casa tem água encanada ?

Sim

Não

13) Se “não” de onde vem a água para uso da casa ?.....

14) Qual a origem da água para beber ?

Torneira

Torneira (filtrada)

Torneira (fervida)

Tratada quimicamente

Mineral

Outra

15) Sua residência possui esgotamento sanitário ?

Sim

Não

Em parte

16) Se “não”, onde são lançados os esgotos?.....

17) Existe coleta de lixo ?

Sim

Não

18) Se “sim” qual a frequência?.....

19) Se “não” como você resolve o problema do lixo ?.....

20) Quais os tipos dejetos jogados no lixo com mais frequência ?

Plástico

Enlatado

Vidro

Borracha

Orgânico

Outro Qual ? .....

21) Tem televisão em casa ?

Sim

Não

22) Tem rádio em casa?

Sim

Não

23) Tem computador em casa?

Sim

Não

24) Lê livros ou jornais com frequência ?

Sim

Não

Esporadicamente

Não sabe

## QUESTIONÁRIO II

### INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS

25) O sr(a) acha que há problemas ambientais em seu bairro ?

- Sim
- Não
- Não sabe

26) Em sua opinião quem são os principais responsáveis pelos problemas ambientais ?

.....

27) Estes problemas causam principalmente quais prejuízos ?

- Problemas de saúde e gastos com medicamentos
- Problemas com a desvalorização da casa
- Perda de animais
- Perda de colheitas
- Gastos com pinturas
- Gastos com produtos específicos
- Maior esforço físico na limpeza da casa
- Outro Qual ?.....

28) A população do bairro tem reivindicado medidas no sentido de soluções preventivas, ou corretivas, para problemas ambientais apontados nas questões anteriores ?

- Sim
- Não

29) Você acha que as medidas tomadas pelos poderes públicos são eficazes para minorar os problemas ambientais ?

- Sim
- Não Por que ?.....

.....

30) De acordo com suas observações, os problemas ambientais estão:

- Aumentando
- Diminuindo
- Não sabe

31) Quais destes problemas são mais sérios em sua opinião:

- Lixo
- Esgotos
- Inundação
- Falta d'água
- Insetos e ratos
- outro Qual ?.....

32) Já ouviu falar da questão ambiental ?

- Sim
- Não
- Não sabe

33) Se "sim" por qual meio tomou conhecimento?

- Rádio
- Jornais
- Televisão
- Escola
- Amigos
- Família
- Outro Qual ?.....

34) Em sua opinião, a questão ambiental:

- É pouco importante
- Importante
- Muito importante
- Sem importância
- Não sabe

35) Quem são os principais responsáveis por causar problemas ambientais ?

- A população
- Os políticos
- O governo estadual
- O governo federal
- A Prefeitura
- Não sabe
- Outro Qual ?.....

36) Quem são os principais responsáveis para tratar os problemas ambientais ?

- A população
- Os políticos
- O governo estadual
- O governo federal
- A Prefeitura
- Não sabe
- Outro Qual ?.....

37) Em sua opinião quem sofre mais os impactos decorrentes da degradação ambiental?

- Homem
- Mulher
- Ambos
- Não sabe

38) O que o sr(a) tem feito para evitar problemas ambientais ?.....

.....

.....

39) Há alguma divisão de tarefas em casa entre o marido e a mulher ? Qual ?.....  
.....  
.....

40) O sr(a) assiste programas televisivos sobre problemas ambientais ?  
 Sim  
 Não  
 As vezes      Qual ? .....

41) Estes programas tem lhe ajudado de alguma forma ?  
 Sim      Como ? .....  
 Não  
 As vezes

42) O que o sr(a) acha da programação da televisão sobre questões ambientais ?  
 Ruins  
 Superficiais  
 Satisfatória  
 Boa  
 Muito boa  
 Excelente  
 Não sabe

43) Qual sua opinião sobre os problemas ambientais que aparecem na programação de TV ?  
.....  
.....  
.....

44) O(a) sr(a) tem alguma sugestão para minimizar ou reverter a crise ambiental ? Qual?  
.....  
.....  
.....

## **7.2 Relação descritiva de tabelas, gráficos e figuras**

**Tabela 1.** Distribuição absoluta do número total de Histórias de Vida por bairro pesquisado. Fonte: pesquisa de campo 2001/2002.

**Tabela 2.** Distribuição absoluta do número total de questionários aplicados por bairro pesquisado. Fonte: pesquisa de campo 2001/2002.

**Tabela 3.** Distribuição percentual do tipo de programação gravada da mídia. Fonte: pesquisa de campo 2001/2002.

**Tabela 4.** Distribuição percentual de hábitos e consumos de mídia. Fonte: IBOPE/OPP – 2000.

**Tabela 5.** Presença/Ausência de problemas ambientais por bairro pesquisado. Fonte: pesquisa de campo 2001.

**Tabela 6.** Distribuição percentual dos principais responsáveis por causar a degradação ambiental por bairro pesquisado. Fonte: pesquisa de campo 2001.

**Tabela 7.** Frequência média/Tipo de lixo produzido semanalmente por bairro pesquisado. Fonte: pesquisa de campo 2001.

**Tabela 8.** Distribuição percentual da percepção dos problemas ambientais por bairro pesquisado. Fonte: pesquisa de campo 2001/2002.

**Tabela 9.** Distribuição percentual dos prejuízos mais citados por bairro pesquisado. Fonte: pesquisa de campo 2001/2002.

**Tabela 10.** Distribuição percentual da localização do lixo por bairro pesquisado. Fonte: pesquisa de campo 2001/2002.

**Tabela 11.** Distribuição percentual da presença de esgotamento sanitário por bairro pesquisado. Fonte: pesquisa de campo 2001/2002.

**Tabela 12.** Presença/Ausência de serviços e equipamentos públicos por bairro pesquisado. Fonte: pesquisa de campo 2001/2002.

**Tabela 13.** Distribuição percentual do tipo de tratamento que a água recebe por bairro pesquisado. Fonte: pesquisa de campo 2001/2002.

**Tabela 14.** Distribuição percentual dos principais problemas citados por bairro pesquisado. Fonte: pesquisa de campo 2001/2002.

**Tabela 15.** Distribuição percentual dos meios de comunicação mais usados por bairro pesquisados. Fonte: pesquisa de campo 2001/2002.

**Tabela 16.** Distribuição percentual dos principais responsáveis por superar os riscos ambientais. Fonte: pesquisa de campo 2001/2002.

**Tabela 17.** Distribuição percentual do grau de escolaridade por bairro pesquisado. Fonte: pesquisa de campo 2001.

**Gráfico 1.** Distribuição percentual de homens e mulheres entrevistados(as) por bairro pesquisado. Fonte: pesquisa de campo 2001/2002.

**Gráfico 2.** Distribuição absoluta do total de minutos gravados por emissora de televisão. Fonte: pesquisa de campo 2001/2002.

**Gráfico 3.** Distribuição percentual da grade de programação que veicula questões ambientais. Fonte: pesquisa de campo 2002. Rede Globo de televisão.

**Gráfico 4.** Distribuição percentual dos principais temas veiculados na mídia televisiva. Fonte: pesquisa de campo 2001/2002. Rede Globo de televisão.

**Gráfico 5.** Distribuição percentual dos principais tipos de abordagens da mídia sobre meio ambiente. Fonte: pesquisa de campo 2001/2002. Rede Globo de televisão.

**Figura 1.** Esquema teórico-metodológico da pesquisa. Ilustração representativa das partes constituintes da dissertação.

**Figura 2.** Representação gráfica do processo de formação das percepções dos riscos ambientais.

### **7.3 Matérias de interesse**